



Junho de 2018

GUINÉ-BISSAU

QUINTA AVALIAÇÃO NO ÂMBITO DA FACILIDADE DE CRÉDITO ALARGADO, PEDIDO DE EXTENSÃO DO ACORDO E ALARGAMENTO DO ACESSO, E AVALIAÇÃO DAS GARANTIAS DE FINANCIAMENTO— COMUNICADO DE IMPRENSA E RELATÓRIO DO CORPO TÉCNICO

No contexto da quinta avaliação no âmbito da facilidade de crédito alargado, pedido de extensão do acordo e alargamento do acesso, e avaliação das garantias de financiamento, os seguintes documentos foram liberados para publicação e estão incluídos neste pacote:

- **Comunicado de Imprensa.**
- **Relatório do Corpo Técnico** elaborado por uma equipa do FMI para a consideração do Conselho de Administração em 1 de Junho de 2018, após as discussões encerradas em 6 de Abril de 2018 com as autoridades da Guiné-Bissau sobre a evolução da economia e as políticas económicas que alicerçam o acordo com o FMI ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado. O relatório do corpo técnico foi concluído em 16 de Maio de 2018 com base na informação disponível à altura das discussões.

Os documentos relacionados a seguir foram ou serão publicados separadamente.

Carta de Intenções enviada ao FMI pelas autoridades da Guiné-Bissau *
Memorando de Políticas Económicas e Financeiras *
Memorando Técnico de Entendimento *

* Também incluídos no Relatório do Corpo Técnico.

A política de transparência do FMI permite a supressão de informações suscetíveis de influenciar os mercados ou que constituam uma divulgação prematura das intenções de política das autoridades nos relatórios do corpo técnico e outros documentos publicados.

Para adquirir exemplares impressos deste relatório, entre em contato com:

International Monetary Fund • Publication Services
PO Box 92780 • Washington, D.C. 20090
Telefone: (202) 623-7430 • Fax: (202) 623-7201
E-mail: publications@imf.org Web: <http://www.imf.org>
Preço unitário: US\$ 18,00

Fundo Monetário Internacional
Washington, D.C.



INTERNATIONAL MONETARY FUND



Comunicado de Imprensa N.º 18/209
PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA
1 de junho de 2018

Fundo Monetário Internacional
Washington, D.C. 20431, EUA

Conselho de Administração do FMI Conclui a Quinta Análise ao Abrigo do Acordo ECF com a Guiné-Bissau, Aprova um Desembolso de USD 4,3 milhões, Alarga o Acesso e Estende o Acordo

Em [1 de junho] de 2018, o Conselho de Administração do Fundo Monetário Internacional (FMI) concluiu a quinta avaliação do desempenho da Guiné-Bissau ao abrigo de um programa económico apoiado por um acordo de Facilidade de Crédito Alargado (ECF). A conclusão da análise permite a libertação de DSE 3,03 milhões (cerca de USD 4,3 milhões), ascendendo o total dos desembolsos no âmbito do acordo a DSE 17,04 milhões (cerca de USD 24,4 milhões).

Além disso, o Conselho de Administração aprovou o pedido das autoridades para a prorrogação de um ano do acordo ECF até 9 de julho de 2019 e um alargamento do acesso em DSE 5,68 milhões. A prorrogação e o alargamento ajudarão a ancorar a estabilidade macroeconómica durante o período eleitoral que se avizinha, a apoiar as reformas centradas na mobilização de receitas, a fazer face às lacunas em infraestruturas essenciais e a ajudar a cumprir as necessidades da balança de pagamentos. Isto situará o acesso total da Guiné-Bissau ao abrigo do acordo atual em DSE 22,72 milhões (cerca de USD 32,53 milhões) ou 80% da quota.

O acordo ECF de três anos para a Guiné-Bissau no valor de DSE 17,04 milhões (60% da quota) foi aprovado pelo Conselho de Administração do FMI em 10 de julho de 2015 (ver [Comunicado de Imprensa N.º 15/331](#)).

A implementação do programa da quinta avaliação foi positiva. Todos os critérios de desempenho e metas indicativas foram cumpridos, assim como seis indicadores de referência estruturais, tendo um dos dois indicadores de referência restantes sido posteriormente cumprido e estando o outro em curso.

A atividade económica permaneceu robusta. De acordo com as estimativas, o PIB real cresceu cerca de 5,9% em 2017, a inflação dos preços no consumidor situou-se em 1,1%, o défice da balança corrente externa em 0,5% do PIB e o défice orçamental (em base de caixa) em 1,5% do PIB. As perspetivas são, em geral, positivas devendo o crescimento ascender a

5,3% em 2018, embora sujeito a riscos significativos decorrentes do ambiente político ainda frágil e da evolução dos termos de troca adversa.

Na sequência da discussão do Conselho de Administração, o Sr. Tao Zhang, Diretor Geral Adjunto e Presidente Interino, fez a seguinte declaração:

“O crescimento económico robusto, em torno de 6% nos últimos três anos, tem sido apoiado por termos de troca favoráveis e por uma gestão económica melhor. A implementação do programa tem sido vigorosa, com uma notável melhoria dos resultados orçamentais.

“O panorama de modo geral é positivo, com o recente acordo, baseado no consenso, sobre um novo governo, o que permite vislumbrar a perspectiva de maior estabilidade política. Ao mesmo tempo, os ganhos nos termos de troca que sustentaram a expansão económica nos últimos três anos foram parcialmente revertidos, o que impõe novos desafios.

“Será crucial manter uma forte agenda de reformas para continuar a obter resultados melhores. É essencial fortalecer ainda mais a administração tributária e alfandegária para mobilizar as receitas internas necessárias para fazer os gastos prioritários em infraestrutura e na área social. Para além disso, será preciso reforçar os quadros de planeamento e execução para que o aumento dos gastos produza os resultados desejados.

“O avanço contínuo na melhoria das condições para a iniciativa privada será outro fator importante. O impulso ao investimento privado depende da redução efetiva da incerteza regulamentar, do combate à corrupção e ao rent seeking, e do aumento da transparência na administração pública. Superar os problemas de longa data no fornecimento de eletricidade também é essencial e exige uma reforma fundamental da empresa pública de energia.

“O fortalecimento do sistema bancário será crucial para manter a estabilidade do setor financeiro e expandir a intermediação financeira. Se algum banco permanecer subcapitalizado até ao fim de junho (o prazo concedido pela Comissão Bancária), ele deve ser posto imediatamente sob administração temporária, e qualquer intervenção deve ser pautada pelas melhores práticas internacionais, inclusive para evitar distorções no mercado e conflitos de interesses.

“A prorrogação de um ano do acordo ECF e o alargamento do acesso ajudarão a ancorar a estabilidade macroeconómica durante o próximo período eleitoral, apoiar as reformas viradas para a mobilização de receitas e colmatar as brechas na infraestrutura essencial, além de ajudar a suprir as necessidades da balança de pagamentos.”

Tabela 1. Guiné-Bissau: Indicadores Económicos e Financeiros Seleccionados¹

	2015	2016		2017		2018		2019	2020	2021	2022	2023
		Proj.	EBS/17/116	Est.	EBS/17/116	Projeções	Projeções					
Contas nacionais e preços												
PIB real a preços de mercado	6,1	6,3	5,5	5,9	5,0	5,3	5,1	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0
PIB real per capita	3,8	4,0	3,2	3,6	2,7	3,0	2,9	2,7	2,7	2,7	2,7	2,8
Deflator do PIB	12,1	6,1	7,2	5,9	1,6	0,1	2,2	2,4	2,5	2,8	2,8	2,8
Índice de preços no consumidor (média anual)	1,5	1,5	2,2	1,1	2,3	2,0	2,2	2,3	2,5	2,6	2,6	2,8
Setor externo												
Exportações, FOB (com base em valores em USD)	51,8	9,6	24,5	18,7	7,1	4,0	9,5	8,8	8,4	8,5	8,5	8,4
Importações, FOB (com base em valores em USD)	-3,5	11,2	30,0	23,1	13,2	15,7	8,7	8,8	8,4	8,5	8,5	8,4
Volume de exportações	19,1	-6,9	-8,6	-5,2	5,5	7,0	6,6	5,8	5,2	5,1	4,8	4,8
Volume de importações	15,7	14,6	18,6	13,3	10,3	8,2	7,4	7,2	6,6	6,9	6,9	6,9
Termos de troca (deterioração = -)	54,4	13,9	28,7	31,2	-0,1	-7,4	2,4	2,4	2,3	2,7	2,7	2,9
Taxa de câmbio efetiva real (depreciação = -)	-2,5	1,9	...	-0,1
Taxa de câmbio (FCFA por USD; média)	591,2	592,8	...	580,9
Finanças públicas												
Receitas internas (excluindo donativos)	29,4	-0,6	8,7	19,1	22,9	16,2	15,7	12,7	11,6	12,2	12,2	12,8
Receitas internas (excluindo donativos e extraordinárias)	30,4	5,2	10,0	20,5	22,9	13,7	18,2	12,7	11,6	12,2	12,2	12,8
Total da despesa	11,3	0,9	-5,2	6,1	15,7	15,2	12,6	10,8	11,1	11,3	11,3	11,2
Despesas correntes	5,0	8,8	-12,2	-3,5	12,3	8,2	16,0	10,9	10,7	12,7	12,7	11,9
Despesas de capital	25,5	-14,2	11,7	29,2	22,3	27,7	7,4	10,5	11,8	9,0	9,0	9,9
Moeda e crédito												
Ativos internos líquidos ²	18,2	-2,5	-9,7	6,1	0,6	-0,4	2,0	1,6	1,7	1,9	1,9	1,8
<i>Dos quais:</i>												
Crédito ao governo	4,6	1,8	-0,5	-2,8	0,0	0,5	0,3	-0,4	-0,3	-0,4	-0,4	-0,5
Crédito à economia	13,0	2,2	-8,3	-7,7	1,5	1,6	1,7	2,0	2,0	2,2	2,2	2,3
Velocidade (PIB/moeda em sentido lato)	2,1	2,1	2,3	2,2	2,3	2,2	2,2	2,2	2,2	2,2	2,2	2,3
Investimento e poupança												
Investimento bruto	8,1	7,8	8,5	10,5	8,7	12,7	12,8	13,3	13,7	13,8	13,8	14,0
Do qual: investimento público	8,0	6,1	6,1	7,0	7,0	8,5	8,5	8,7	9,1	9,1	9,1	9,3
Poupança interna bruta	3,4	3,0	2,9	6,2	2,5	6,2	6,9	7,6	8,4	8,8	8,8	9,3
Da qual: poupança pública	-0,5	-2,5	0,6	0,6	1,5	1,2	1,3	1,6	1,8	1,8	1,8	2,0
Poupança nacional bruta	9,9	9,1	7,8	10,0	6,4	9,4	10,6	11,1	11,6	11,8	11,8	12,1
Finanças públicas												

Tabela 1. Guiné-Bissau: Indicadores Económicos e Financeiros Selecionados (continuação)

Total da receita	13,7	12,1	11,7	12,8	13,5	14,1	15,2	15,9	16,5	17,2	17,9
Despesa primária interna total	15,2	14,1	11,3	12,3	12,8	12,8	14,2	14,9	15,6	16,4	17,2
Saldo primário interno	-1,5	-2,0	0,4	0,5	0,8	1,3	1,0	1,0	0,9	0,8	0,8
Saldo global (base de compromissos)											
Incluindo donativos	-3,0	-4,7	-1,7	-1,3	-1,9	-2,5	-2,2	-2,0	-2,1	-2,1	-1,9
Excluindo donativos	-9,4	-8,6	-5,8	-6,7	-5,5	-7,3	-7,2	-7,1	-7,3	-7,4	-7,3
Conta corrente externa	1,9	1,3	0,0	-0,5	-2,3	-3,2	-2,3	-2,2	-2,1	-2,0	-1,8
Excluindo transferências oficiais	1,0	1,2	-0,4	-0,8	-2,3	-3,2	-2,3	-2,2	-2,1	-2,0	-1,8
Stock da dívida do governo central	51,7	53,3	49,2	50,1	48,3	50,3	48,8	47,4	46,0	44,6	43,2
Do qual: dívida externa	15,1	14,7	12,5	12,4	13,0	12,0	12,2	12,8	14,1	15,3	16,1
Por memória:											
PIB nominal a preços de mercado (mil milhões de FCFA)	619,7	698,7	780,7	784,0	832,7	826,5	888,6	955,4	1028,5	1110,0	1198,4
Reservas oficiais brutas da UEMOA (mil milhões de USD)	12,4	10,4	...	13,0
(percentagem de moeda em sentido lado)	43,8	35,0	...	35,3

Fontes: Autoridades guineenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Excluem o resgate bancário de FCFA 34,2 mil milhões em 2015. Aguarda-se uma decisão final dos tribunais sobre a legalidade destes contratos.

² Contributo percentual para o crescimento da moeda em sentido lado em percentagem.



GUINÉ-BISSAU

RELATÓRIO DO CORPO TÉCNICO SOBRE A QUINTA AVALIAÇÃO NO ÂMBITO DA FACILIDADE DE CRÉDITO ALARGADO, PEDIDO DE EXTENSÃO DO ACORDO E ALARGAMENTO DO ACESSO, E AVALIAÇÃO DAS GARANTIAS DE FINANCIAMENTO

16 de maio de 2018

SUMÁRIO EXECUTIVO

Facilidade de Crédito Alargado (ECF): O acordo trienal da ECF foi aprovado em 10 de julho de 2015, com acesso total a 60% da quota (DSE 17,04 milhões). A quarta avaliação foi concluída em 11 de dezembro de 2017. O montante equivalente a DSE 3,03 milhões (11% da quota) será disponibilizado após a conclusão da quinta avaliação pelo Conselho de Administração.

Contexto: A Guiné-Bissau, um estado frágil, tem mantido um crescimento robusto de cerca de 6% nos últimos três anos apesar de uma crise política que conduziu a várias mudanças de governo e à ausência de um parlamento funcional na maioria do período. A recente nomeação consensual de um novo Primeiro-Ministro e o acordo de realizar eleições parlamentares em novembro de 2018 estão a aliviar as tensões políticas.

Desempenho do programa: O desempenho do programa foi positivo. Todos os critérios de desempenho e metas indicativas da quinta avaliação foram cumpridos, assim como seis indicadores de referência estruturais, tendo um dos dois indicadores de referência restantes sido posteriormente cumprido e estando o outro em curso. As autoridades estão a solicitar a conclusão da quinta avaliação e uma avaliação das garantias de financiamento à luz dos esforços contínuos e dos progressos no sentido da melhoria da gestão orçamental e para abordar os atrasados externos.

Extensão: As autoridades solicitaram uma extensão de um ano do atual acordo ECF até julho de 2019. Isto permitiria a provisão de recursos adicionais do FMI através de um aumento do acesso de DSE 5,68 milhões, ascendendo assim o acesso total no âmbito do acordo a 80% da quota.

O corpo técnico apoia a conclusão da quinta avaliação ao abrigo do acordo ECF, a sua extensão e o aumento do acesso. A extensão de um ano e o aumento do acesso no âmbito programa ajudarão a ancorar a estabilidade macroeconómica durante o período eleitoral, a apoiar as reformas centradas na mobilização de receitas, a fazer face às lacunas em infraestruturas essenciais e a ajudar a cumprir as necessidades da balança de pagamentos decorrentes de preços do petróleo mais elevados e de compensações das pescas reduzidas.

**Aprovado por
Roger Nord (AFR)
e Johannes Wiegand
(SPR)**

As discussões decorreram em Bissau, entre os dias 21 de março e 3 de abril de 2018. A equipa da missão foi composta pelos Srs. Tobias Rasmussen (chefe) e Francis Kumah (ambos do AFR), e pelas Sras. Elena Arjona Perez, Cristina Cheptea (ambas do AFR), Keyra Primus (FAD) e o Sr. Oscar Melhado (Representante Residente do FMI em Bissau). O Sr. Romão Varela (OED) participou nas discussões. O Sr. Gaston Fonseca e a Sra. Gemilia Pereira (ambos do gabinete do Rep. Res. do FMI em Bissau) auxiliaram a missão. A equipa reuniu-se com suas Excelências o Presidente da Guiné-Bissau, José Mário Vaz; o Primeiro-Ministro, Artur Silva; o Ministro das Finanças, João Alage Fadia; a Diretora Nacional do Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO), Helena Nosolini Embaló; o Procurador-Geral da República, António Mam; outros altos responsáveis e representantes do setor privado, da sociedade civil e dos parceiros de desenvolvimento. Os membros da missão também se reuniram na sede do BCEAO em Dakar e tiveram várias videoconferências, incluindo com o Secretariado da Comissão Bancária em Abidjan. A Sra. Edna Mensah prestou apoio de investigação e Jacques Treilly assistiu à preparação deste relatório.

ÍNDICE

CONTEXTUALIZAÇÃO E EVOLUÇÃO ECONÓMICA RECENTE	7
DESEMPENHO DO PROGRAMA	7
PERSPETIVAS E RISCOS ECONÓMICOS	8
DISCUSSÕES DE POLÍTICA	10
A. Política orçamental: Expansão do espaço orçamental para despesas prioritárias	10
B. Aumentar o investimento para fomentar o crescimento	12
C. Sustentabilidade da dívida pública	15
D. Salvaguardar a estabilidade financeira	17
E. Melhorar as estatísticas	18
MODALIDADES DO PROGRAMA	18
AVALIAÇÃO DO CORPO TÉCNICO	19

CAIXAS

1. Estado da anulação do resgate bancário e os bancos afetados	6
2. Aumentar o investimento público	14
3. Sustentabilidade da dívida	16

FIGURAS

1. Desenvolvimentos Económicos	26
2. Desenvolvimentos Orçamentais e de Crédito	27
3. Perspetivas de Médio Prazo	28

TABELAS

1. Indicadores Económicos Seleccionados	29
2. Balança de Pagamentos (mil milhões de FCFA)	30
3a. Operações do Governo Central (mil milhões de FCFA)	31
3b. Operações do Governo Central	32
4. Síntese Monetária	33
5. Indicadores de Solidez Financeira do Sistema Bancário	34
6a. Critérios Quantitativos de Desempenho e Metas Indicativas para 2017	35
6b. Critérios Quantitativos de Desempenho e Metas Indicativas Propostos para 2018	36
7a. Parâmetros Estruturais ao abrigo do Programa ECF, 2016-17	37
7b. Indicadores de Referência Estruturais Propostos no Âmbito do Programa ECF, 2018	41
8. Calendário de Desembolsos Proposto ao Abrigo do Acordo ECF	42
9. Indicadores da Capacidade de Reembolso ao FMI	43
10. Tabela de Indicadores Comuns Necessários à Supervisão	44

ANEXOS

I. Matriz De Avaliação De Riscos	22
II. Nota de Síntese Relativa à Estratégia de Desenvolvimento de Capacidades	23

APÊNDICES

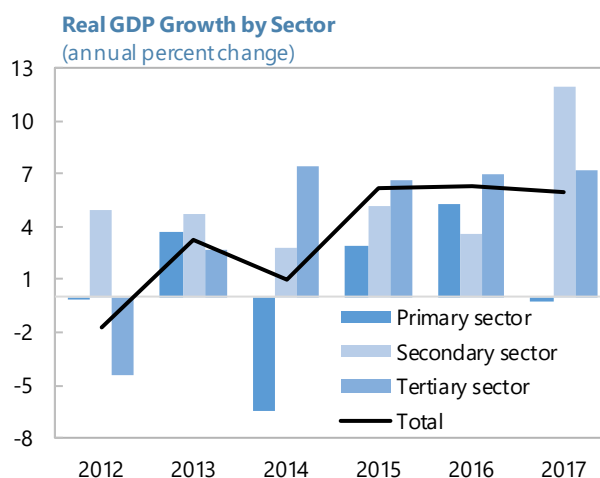
I. Carta de Intenções	45
Anexo I. Memorando de Políticas Económicas e Financeiras	47
Anexo II. Memorando Técnico de Entendimento	65

CONTEXTUALIZAÇÃO E EVOLUÇÃO ECONÓMICA RECENTE

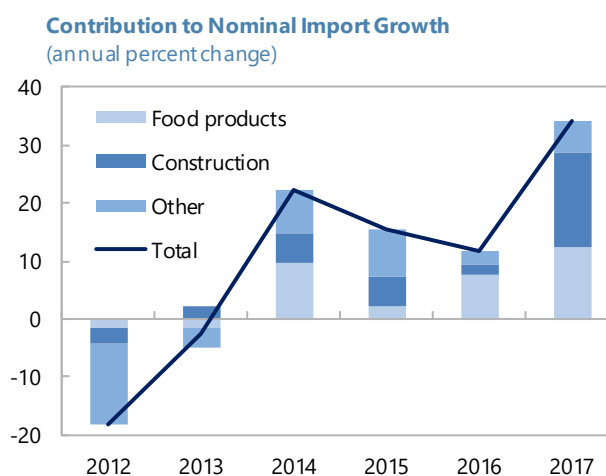
1. A formação recente de governo representa um passo importante na resolução da crise política que tem afetado o país. A nomeação de Aristides Gomes como Primeiro-Ministro em meados de abril de 2018 resultou dos esforços de intermediação liderados pela CEDEAO e refletiu o consenso entre os principais intervenientes políticos nacionais. Isto conduziu à primeira sessão parlamentar em dois anos e meio, ao acordo sobre a realização de novas eleições parlamentares em meados de novembro de 2018 e à formação de um governo com um amplo apoio. Desde o segundo semestre de 2015, mudanças frequentes de governo e a ausência de um parlamento funcional complicaram a tomada de decisão de políticas e a promulgação de legislação.

2. A atividade económica permaneceu robusta (Tabela 1 e Figura 1). O crescimento do PIB real foi estimado em 5,9% em 2017, um pouco superior ao anteriormente previsto e mantendo, em geral, o ritmo verificado desde 2015. Enquanto a inflação dos preços no consumidor permaneceu moderada em 1,1%, os preços do caju subiram cerca de 40% em 2017, o que aumentou o rendimento real dos agricultores apesar de um declínio no volume da produção agrícola. Isto estimulou, em geral, a atividade económica, com o setor da construção particularmente forte.

3. A balança corrente externa apresentou um pequeno défice (Tabela 2). As exportações beneficiaram de preços do caju mais elevados e as importações aumentaram ainda mais rapidamente devido, sobretudo, a uma duplicação das aquisições de materiais de construção. O saldo da balança corrente passou de um excedente de 1,3% do PIB em 2016 para um défice estimado de 0,5% em 2017, com uma menor receita das licenças de pesca devido principalmente às negociações ainda inconclusivas com a UE. No entanto, o saldo global foi positivo, situando-se em 2,9% do PIB em 2017, o que contribuiu



Sources: Guinea-Bissau authorities; and IMF staff calculations.



Sources: Guinea-Bissau authorities; and IMF staff calculations.

de forma modesta para a acumulação de reservas a nível regional (cobertura de 4,2 meses de importações no final de 2017 (SM/18/56)).¹

4. As receitas públicas e donativos aumentaram fortemente (Tabelas 3a-3b). O dinamismo da atividade económica e os esforços de mobilização de receitas ajudaram a aumentar o rácio impostos/PIB em 1,3 pontos percentuais em 2017, 1,1 pontos percentuais acima da meta do programa. A maior arrecadação foi impulsionada sobretudo pelo imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, o imposto sobre vendas e direitos de importação. Acresce que o apoio orçamental da Arábia Saudita e um maior apoio de doadores multilaterais a projetos provocaram o aumento dos donativos em 1,5% do PIB. A principal área de fragilidade foram as receitas não fiscais, em que a perda de compensações das pescas da UE conduziu a uma diminuição de 0,6% do PIB

comparativamente a 2016. Dando continuidade à tendência positiva do ano passado, as receitas fiscais no primeiro trimestre de 2018 foram 13,3% superiores ao mesmo período em 2017.

O desempenho recente das receitas não fiscais foi, todavia, dececionante, com receitas das pescas e da venda de madeira cortada ilegalmente inferiores ao planeado.²

5. A despesa diminuiu relativamente ao PIB mas ultrapassou a meta do programa para 2017, tendo a despesa corrente superado em 1,1% do PIB a meta do programa. Tal deveu-se principalmente a uma maior despesa em bens e serviços e a um aumento de “outras” despesas (em parte, o resultado de pagamentos de bónus relacionados com a arrecadação de receitas), parcialmente compensados pelas transferências reduzidas para a empresa de Eletricidade e Águas da Guiné-Bissau (EAGB). A despesa de capital ultrapassou a meta do programa em 0,9% do PIB, assim como os resultados de 2016, com o aumento impulsionado por projetos financiados por donativos no setor social.

Guinea-Bissau: Revenue Performance
(percent of GDP)

	2016	2017	
		Prog.	Prel.
Revenue and grants	16.0	15.9	18.3
Revenue	12.1	11.7	12.8
Tax revenue	9.1	9.3	10.4
Direct taxes	2.6	2.5	2.7
of which: Corporate income tax	1.4	1.3	1.7
Indirect taxes	6.5	6.8	7.6
Import duties	1.5	1.5	2.0
Domestic sales tax	2.9	3.1	3.6
Other indirect taxes	2.0	2.2	2.1
Nontax revenue	3.0	2.4	2.4
Grants	4.0	4.1	5.5

Sources: Guinea-Bissau authorities; and IMF staff estimates.

Guinea-Bissau: Expenditure Performance and Financing
(percent of GDP)

	2016	2017	
		Prog.	Prel.
Expenditure	20.7	17.6	19.6
Expense	14.6	11.5	12.6
Wages and salaries	5.0	4.3	4.5
Goods and services	1.7	2.4	2.8
Transfers	4.0	3.0	2.7
Interest	0.7	0.4	0.5
Other	2.9	1.4	2.0
Net acquisition of nonfinancial assets	6.1	6.1	7.0
Domestically financed	0.2	0.3	0.3
Foreign financed (including BOAD)	5.8	5.8	6.7
Overall balance, including grants (cash)	-4.2	-1.8	-1.5
Domestic financing (net)	3.8	1.5	1.4
Of which: Net domestic bank credit	2.3	-0.2	-0.2
External financing (net)	0.4	0.3	0.1

Sources: Guinea-Bissau authorities; and IMF staff estimates.

¹ Além disso, a Côte d'Ivoire e o Senegal emitiram eurobonds no início de 2018, o que poderia ter beneficiado ainda mais as reservas regionais.

² O número de embarcações de pesca licenciadas nas águas da Guiné-Bissau diminuiu na sequência das regras recentes relativas ao reabastecimento e a outras operações conexas. Igualmente, em 22 de abril, final da janela de exportações fornecida pela CITES, as receitas das vendas de madeira cortada eram apenas de um terço da quantidade que as autoridades tinham originalmente planeado (0,8% do PIB anual em termos brutos).

6. O déficit global em 2017 diminuiu acentuadamente por comparação com 2016 e foi ligeiramente inferior ao programado. O déficit de tesouraria geral em percentagem do PIB foi de 1,5% em 2017, face à meta do programa de 1,8% e de 4,2% em 2016. O financiamento foi, em grande medida, proveniente da região através da emissão de títulos do Tesouro no mercado regional e do financiamento de projetos pelo Banco Oeste-Africano de Desenvolvimento (BOAD). Os empréstimos dos bancos comerciais nacionais diminuíram.

7. Os progressos na administração da receita e da gestão das finanças públicas ajudaram a assegurar resultados positivos. As autoridades aceleraram a arrecadação dos atrasados fiscais (0,6 mil milhões de FCFA) e aumentaram o cumprimento das obrigações fiscais através do alargamento e da melhor utilização dos números de identificação fiscal (NIF) e do lançamento da fatura única simplificada. Além disso, as reuniões semanais do Comité de Tesouraria ajudaram a melhorar a execução orçamental e a manter o controlo da despesa num contexto de receitas superiores. Consequentemente, numa rutura com o passado, o governo evitou as despesas não tituladas (DNT) e o aumento dos atrasados. Uma série de auditorias a entidades públicas ajudou também a melhorar a transparência e a prestação de contas.

8. A intermediação financeira permaneceu fraca num contexto de um nível elevado de créditos malparados e de baixa rendibilidade (Tabelas 4 e 5). Não obstante o crescimento económico robusto, estima-se que o crédito bruto ao setor privado tenha diminuído 2,9% em 2017. O crédito líquido de provisões diminuiu 25,3%, refletindo as grandes provisões determinadas pela Comissão Bancária no início de 2017. A evolução ainda fraca do crédito é, em parte, o reflexo da redução do crédito bancário em resposta ao elevado volume de crédito malparado (35,3% dos empréstimos no final de 2017 em termos brutos, 15,6% líquido das provisões). A baixa rendibilidade dos ativos, 0,9% em 2017, também contribuiu para a situação. Ademais, persistem as incertezas relativas à anulação do resgate bancário de 2015 e à resolução de subcapitalização de um banco (Caixa 1).

Caixa 1. Estado da anulação do resgate bancário e os bancos afetados

Mantém-se a incerteza jurídica relativa ao resgate de 2015 de dois bancos que o governo posteriormente anulou. No final de 2017, um tribunal de instância inferior decidiu não ser competente para julgar o processo civil, tendo em conta, entre outros, uma cláusula de arbitragem no contrato. O governo recorreu desta decisão num tribunal de instância superior. Chegar a uma sentença final poderá ser um processo prolongado.

Em dezembro de 2017, os dois bancos receberam instruções da Comissão Bancária regional (CB) para cumprirem os requisitos mínimos de fundos próprios até final de junho de 2018. Os bancos foram também informados de que, até essa data, não poderiam distribuir dividendos e que teriam de reportar mensalmente as medidas tomadas. Embora um dos dois bancos tenha subseqüentemente conseguido alcançar o cumprimento regulamentar, o outro permanece significativamente subcapitalizado.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

9. O desempenho do programa foi bom, tendo todos os critérios de desempenho e metas indicativas para a quinta avaliação sido cumpridos, assim como seis dos oito indicadores de referência estruturais (Tabelas 6a e 7a).

- **Critérios de desempenho:** A meta de final de 2017 relativa à receita fiscal foi ultrapassada em 12 mil milhões de FCFA (17,3%). Igualmente, em linha com os respetivos tetos zero ao abrigo do programa, não se verificou um novo endividamento externo nem de curto prazo, nem não-concessional, não se tendo registado também a acumulação de atrasados da dívida externa. O crédito bancário interno líquido ao governo central (CLG) foi 0,2 mil milhões de FCFA inferior ao teto do programa, não obstante as duas garantias de crédito assinadas durante o ano.³
- **Metas indicativas:** O saldo primário interno ficou 0,8 mil milhões de FCFA acima do piso do programa para o final de 2017. Simultaneamente não foram acumulados atrasados internos adicionais, nem se verificaram despesas não tituladas, e as despesas sociais e prioritárias ultrapassaram o piso do programa em 8,2 mil milhões de FCFA (26,5%). Dados preliminares indicam que todas as metas indicativas para março de 2018 foram cumpridas.
- **Indicadores de referência estruturais:** Seis dos oito indicadores de referência estruturais aplicáveis à quinta avaliação foram cumpridos. Dois dos indicadores não foram concluídos dentro do prazo (MPEF, ¶11). Primeiro, o governo não conseguiu concluir, conforme projetado, um projeto de diploma de um novo regime para pequenos contribuintes. Esta medida será abordada como parte de uma reforma da política fiscal mais abrangente em curso (MPEF, ¶18). Segundo, a atualização do software de gestão da dívida (SYGADE 6.0) não foi concluída até à data-alvo de dezembro de 2017, mas somente no início de 2018. Em conjunto com a assistência técnica (AT) prestada pela CNUCED e pelo Banco Mundial, as autoridades pretendem iniciar a elaboração de um relatório trimestral melhorado sobre a dívida que abranja a dívida interna e externa até ao final de 2018.

³ As garantias de crédito incidiram sobre 1,8 mil milhões de FCFA à cidade de Bissau para a construção de um mercado, dos quais somente 0,4 mil milhões de FCFA foram desembolsados e 0,9 mil milhões de FCFA para um programa de peregrinação.

Guiné-Bissau: Critérios de Desempenho Quantitativos e Metas Indicativas

(Mil milhões de FCFA, salvo indicação em contrário)

	2016	December, 2017		
		Prog.	Prel.	Status
Performance criteria¹				
Total domestic tax revenue (floor)	63.5	69.3	81.3	met
Net domestic bank credit to the central government (ceiling) ²	15.9	0.0	-0.2	met
Ceiling on new non-concessional external debt (US\$ millions) ³	0.0	0.0	0.0	met
Outstanding stock of external debt owed or guaranteed by the central government with maturities of less than one year (ceiling) ³	0.0	0.0	0.0	met
External payment arrears (ceiling) ³	0.6	0.0	0.0	met
Indicative targets				
New domestic arrears (ceiling)	4.0	0.0	0.0	met
Social and priority spending (floor)	32.2	31.0	39.2	met
Domestic primary balance (commitment basis, floor)	-14.2	3.1	3.9	met
Non regularized expenditures (DNTs, ceiling)	1.9	0.5	0.0	met
<i>Memorandum items:</i>				
Clearance of domestic payment arrears	6.1	2.2	2.4	
External budgetary assistance (US\$ millions) ⁴	0.4	4.8	4.8	
ECF disbursements (SDR millions)	5.1	6.1	6.1	
Concessional loans (US\$ millions) ⁵	7.1	12.0	9.5	

¹ The performance criteria and indicative targets are defined in the TMU.

² 2017 includes new loan guarantees (CFAF 0.4 billion for Bissau City and CFAF 0.9 billion for pilgrims).

³ These apply on a continuous basis.

⁴ Comprises budget support grants and program loans (for budget support).

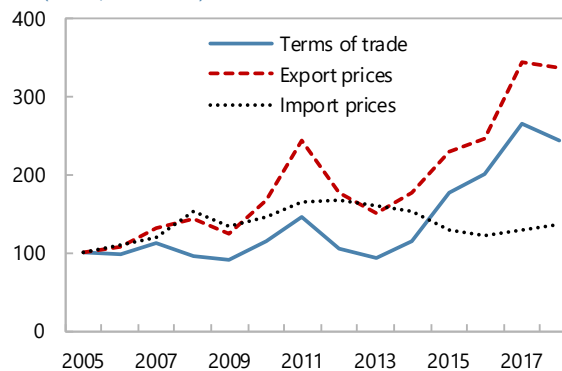
⁵ Comprises project loans with grant elements exceeding or equal to 35 percent.

PERSPETIVAS E RISCOS ECONÓMICOS

10. As perspetivas económicas são, no geral, positivas mas envolvem novos desafios.

O aumento em curso do investimento público ajudará a dar continuidade ao crescimento, abordando as deficiências na infraestrutura crítica. Além disso, o progresso recente em ultrapassar a crise política do país deverá ajudar a avançar com a agenda de reformas e a atenuar a incerteza dos investidores privados. Ao mesmo tempo, os termos de troca da Guiné-Bissau deterioraram-se com preços das importações do petróleo mais elevados e, provavelmente, preços mais baixos das exportações de caju. A campanha de caju deste ano encontra-se também sob pressão devido à duplicação do preço de referência oficial no produtor, superior ao que o mercado podia suportar, tendo atrasado o início das transações.

Export, Import Prices and Terms of Trade
(index, 2005=100)



Sources: Guinea-Bissau authorities; IMF staff calculations.

11. O quadro macroeconómico atualizado para 2018–19 apoia uma perspetiva de base favorável com crescimento sustentado, inflação baixa e défices orçamentais e externos moderados.

- Projeta-se que o crescimento económico se situe, em média, em 5,3% ao ano, apoiado por um fornecimento de eletricidade melhorado e um ambiente de negócios mais benigno, apresentando um ligeiro abrandamento face a anos anteriores tendo em conta os termos de troca menos favoráveis.
- Considerando os preços mundiais do petróleo mais elevados, a projeção indica um aumento da inflação para cerca de 2% ao ano.
- O défice da balança corrente externa deverá registar um alargamento para 2-3% do PIB, tendo em conta piores termos de troca, assim como o aumento das importações associado ao maior investimento e à expansão da atividade económica.
- A projeção é de que o défice orçamental se alargue devido a despesas de capital superiores, devendo manter-se dentro do critério da UEMOA de 3% do PIB.

Guinea-Bissau: Performance on WAEMU Convergence Criteria

	2017	2018	2019
First-order criteria			
Overall balance/GDP ¹ (≥ - 3 percent)	-1.5	-2.9	-2.6
Average consumer price inflation (≤ 3 percent)	1.1	2.0	2.2
Total debt/GDP (≤ 70 percent)	50.1	50.3	48.8
Second-order criteria			
Wages and salaries/tax revenue (≤ 35 percent)	43.1	38.2	39.0
Tax revenue/GDP (≥ 20 percent)	10.4	11.4	12.0

Sources: WAEMU; Guinea-Bissau authorities, and IMF staff estimates.

¹ Showing cash balance.

12. A perspetiva de base está sujeita a riscos consideráveis (Anexo I). Os recentes progressos no sentido da estabilidade política podem derrapar rapidamente no ambiente ainda frágil. As pressões sobre as despesas no período que antecede as eleições poderão levar a derrapagens orçamentais. As exportações de caju poderão ser inferiores ao projetado se as perturbações de mercado devido ao preço de referência superior não forem rapidamente resolvidas ou se os preços internacionais enfraquecerem. Em geral, o crescimento pode demonstrar-se mais sensível aos preços baixos do caju do que o antecipado. O acordo sobre compensações das pescas com a UE, que se pressupõe seja alcançado em 2019, poderá arrastar-se. Os riscos em sentido ascendente incluem a possibilidade de movimentos dos termos de troca positivos, assim como do apoio de doadores de grande escala, resultante da resolução da crise política e do dinamismo de reforma renovado.

Guiné-Bissau: Assistência Financeira Oficial¹, 2015-19						
(Em mil milhões de DSE, salvo indicação em contrário)						
	2015	2016	2017		2018	2019
	Act.	Act.	EBS/17/116	Prel.	Projections	
Total	52.8	45.8	52.8	60.5	69.7	72.0
Grants	40.1	27.6	32.3	42.8	39.0	44.0
Budget	5.6	0.3	2.8	2.8	0.0	0.0
Project	34.5	27.4	29.5	40.1	39.0	44.0
Loans	12.7	18.2	20.5	17.7	30.6	28.0
Budget ²	2.3	4.2	4.9	4.9	4.6	2.2
Project	10.3	14.0	15.6	12.8	26.0	25.8
(USD Millions)						
Total	89.4	77.3	90.8	104.2	131.6	137.6
Grants	67.9	46.6	55.5	73.8	73.7	84.2
Loans	21.4	30.7	35.3	30.4	57.9	53.4
(Percent of GDP)						
Total	8.5	6.6	6.8	7.7	8.4	8.1
Grants	6.5	4.0	4.1	5.5	4.7	5.0
Loans	2.0	2.6	2.6	2.3	3.7	3.1
Miscellaneous items:						
Nominal GDP (US\$ millions)	1,048	1,179	1,342	1,350	1,562	1,699

Source: Guinea-Bissau authorities.

¹ Includes only aid to the government sector (about 85-90 percent of total); the remainder goes to non-governmental organizations.

² ECF financing.

DISCUSSÕES DE POLÍTICA

13. As discussões sobre políticas centraram-se: i) na manutenção da disciplina orçamental e na mobilização das receitas para permitir despesas prioritárias, ii) na captação de investimento para abordar lacunas em infraestruturas essenciais e apoiar o crescimento, iii) na manutenção da sustentabilidade da dívida, iv) na salvaguarda da estabilidade financeira, e v) na melhoria das estatísticas económicas. O FMI está a prestar AT relacionada com todas estas áreas (Anexo II).

A. Política orçamental: Expansão do Espaço Orçamental para Despesas Prioritárias

14. Os principais desafios orçamentais na Guiné-Bissau são a mobilização de receitas e o aumento controlado da despesa em áreas prioritárias. Embora superior, o rácio impostos/PIB

permanece bem abaixo do de países comparáveis e do nível necessário para satisfazer as necessidades essenciais. Neste contexto de incertezas do apoio de doadores e de receitas não fiscais, os aumentos adicionais das receitas são fundamentais para criar espaço para os aumentos planeados das despesas prioritárias, mantendo o défice orçamental global dentro do critério da UEMOA de 3% do PIB.

Fortalecimento da Mobilização de Receitas

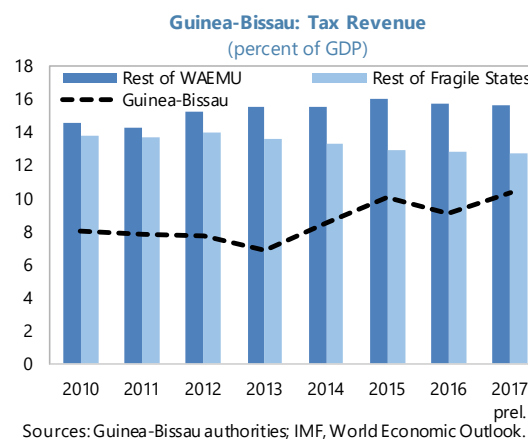
15. As reformas administrativas em curso apoiarão a mobilização de receitas (MPEF, ¶¶116 e 17).

É ainda possível expandir a utilização do NIF e da fatura única simplificada. Além disso, a inclusão recente da Direção Geral de Contribuições e Impostos (DGCI) no comité de isenções fiscais e os seus planos de produzir estimativas de despesas fiscais ajudarão a melhorar o controlo das isenções fiscais. Nas alfândegas, o lançamento recente do software SYDONIA++ em três postos fronteiriços e a respetiva aplicação do regime tarifário geral a bens importados por via terrestre pode continuar a ajudar as arrecadações, mas ainda é necessário implementar plenamente os sistemas. Para compensar o fraco desempenho das receitas não fiscais e alcançar o aumento projetado de 1,2 pontos percentuais no rácio receitas globais/PIB em 2018 é necessária uma implementação contundente das recomendações da AT do FMI. Mais especificamente:

- Usar as declarações de contribuições e impostos para assegurar que os impostos aplicáveis são retidos na fonte e transferidos para a administração tributária.
- Assegurar que todos os contribuintes do Grupo A entregam as declarações da contribuição industrial.
- Alargar o sistema de gestão tributária integrado a todos os distritos e departamentos fiscais.
- Intensificar a arrecadação dos atrasados fiscais, criando um grupo de trabalho especial de arrecadação tributária para implementar a cobrança de impostos de grandes devedores (indicador de referência estrutural proposto para setembro de 2018).
- Requerer a utilização de NIF para o pagamento de impostos e em todas as transações relacionadas com agências públicas (indicador de referência estrutural proposto para setembro de 2018).
- Reintroduzir a arrecadação do imposto de selo sobre transportes aéreos.

16. Em termos prospetivos, as reformas de política fiscal previstas devem complementar as reformas administrativas (MPEF, ¶118).

Na sequência da AT recente do FMI, as autoridades pretendem realizar uma reforma fundamental para modernizar e simplificar o sistema fiscal. O primeiro passo será apresentar um plano de reforma ao Conselho de Ministros até julho de 2018



(indicador de referência estrutural proposto). No curto prazo, a orientação será no reforço e alargamento dos impostos indiretos reduzindo as isenções legais e administrativas. Os passos seguintes serão a simplificação da gama de taxas e encargos aplicáveis ao setor do caju ou de qualquer outra forma onerados por entidades públicas, essencialmente a revisão de impostos sobre o rendimento para implementar um sistema com regras claras e simples, apropriadas ao contexto do país e, com o tempo, alargar a cobertura de impostos prediais periódicos assentes no valor de mercado. Será fundamental para a consecução das reformas futuras a criação de uma unidade de política fiscal dedicada no Ministério das Finanças.

Manutenção da Disciplina Orçamental e, em Simultâneo, Aumento das Despesas Prioritárias

17. As autoridades visam criar espaço para uma maior despesa de capital, contendo a despesa corrente e reforçando a gestão das finanças públicas (MPEF, ¶21). Atualmente, projeta-se que as despesas de capital aumentem 1,5% do PIB em 2018, impulsionadas por alguns grandes projetos de investimento em infraestruturas viárias e de energia. Isto seria propiciado, em conjunto com esforços de mobilização de receitas, pela manutenção globalmente inalterada da despesa corrente excluindo juros enquanto rácio do PIB. Para assegurar que o défice se mantém dentro dos 3% do PIB, o Comité de Tesouraria alinhará a despesa com os recursos disponíveis, orientado por projeções mensais de fluxos de caixa e, se necessário, reduzindo as despesas correntes de capital e despesas não prioritárias (por ex., viagens oficiais).

18. Auditorias recentes a empresas públicas abrem novos caminhos para melhorar a transparência orçamental e prevenir os passivos contingentes sobre os recursos públicos. Em 2017 realizaram-se nove auditorias a empresas públicas e outras entidades públicas, o que representou um importante passo em frente. As auditorias revelaram fragilidades significativas na gestão financeira, no controlo interno e em funções de adjudicação de contratos com muitos casos de não conformidade ou não cumprimento de transações relacionadas com a adjudicação de contratos, gestão de ativos e despesas com pessoal. As autoridades pretendem utilizar os resultados das auditorias e investigações de acompanhamento para abordar as deficiências (MPEF, ¶30). Além disso, estão programadas mais 15 auditorias a concluir até ao final de 2018.

B. Aumentar o Investimento para Fomentar o Crescimento

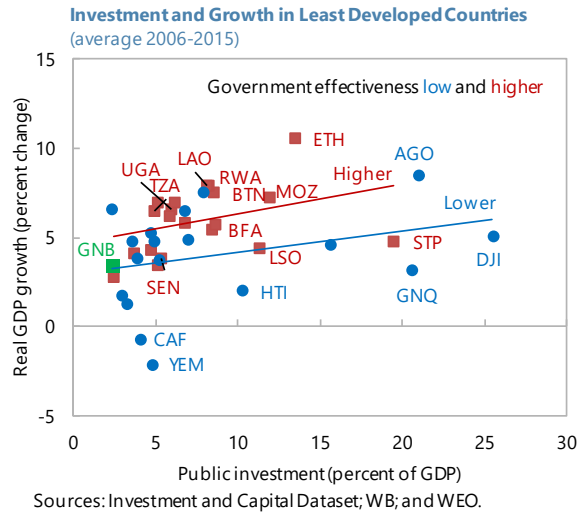
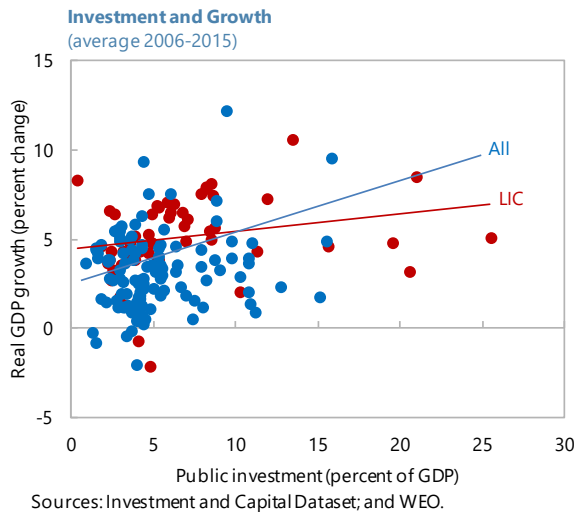
19. É fundamental fazer face às deficiências na infraestrutura básica para sustentar o desempenho do crescimento recente da Guiné-Bissau. Uma limitação significativa é a grave insuficiência do abastecimento de eletricidade: a cobertura é limitada à capital e, no geral, apenas 15% da população tem acesso a ela. Adicionalmente, nos casos em que existe disponibilidade de eletricidade, esta é sujeita a interrupções frequentes e é cara, com um preço médio de cerca de USD 0,4 por kWh. Outra grande limitação é o porto de Bissau que carece de capacidade suficiente e se encontra num estado de necessidade urgente de reparação. O aumento planeado de investimento público nestas e noutras áreas pode ajudar a eliminar os estrangulamentos ao crescimento, mas a experiência internacional salienta a importância de assegurar uma boa gestão do processo (Caixa 2).

20. É necessário reforçar o planeamento e a gestão do investimento público. Existem fragilidades ao longo da cadeia de projetos desde a identificação inicial à integração nos quadros orçamentais. Estas refletiram-se nos cerca de 10% do PIB de empréstimos, na sua maioria não concessionais, assinados em 2017 para projetos que, embora bem justificados, não estavam refletidos nos planos orçamentais (somente 0,3% do PIB estava incluído no orçamento de 2018). Embora as limitações de capacidade signifiquem que, em grande parte, seja improvável que os desembolsos destes empréstimos se iniciem antes de 2019, a sua rápida assinatura aponta para deficiências de planeamento. Para ultrapassar estas deficiências será necessário o reforço da seleção de projetos, de procedimentos de avaliação e de contratação e uma melhor coordenação entre as diferentes agências envolvidas. Em especial no setor energético, será essencial concluir o plano de melhoria da gestão para a EAGB em linha com o projeto apoiado pelo Banco Mundial (indicador de referência estrutural proposto para setembro de 2018). As autoridades estão empenhadas em tomar medidas nestas áreas (MPEF, ¶20) e uma mesa-redonda de doadores do setor energético planeada para este ano ajudará com a coordenação e o financiamento.

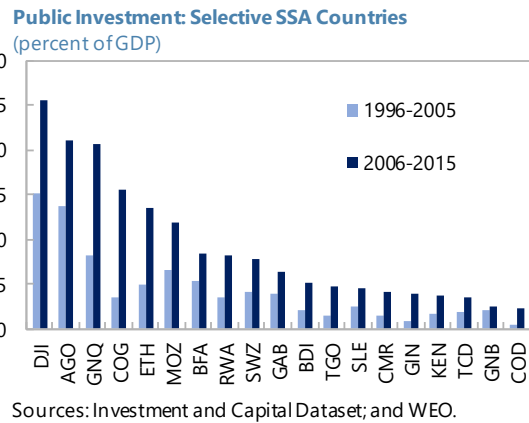
21. Um maior investimento privado é igualmente fundamental para sustentar o crescimento. Não obstante um investimento direto estrangeiro recente em hotéis e numa fábrica de cimento marcarem uma melhoria, os níveis de investimento privado na Guiné-Bissau permanecem excepcionalmente baixos, refletindo um historial de instabilidade política e governação fraca. A continuação dos progressos requererá melhorias no ambiente de negócios. Um elemento fundamental será assegurar políticas transparentes e favoráveis à concorrência no setor do caju com os preços definidos pelas leis de mercado. Outro elemento de extrema importância será o reforço do quadro jurídico e institucional para combater a corrupção e a busca de rendas improdutivas, incluindo a implementação de um regime abrangente de divulgação de património dos funcionários públicos (MPEF, ¶¶32-33),

Caixa 2. Aumentar o Investimento Público¹

A experiência internacional mostra que o investimento público pode ter um impacto significativo no crescimento, dependendo da forma como é realizado. Calderon e Serven (2010) estimaram que os países africanos poderiam impulsionar o crescimento económico anual em cerca de 1,5 pontos percentuais através do corte de metade do seu défice de infraestruturas face a outras regiões. No entanto, a ligação entre crescimento e investimento público é mais forte quando a eficácia da administração pública é superior e depende de como o investimento é financiado. A eficiência com a qual os países de baixos rendimentos convertem o investimento público em crescimento é, em geral, inferior à da maioria das economias desenvolvidas (Gupta *et al.*, 2014).



Na Guiné-Bissau, um historial de despesas de capital público baixas e voláteis, de gestão fraca do investimento público e de baixa manutenção resultou num grande défice de infraestruturas. Colmatar esta lacuna demorará muitos anos de investimento sustentado e requererá um maior planeamento, melhores procedimentos de seleção de projetos, uma consideração cuidadosa dos custos de financiamento e uma maior orientação para a gestão e manutenção dos novos ativos. Sem isso, a despesa acrescentada pode não resultar em quaisquer benefícios tangíveis, sendo os investimentos passados falhados na geração nacional de energia um exemplo que deve ser tido em conta.

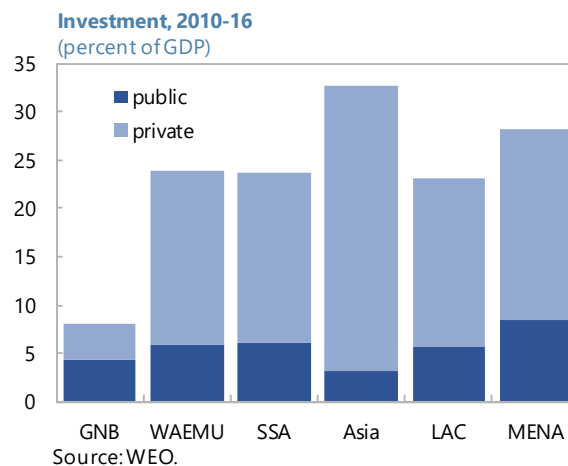


¹ Calderon, C. e L. Serven, 2010, "Infrastructure and Economic Development in Sub-Saharan Africa," *Journal of African Economies*, Vol. 19, pp. i13-i87.

Gupta, S., A. Kangur, C. Papageorgiou e A. Wane, 2014, "Efficiency-Adjusted Public Capital and Growth," *World Development*, Vol. 57, pp. 164-178.

C. Sustentabilidade da Dívida Pública

22. Os riscos para a sustentabilidade da dívida estão a ser contidos. A melhor posição orçamental ajudou a diminuir o endividamento público de 53,3% do PIB em 2016 para 50,1% em 2017. Além disso, a gestão da dívida foi reforçada pelo recurso reduzido a descobertos bancários onerosos e pela introdução de um novo software de gestão da dívida, estando em curso melhorias adicionais (MPEF, ¶¶22 e 24). A análise da sustentabilidade da dívida (Caixa 3 e anexos) indica um risco moderado de sobre-endividamento externo com vulnerabilidades acrescidas para a dívida pública total, o que reflete uma elevada dívida interna (37,7% do PIB no final de 2017).



23. As autoridades planeiam continuar a limitar a contração de empréstimos em linha com as metas do programa (MPEF, ¶¶15 e 24). Tendo em vista os riscos para a economia (ver ¶12 acima) e cientes da sua limitada capacidade de absorção e de gestão da dívida, as autoridades estão empenhadas em evitar empréstimos não concessionais e dívida externa de curto prazo. Apesar de os empréstimos não concessionais a projetos assinados em 2017 (todos do BOAD) serem em moeda nacional e, por conseguinte, não estarem sujeitos ao critério de desempenho relativo a endividamento externo não concessional, as autoridades estão a explorar formas de tornar o financiamento destes novos projetos mais concessional. Estão também a propor a expansão do teto do programa relativo ao crédito interno líquido à administração central por forma a incluir todos os empréstimos não concessionais em moeda nacional.

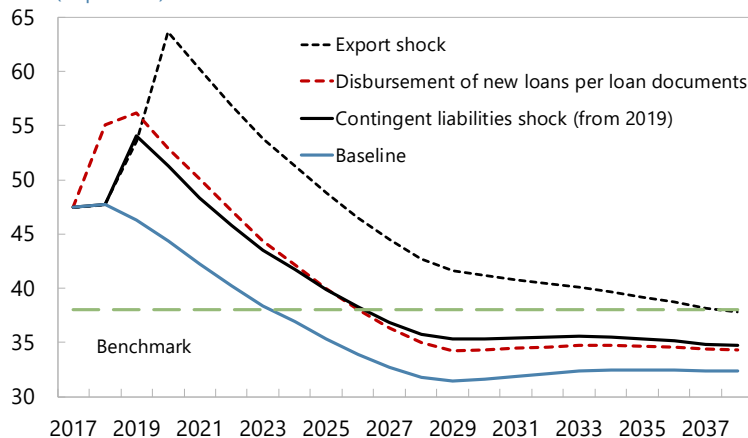
Caixa 3. Sustentabilidade da Dívida

O atual aumento do investimento público para fazer face às lacunas das infraestruturas do país necessitará de ser cuidadosamente gerido para manter a carga da dívida da Guiné-Bissau numa trajetória descendente. No cenário de base, no qual o investimento aumenta gradualmente e é contrabalançado pelo fortalecimento das receitas para manter o défice orçamental abaixo de 3% do PIB, o rácio dívida global /PIB continua a diminuir. Refletindo as limitações da capacidade de implementação e em linha com o plano de investimento público para 2018, este cenário presume que os novos empréstimos assinados em 2017 começarão, maioritariamente, a ser desembolsados somente em 2019. Os projetos podem depois ser, em grande medida, executados num período de três anos, embora isto possa requerer a redefinição de prioridades dos projetos planeados.

A trajetória de base está sujeita a riscos. Estes incluem uma descida dos preços do caju, que poderá provocar a diminuição das receitas de exportação e o enfraquecimento da capacidade de serviço da dívida. Além disso, tendo em conta o historial de conflitos da Guiné-Bissau, um recrudescimento das tensões políticas pode frustrar as políticas económicas e orçamentais prudentes. Outro risco é a materialização de passivos contingentes, estimados num total de cerca de 10% do PIB.

Num cenário alternativo em que todos os novos empréstimos de 2017 sejam desembolsados no prazo de dois anos, conforme projetado nos documentos dos empréstimos, a dívida pública aumentará. Os custos do serviço da dívida aumentarão também acentuadamente, considerando que a maior parte dos novos empréstimos são em condições não concessionais. Esse resultado colocaria a sustentabilidade da dívida em risco.

Present Value of Public Debt-to-GDP Ratio
(in percent)



Sources: Guinea-Bissau authorities; IMF staff calculations.
1/ New loans (total CFAF 87.1 billion): solar power plant; emergency diesel power plant; 14 localities OMVG network expansion; road Buba-Catio phase III, rice value chain, port rehabilitation.

Disbursement Scenarios for Loans Signed in 2017

Description	Total Cost (CFAF billion)	2018 (CFAF billion)	2021 Accumulated disbursements (percentage of total loan)
Total Central Government	64.0		
Baseline (per budget)		2.5	74.2
Per loan documents		56.9	100.0
Non-Central Government (SOEs)	22.6		
Baseline		0.0	50.1
Per loan documents		11.3	100.0

Sources: National Authorities; World Bank; and IMF estimates.

24. Os atrasados e os passivos contingentes estão a ser abordados gradualmente (MPEF, ¶¶23 e 25). Os esforços para fazer face aos atrasados da dívida externa anteriores à HIPC resultaram, entre outros, em termos próximos aos do Clube de Paris sobre atrasados do Exim Bank de Taiwan (Província da China), na regularização dos atrasados aos Emirados Árabes Unidos e em acordos (ainda a ratificar) sobre a reestruturação dos atrasados ao Brasil. Estão em curso negociações com outros credores bilaterais (Angola, Líbia, Paquistão e Rússia) relativas aos atrasados antigos remanescentes. No tocante aos atrasados a fornecedores nacionais, as autoridades estão a procurar o apoio de parceiros de desenvolvimento para realizar a auditoria de todos os pedidos de

pagamento (estimados em mais de 100 mil milhões de FCFA) até final de 2018, com vista a finalizar uma estratégia para a liquidação dos pedidos legítimos.

Guiné-Bissau: Programa de Financiamento, 2016-19						
(dívida pública desembolsada, em mil milhões de FCFA, incluindo dívida com garantia) ¹						
	2016	2017	2018 proj.		2019 proj.	
	Vol.	Vol.	Vol.	Present value	Vol.	Present value
Sources of debt financing	28.9	21.1	30.5	24.0	28.0	20.2
Foreign Currency	10.6	9.0	10.2	6.0	13.0	7.1
<i>Of which: Concessional</i>	10.6	9.0	10.2	6.0	13.0	7.1
AfDB	1.6	1.0	1.7	0.9	3.2	1.8
IDA	2.9	1.9	1.9	0.9	3.7	1.7
IMF	4.2	4.9	4.5	3.1	2.2	1.6
Other	1.9	1.2	2.0	1.1	3.9	2.0
Domestic Currency	18.2	12.1	20.4	18.0	15.0	13.1
Domestic banks (net)	0.7	-6.2	0.0	0.0	0.0	0.0
BOAD ²	7.6	8.7	20.4	18.0	15.0	13.1
Other regional (T-bills, net)	10.0	9.6	0.0	0.0	0.0	0.0
Uses of debt financing	28.9	21.1	30.5		28.0	
Infrastructure	9.9	10.0	17.7		18.7	
Social sector	0.0	0.0	0.0		0.0	
Rural development	2.9	0.5	7.6		4.6	
Budget financing ³	14.9	8.3	4.5		2.2	
Other	1.2	2.3	0.7		2.5	
<i>Memorandum items</i>						
Gov. guarantees (stock outstanding)	4.6	5.9	5.3		5.3	

Source: Guinea-Bissau authorities.

¹ Includes only loans to government. PV of all borrowing is evaluated at a 5-percent discount rate.

² BOAD financing (shown on gross basis) is partly concessional.

³ IMF, domestic banks, and regional T-bills.

D. Salvaguardar a Estabilidade Financeira

25. A recapitalização dos bancos conforme requerido e a resolução dos níveis elevados de créditos malparados são fundamentais para salvaguardar a estabilidade financeira e apoiar o crescimento saudável do setor financeiro (MPEF 1126 e 27). O estado, ainda por resolver, do resgate bancário de 2015 e o excesso de créditos malparados estão a impedir a extensão do crédito. Ademais, os bancos que não cumpram os requisitos mínimos de fundos próprios até final de junho enfrentam a intervenção da Comissão Bancária regional (CB). Nas suas discussões com as autoridades nacionais e regionais, o corpo técnico salientou a importância de uma ação regulamentar firme e de assegurar que qualquer retificação da subcapitalização minimiza os custos para a economia e respeita as melhores práticas internacionais. As expectativas do corpo técnico, apoiadas na forte advertência transmitida à CB, é de que esta atue com firmeza relativamente a

qualquer banco da Guiné-Bissau que não cumpra o prazo de final de junho. É provável que isto envolva a nomeação de um administrador temporário e o início de procedimentos de resolução, em linha com os regulamentos da CB. As autoridades nacionais manifestaram o seu total apoio à ação firme da CB e a sua avaliação de opções está a ser orientada pela AT do FMI.

26. O aprofundamento dos mercados financeiros em simultâneo com a limpeza dos balanços deve reavivar a concessão de crédito ao setor privado (MPEF, ¶28). Em consulta com bancos comerciais, as autoridades estão a desenvolver medidas para ajudar os bancos a reduzirem os créditos malparados, incluindo através da facilitação de cobrança de garantias, o que deverá ajudá-los a limpar os seus balanços e a fomentar a intermediação financeira. Além disso, as autoridades estão a atualizar o seu plano nacional de inclusão financeira, na sequência das recomendações do BCEAO, e continuarão a implementar incentivos destinados às pequenas e médias empresas de acordo com as medidas adotadas pelo Conselho de Ministros da UEMOA em setembro de 2015.

E. Melhorar as Estatísticas

27. A deficiência das estatísticas continua a prejudicar uma boa gestão económica. Verifica-se uma carência de indicadores de atividade de alta frequência e inconsistências significativas entre as contas nacionais e dados orçamentais, monetários e sobre a balança de pagamentos. Com a ajuda de parceiros de desenvolvimento, o Instituto Nacional de Estatística está a aumentar a cobertura das estatísticas económicas, com vários projetos (incluindo um inquérito às empresas e um inquérito agrícola) em curso ou em fase de desenvolvimento. Apoiados pela AT do FMI, as autoridades planeiam publicar, até julho de 2018, contas nacionais revistas com ano-base atualizado, na sequência de um mini-inquérito às famílias. Verifica-se igualmente progressos na adoção de novas metodologias para as estatísticas monetárias e da balança de pagamentos e na melhoria da cooperação entre produtores de dados oficiais. Todavia, muito ainda precisa de ser realizado para melhorar a consistência de dados entre e nos diferentes conjuntos de dados.

MODALIDADES DO PROGRAMA

28. As autoridades solicitaram uma extensão de um ano, até julho de 2019, e o aumento do acesso no âmbito do acordo ECF. A extensão assegurará continuidade e conferirá às autoridades tempo para articularem políticas que podem ser apoiadas por um novo acordo plurianual sucessor após as eleições de novembro de 2018. O aumento do acesso é necessário para fazer face às necessidades da balança de pagamentos decorrentes de preços do petróleo mais elevados e de atrasos nas compensações das pescas da UE, sendo apoiado por um bom desempenho do programa assim como pelo potencial esforço robusto de ajustamento das receitas. O aumento (dois desembolsos de 10% da quota, cada) envolverá o aumento do acesso em DSE 5,68 milhões, ascendendo o acesso total ao abrigo do programa a DSE 22,72 milhões (80% da quota) (Tabela 8).

29. O desempenho do programa continuará a ser monitorizado semestralmente (MPEF,

¶¶35-36, Tabelas 6b e 7b). No tocante a 2018, o potencial desempenho do programa será avaliado face aos critérios de desempenho propostos para o final de junho e final de dezembro, assim como às metas indicativas e aos indicadores de referência estruturais. A sexta avaliação do programa (na sequência da extensão do acordo apoiada pela ECF) será baseada nos critérios de desempenho para o final de junho de 2018 e a sua conclusão está agendada para 15 de outubro de 2018 ou após esta data. Os critérios de desempenho e as metas indicativas são definidos no Memorando Técnico de Entendimento anexo. Para melhorar a supervisão de empréstimos a projetos onerosos, o critério de desempenho relativo a crédito interno líquido à administração pública será alargado para cobrir todos os empréstimos em condições não concessionais em moeda nacional, incluindo desembolsos do banco de desenvolvimento regional, BOAD. Os novos indicadores de referência estruturais propostos incluem:

- Apresentar ao Conselho de Ministros, até final de julho de 2018, uma estratégia para a reforma fiscal abrangente, com uma cobertura que inclua os pequenos contribuintes e regras simples e que minimize a discricionariedade da liquidação.
- Até final de setembro de 2018: i) criar um Grupo de Trabalho Especial de Arrecadação Tributária para fiscalizar a cobrança de impostos de grandes devedores, ii) exigir a utilização do NIF para o pagamento de impostos e todas as transações relacionadas com agências públicas, e iii) iniciar a implementação do contrato de serviços de gestão da EAGB.

30. Garantias de financiamento. O programa, incluindo o alargamento proposto, é totalmente financiado até julho de 2019. A Guiné-Bissau tem pagamentos em atraso com Angola, Brasil, Líbia e Rússia; todos estes países apoiaram o financiamento do FMI apesar destes atrasados. O país tem estado a cumprir todas as suas obrigações remanescentes de pagamento da dívida externa, cumprindo atempadamente as suas obrigações para com o FMI e dispondo de uma capacidade de reembolso atempada (Tabela 9). O envolvimento contínuo do FMI está a mobilizar o apoio dos parceiros de desenvolvimento, conforme observado pelo aumento de donativos em 2017 e nos aumentos estimados de empréstimos a projetos. Os parceiros de desenvolvimento têm estado a considerar o apoio orçamental, mas a longa ausência, até há pouco, de um parlamento funcional tem constituído um obstáculo.

31. Avaliação das salvaguardas: A avaliação de 2018, realizada a um ciclo de quatro anos dos bancos centrais regionais, concluiu que o BCEAO continua a manter um forte ambiente de controlo interno. As principais recomendações da última avaliação em 2013 foram aplicadas. O banco adotou as normas internacionais de informação financeira em 2015 e os critérios de seleção dos auditores externos foram reforçados. As demonstrações financeiras auditadas no período desde a última avaliação apresentaram pareceres dos auditores inalterados (limpos) e são publicadas atempadamente.

AVALIAÇÃO DO CORPO TÉCNICO

32. A economia da Guiné-Bissau registou um forte crescimento pelo terceiro ano consecutivo e as perspetivas permanecem, no geral, positivas, não obstante os novos

desafios. O maior espaço orçamental permitiu um aumento do tão necessário investimento público e a recente nomeação de um governo de consenso oferece a possibilidade de encerrar o capítulo da crise política que tem afetado o país desde o segundo semestre de 2015. Simultaneamente, os ganhos dos termos de troca que apoiaram a expansão económica nos últimos três anos registaram uma inversão parcial e a obtenção de moeda estrangeira está também sob pressão devido a menores receitas associadas às pescas.

33. O reforço da gestão orçamental prosseguiu. A arrecadação de impostos aumentou e o défice orçamental registou uma diminuição acentuada em 2017, o que permitiu uma redução significativa do rácio dívida pública/PIB e a promoção da sustentabilidade da dívida. As reformas administrativas contribuíram de forma importante para melhorar os resultados, e o Comité de Tesouraria tem desempenhado, desde o final de 2016, um papel crucial no reforço do controlo das despesas, evitando transações não tituladas e o aumento dos atrasados. Além disso, uma série de auditorias a entidades públicas ajudou a melhorar a transparência e a governação.

34. A manutenção do forte impulso de reforma será fundamental para a continuação das melhorias dos resultados. O aumento almejado das receitas públicas é crítico para permitir despesas de maior prioridade e está condicionado à implementação contundente das reformas planeadas na administração fiscal e aduaneira. Os sistemas para a arrecadação de receitas não fiscais e a transferência das receitas para a principal conta da administração pública também necessitam de ser reforçados. Tudo isto requer um acompanhamento atento dos progressos. Se o aumento das receitas ficar aquém da meta, as autoridades devem estar preparadas para restringir as despesas de capital com vista a manter o défice orçamental global dentro do critério da UEMOA de 3% do PIB. No lado da despesa, alcançar os resultados desejados requererá a melhoria dos quadros para a formulação e execução orçamentais. Enfrentar rapidamente as deficiências identificadas nas auditorias recentes ajudará a reforçar a boa governação.

35. O aumento planeado do investimento público também requer reformas que o apoiem. O investimento em infraestruturas pode ajudar a eliminar os obstáculos ao crescimento, mas requer uma preparação cuidadosa. Não deverão ser contratados empréstimos se os projetos não forem apoiados por um plano setorial e não estiverem prontos para serem executados. As autoridades devem trabalhar em estreita colaboração com os parceiros de desenvolvimento para melhorar a coordenação, reforçar os procedimentos de seleção de projetos e procurar financiamento concessional. Existe também a necessidade de uma maior orientação para os aspetos de gestão, em especial no setor energético, no qual evitar a repetição de interrupções passadas para melhorar o fornecimento de eletricidade depende fundamentalmente da reforma da empresa pública, a EAGB.

36. Conseguir um crescimento sustentado e inclusivo depende também de melhorias noutras áreas-chave. O fortalecimento da prestação de serviços de saúde e educação é fundamental, bem como a melhoria do ambiente de negócios para o setor privado. No setor do caju é necessário tornar claro que o preço de referência oficial não constitui um preço mínimo, de modo que as transações se podem realizar livremente nos níveis determinado pelas leis de mercado. Outro aspeto central é o combate à corrupção através do reforço dos quadros legislativo e institucional (incluindo um aumento de recursos e da capacidade das forças da ordem relevantes) e da melhoria

da transparência na administração pública. O fortalecimento das estatísticas económicas será igualmente importante e deverão existir recursos apropriados.

37. Para salvaguardar a estabilidade do setor financeiro é necessário terminar rapidamente com o não cumprimento das normas prudenciais. Qualquer banco que permaneça subcapitalizado até ao prazo de final de junho, alargado pela Comissão Bancária, deve ser imediatamente colocado sob administração temporária e deverá dar-se início aos procedimentos de resolução. As medidas tomadas neste sentido têm de observar as melhores práticas internacionais, incluindo evitar distorções de mercado e conflitos de interesses.

38. O corpo técnico recomenda a conclusão da quinta avaliação, a extensão do acordo e o aumento do acesso e uma avaliação das garantias de financiamento. Esta recomendação baseia-se nos progressos alcançados no âmbito do programa e nas medidas tomadas para corrigir as deficiências. Acresce que a política e os planos de reforma das autoridades, conforme articulado no seu MPEF, deverão apoiar a consecução da estabilidade macroeconómica e do crescimento inclusivo.

Anexo I. Matriz de Avaliação de Riscos¹

Fonte de riscos	Probabilidade	Impacto esperado	Recomendações
Riscos internos			
Maior instabilidade política	Elevada	Elevado. A incerteza e preocupações relativas à segurança afetam o investimento privado; reveses ao reforço das instituições públicas.	Orientação para a manutenção da estabilidade macro-orçamental. Avanço com reformas do setor da segurança. Manutenção da despesa essencial para fomentar a coesão social.
Instabilidade bancária decorrente dos elevados níveis de créditos malparados, da subcapitalização e do resgate por resolver	Média	Elevado. Extensão de crédito prejudicada, reduzindo o investimento e o crescimento; possibilidade de passivos contingentes para o governo para além das pressões orçamentais.	Intensificar a supervisão bancária e a aplicação da regulamentação prudencial. Melhorar os processos e procedimentos dos bancos de cobrança de dívidas e garantias.
Reveses à GFP e à mobilização de receitas	Média	Elevado. Menores recursos para a necessária despesa social e de investimento; a sobrecarga da dívida pública pode aumentar.	Acelerar a implementação da estratégia de desenvolvimento de capacidades. Aumentar a eficiência das despesas do governo.
Continuação das deficiências nas empresas públicas	Média	Médio. Fornecimento escasso e oneroso de eletricidade e água; passivos contingentes do governo que aumentam as pressões orçamentais.	Implementar uma estratégia credível para melhorar a gestão das empresas públicas. Reforçar a fiscalização e a supervisão.
Riscos externos			
Movimentos adversos dos termos de troca	Média	Elevado. As receitas do setor privado ficam sob pressão, abalando a atividade económica; as receitas públicas diminuem deixando menos espaço às despesas prioritárias.	Criar margens de proteção para melhorar a resistência. Assegurar ajustes atempados dos preços dos combustíveis no retalho e da eletricidade. Fomentar os esforços de diversificação.

¹ A Matriz de Avaliação de Riscos (MAR) mostra eventos que podem alterar de forma material a trajetória de base (o cenário mais provável de se concretizar na perspetiva do corpo técnico do FMI). A probabilidade relativa refere-se à avaliação subjetiva do corpo técnico do FMI acerca dos riscos ao cenário de base ("baixa" = probabilidade abaixo dos 10%; "média" = probabilidade entre 10% e 30% e "alta" = probabilidade entre 30% e 50%). A MAR reflete a opinião do corpo técnico sobre a fonte de risco e o nível geral das preocupações no momento das discussões com as autoridades. Riscos não mutuamente exclusivos podem interagir e materializar-se conjuntamente.

Anexo II. Nota de Síntese Relativa à Estratégia de Desenvolvimento de Capacidades

1. O envolvimento do FMI com a Guiné-Bissau – através da AT e do programa apoiado pela ECF que se iniciou em meados de 2015 – está a ajudar a impulsionar os esforços de desenvolvimento de capacidade institucional das autoridades e a avançar com as reformas estruturais. Não obstante os desafios decorrentes das incertezas políticas e da persistência de limitações de capacidade, os departamentos da AT e o AFRITAC Ocidental estão a prestar, com êxito, AT e formação nas áreas-chave identificadas no acordo ECF. Estas incluem a administração fiscal e aduaneira, GFP (incluindo gestão de tesouraria), gestão da dívida, o setor bancário e estatísticas económicas. A AT tem, em conjunto com o apoio de outros parceiros de desenvolvimento, contribuído para uma maior tendência de receitas fiscais e aduaneiras e, mais recentemente, para melhorias da GFP e da gestão da dívida.

2. Em 2017, a AT apresentou resultados encorajadores uma vez que foi coincidente com uma economia dinâmica e um maior dinamismo de reformas desde finais de 2016. Em 2017, a AT visou sobretudo a administração fiscal e aduaneira, relativamente à qual, em conjunto com um forte crescimento económico e preços do caju mais elevados, contribuiu para um aumento nominal de 28% das receitas fiscais. De salientar igualmente as realizações notáveis em matéria de GFP e de gestão da dívida, incluindo a eliminação de despesas não tituladas, a suspensão da acumulação de atrasados, a reestruturação das dívidas e custos de serviço da dívida reduzidos. Estes progressos ajudaram a manter uma posição orçamental muito mais favorável. Simultaneamente, a AT enfrentou limitações significativas relativas à capacidade de absorção, decorrentes da ausência do equipamento necessário, procedimentos de trabalho não definidos e pessoal com formação insuficiente. As recomendações da AT têm sido, em geral, bem acolhidas pelas autoridades, mas a sua implementação tem sido, com frequência, lenta.

3. No tocante a 2018, a AT deve continuar a centrar-se, de um modo mais geral, na mobilização de receitas e nas finanças públicas. Embora superiores, as receitas públicas permanecem bem abaixo das dos países pares e são insuficientes para fazer face às necessidades urgentes de despesa social e em infraestruturas. Para ajudar a melhorar a mobilização de receitas, a AT tem de continuar a desenvolver a capacidade de administração básica, mas terá também de alargar a sua área de atuação à política fiscal, onde se verificam poucas mudanças há décadas e existe margem para simplificação e modernização. Além disso, dado que um melhor espaço orçamental permite aumentar a despesa, será importante impulsionar a AT no domínio da GFP para melhorar os procedimentos orçamentais e de planeamento. Os esforços da AT devem continuar a consolidar e a acompanhar a execução e a gestão do orçamento.

4. Outras áreas importantes da AT incluem o setor bancário, estatísticas económicas e assuntos jurídicos. No que se refere ao setor financeiro, o MCM está a aconselhar sobre a forma como abordar o elevado volume de crédito malparado e a garantir o cumprimento da regulamentação prudencial. Nas estatísticas, os dados do setor real constituirão a principal área de orientação, tendo em conta os planos de publicar contas nacionais rebaseadas. Adicionalmente, o Departamento Jurídico do FMI (LEG) ajudará as autoridades a reforçar a capacidade da Célula Nacional de Tratamento de Informação Financeira (CENTIF) para desempenhar as suas principais funções de CBC/FT e a desenvolver a capacidade de o Ministério das Finanças e da Economia realizar a supervisão de CBC/FT nas casas de câmbio.

Plano da assistência técnica para 2018 (EF2019)

Prioridades	Objetivos
Gestão das Finanças Públicas	<p><i>Melhorar a previsão, execução e controlo orçamental</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Registrar todas as despesas no sistema de gestão financeira (SIGFIP) antes do pagamento. • Reforçar a capacidade da nova unidade na Direção-Geral do Orçamento e atualizar as projeções do início do ano no segundo semestre do ano. • Preparar atempadamente a proposta orçamental. • Assegurar que todas as rubricas do orçamento estão corretamente classificadas. • Alargar o horizonte orçamental através da preparação de um plano de despesas plurianuais. • Simplificar o procedimento de execução do orçamento e manter a verificação financeira no seio do SIGFIP. • Reforçar a gestão de tesouraria e melhorar a coordenação entre orçamento e gestão de tesouraria.
Política Fiscal	<p><i>Uma avaliação global do sistema fiscal</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Simplificar a legislação fiscal fragmentada, complexa e desatualizada. • Avaliar os projetos de propostas legislativas. • Identificar as melhorias à abordagem da Guiné-Bissau à tributação do cultivo, processamento e exportação de castanha de caju.
Administração Aduaneira	<p><i>Melhorar a arrecadação de impostos e direitos, assegurar o controlo aduaneiro e facilitar o comércio legítimo</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Reforçar a capacidade da unidade responsável pela auditoria da avaliação do valor dos bens. • Reforçar as principais funções aduaneiras, incluindo a avaliação e gestão de riscos.
Administração Tributária	<p><i>Reforçar o desempenho administrativo, aumentar o cumprimento e melhorar a arrecadação de receitas.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Definir uma estratégia de conformidade baseada no risco. • Garantir os recursos necessários às operações da administração tributária. • Implementar o plano estratégico de TI para apoiar os principais processos. • Assegurar que os contribuintes estão registados e inseridos no sistema de TI. • Desenvolver e implementar uma política para gerir os atrasados fiscais. • Reforçar os processos fundamentais, como registo, preenchimento e pagamento. • Atualizar as práticas de auditoria para melhorar o cumprimento. • Reforçar a unidade de grandes contribuintes.
Gestão da Dívida	<p><i>Melhorar a capacidade da Direção da Dívida do Ministério das Finanças e assegurar a consistência entre as projeções da dívida e os orçamentos anuais/projeções orçamentais</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Criar uma força de trabalho na Direção da Dívida para o desempenho de tarefas de controlo de operações e fundos públicos. • Reafetar pessoal com base na nova organização dos serviços. • Atualizar o manual de procedimentos. • Finalizar um projeto de diploma sobre a criação e o funcionamento de um comité de gestão da dívida. • Instalar o SYGADE 6.0 com o apoio do Banco Mundial e da CNUCED.
Setor Financeiro	<p><i>Salvaguardar a estabilidade financeira e melhorar a intermediação financeira</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Recapitalizar os bancos para cumprirem os requisitos mínimos de fundos próprios. • Reduzir os créditos malparados, incluindo através da facilitação da execução de garantias. • Dar por juridicamente encerrado o resgate bancário de 2015. • Desenvolver/delinear um plano nacional de inclusão financeira.

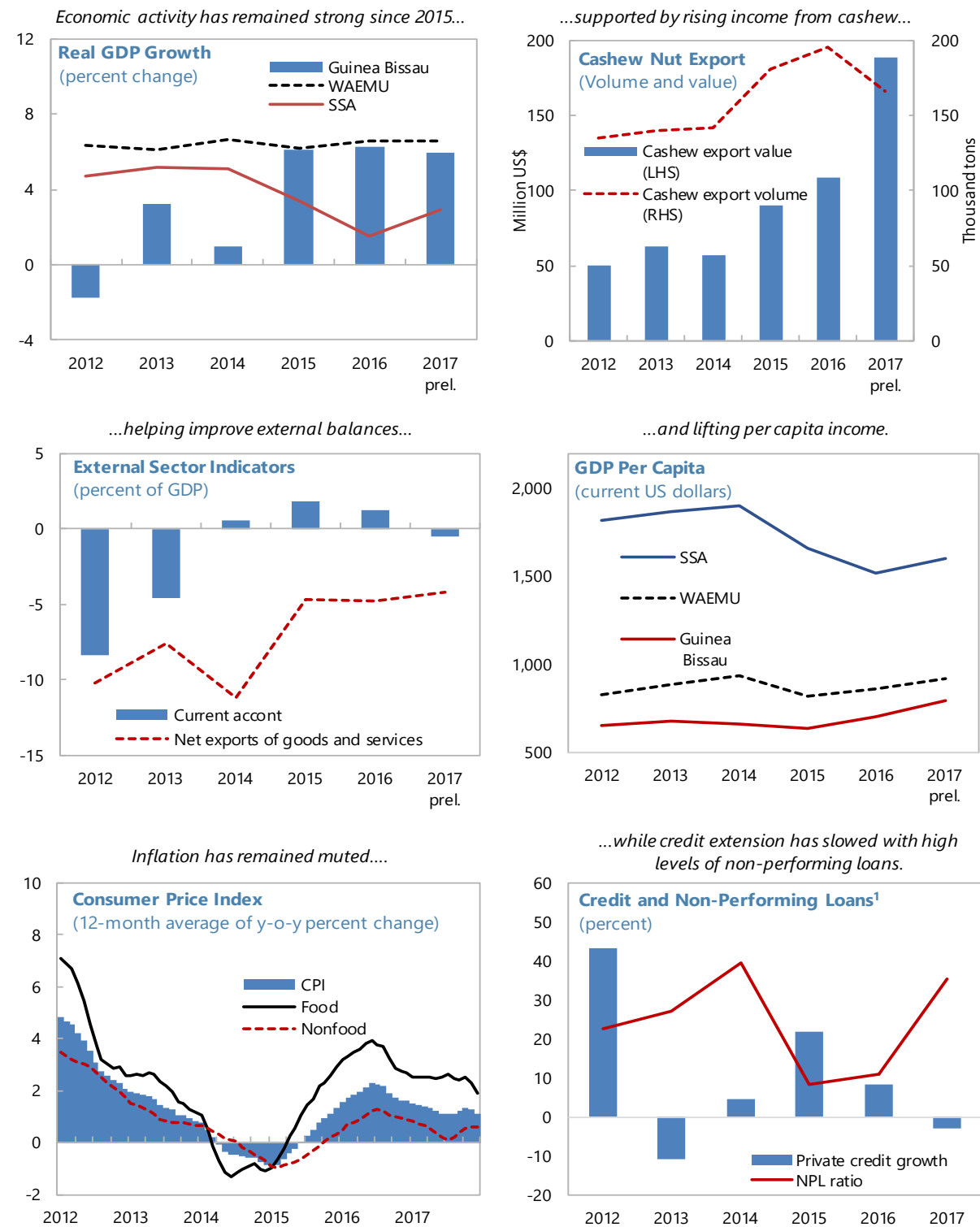
Estatísticas Económicas	<p><i>Melhorar a compilação e disseminação</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Até julho de 2018, publicar as contas nacionais revistas com o ano base atualizado. • Reforçar a capacidade institucional do INE. • Conceber um modelo para o CsPro para processar dados de inquéritos. • Migrar para o MS Excel para o processamento de dados de inquéritos. • Concluir o inquérito às famílias sobre emprego, o setor informal e a despesa. • Usar o modelo MS Excel para o processamento das demonstrações financeiras desenvolvidas pelos peritos da AT. • Compilar os dados necessários para produzir um índice de produção industrial. • Envolver o Ministério das Finanças no sentido de conceber uma estrutura organizacional revista do INE. • Reforçar a capacidade do BCEAO na compilação de dados sobre a balança de pagamentos.
-------------------------	---

5. O pessoal do AFR, os departamentos de AT e o AFRITAC Ocidental observaram que a instabilidade política, instituições frágeis e a baixa capacidade de absorção representam os principais desafios à implementação eficaz das recomendações da AT. O historial da Guiné-Bissau de conflitos e a omnipresente procura de rendas improdutivas, associados a limitações persistentes de capacidade e à fraca coordenação de políticas, envolvem um risco elevado de resultados deficientes. Para mitigar estes riscos são necessários esforços para isolar as instituições económicas da interferência política. Existe também a necessidade de aumentar os esforços para coordenar a AT do FMI com a assistência prestada por outros parceiros de desenvolvimento (nomeadamente, o Banco Mundial, a UE e o Tesouro dos EUA, que também asseguram AT na área orçamental) para minimizar a duplicação e os custos. O FMI encoraja outros prestadores de AT a partilharem os seus planos e recomendações através do gabinete do Representante Residente.

Opinião das Autoridades

6. As autoridades concordaram com a direção da AT do FMI e a ênfase dada à mobilização de receitas e à GFP. No entanto, as autoridades salientaram que seria desejável dispor de apoio adicional em algumas áreas-chave, nomeadamente: melhoria da cadeia de despesas, preparação e controlo do orçamento, práticas de tesouraria, programa de investimento público e melhoria da intermediação financeira. No tocante ao modo de prestação de AT, as autoridades preferem uma combinação de AT e formação mais orientada para a presença no terreno de consultores residentes no longo prazo e com mais peritos que falem português.

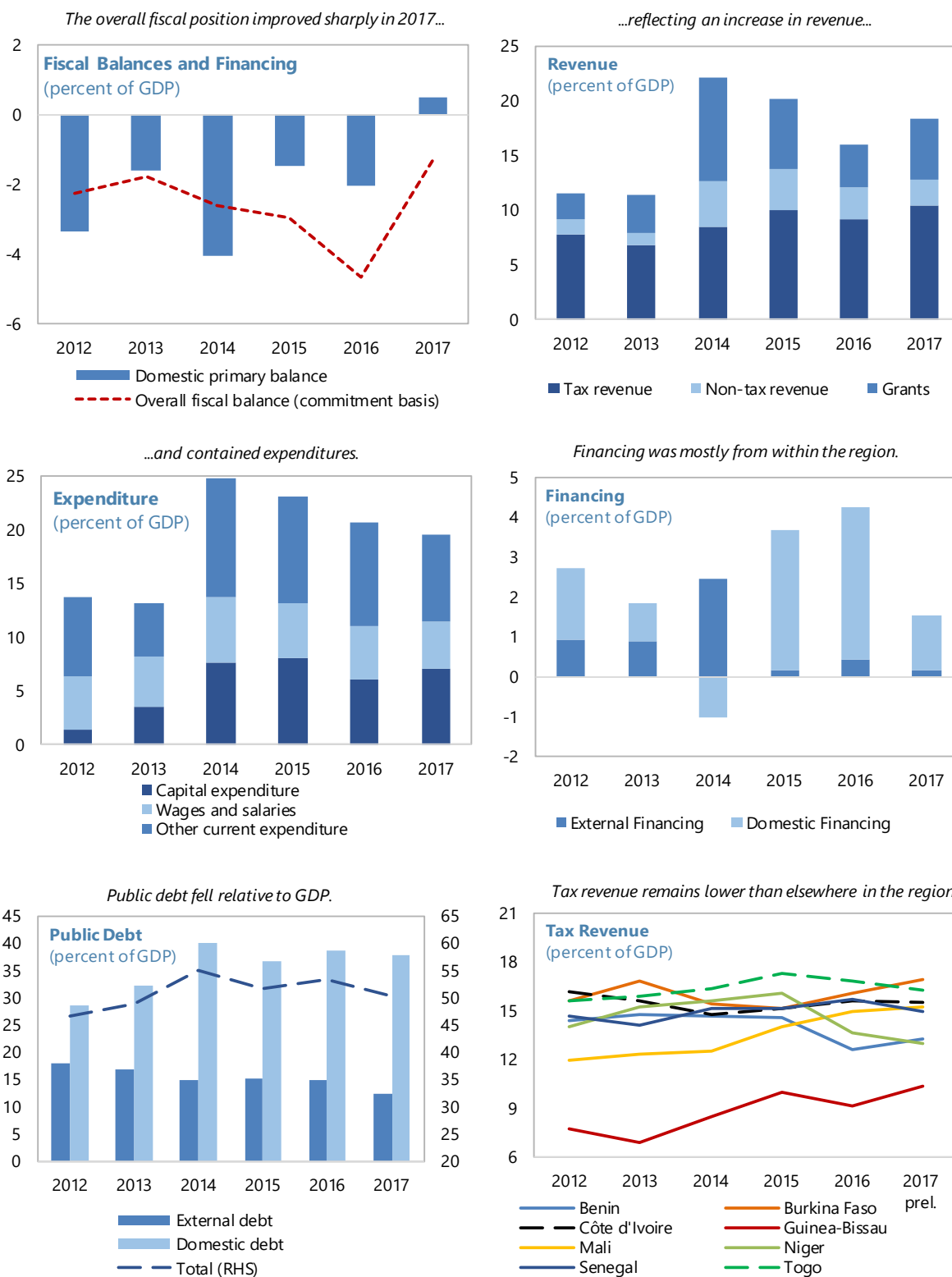
Figura 1. Guiné-Bissau: Desenvolvimentos Económicos



Fontes: Autoridades guineenses e estimativas do corpo técnico do FMI.

¹ Os créditos malparados relativos a 2015 e a 2016 não foram ajustados em função das transações de resgate anuladas.

Figura 2. Guiné-Bissau: Desenvolvimentos Orçamentais



Fontes: Autoridades guineenses e estimativas do corpo técnico do FMI.

Figura 3. Guiné-Bissau: Perspetivas de Médio Prazo

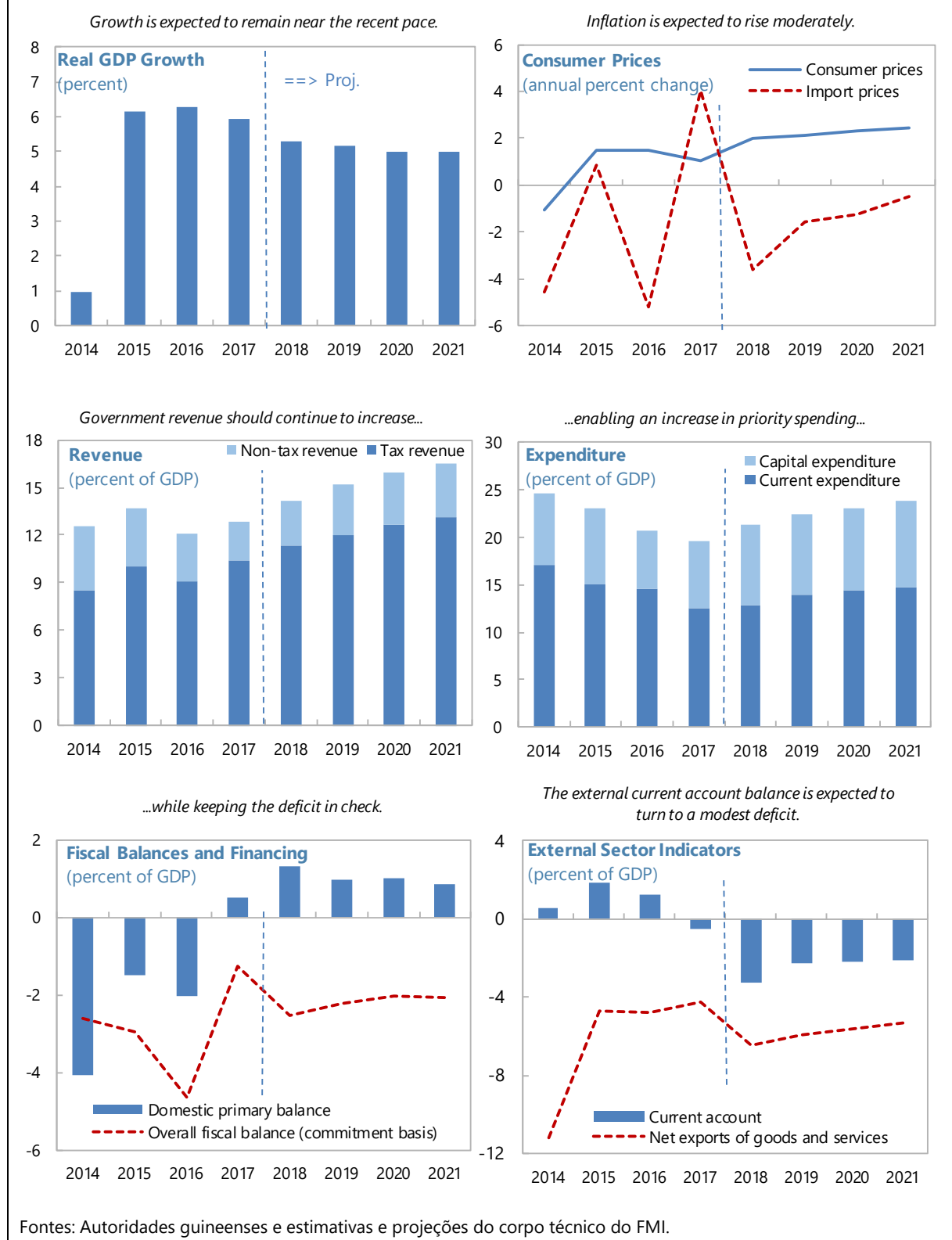


Tabela 1. Guiné-Bissau: Indicadores Económicos Seleccionados¹

	2015	2016		2017		2018		2019	2020	2021	2022	2023
		Prel.	EBS/17/116	Est.	EBS/17/116	Proj.	Projeções					
(Variação percentual anual, salvo indicação em contrário)												
Contas nacionais e preços												
PIB real a preços de mercado	6.1	6.3	5.5	5.9	5.0	5.3	5.1	5.0	5.0	5.0	5.0	5.0
PIB real per capita	3.8	4.0	3.2	3.6	2.7	3.0	2.9	2.7	2.7	2.7	2.7	2.8
Deflador do PIB	12.1	6.1	7.2	5.9	1.6	0.1	2.2	2.4	2.5	2.8	2.8	2.8
Índice de preços no consumidor (médi	1.5	1.5	2.2	1.1	2.3	2.0	2.2	2.3	2.5	2.6	2.6	2.8
Setor externo												
Exportações, FOB (com base em valor	51.8	9.6	24.5	18.7	7.1	4.0	9.5	8.8	8.4	8.5	8.4	8.4
Importações, FOB (com base em valor	-3.5	11.2	30.0	23.1	13.2	15.7	8.7	8.8	8.4	8.5	8.5	8.4
Volume de exportação	19.1	-6.9	-8.6	-5.2	5.5	7.0	6.6	5.8	5.2	5.1	4.8	4.8
Volume das importações	15.7	14.6	18.6	13.3	10.3	8.2	7.4	7.2	6.6	6.9	6.9	6.9
Termos de troca (deterioração = -)	54.4	13.9	28.7	31.2	-0.1	-7.4	2.4	2.4	2.3	2.7	2.9	2.9
Taxa de câmbio efetiva real (desvaloriz	-2.5	1.9	...	-0.1
Taxa de câmbio (FCFA por USD; média	591.2	592.8	...	580.9
Finanças públicas												
Receita interna (excluindo donativos)	29.4	-0.6	8.7	19.1	22.9	16.2	15.7	12.7	11.6	12.2	12.8	12.8
Receita interna (excl. donativos e rec. e	30.4	5.2	10.0	20.5	22.9	13.7	18.2	12.7	11.6	12.2	12.8	12.8
Total da despesa	11.3	0.9	-5.2	6.1	15.7	15.2	12.6	10.8	11.1	11.3	11.2	11.2
Despesas correntes	5.0	8.8	-12.2	-3.5	12.3	8.2	16.0	10.9	10.7	12.7	11.9	11.9
Despesas de capital	25.5	-14.2	11.7	29.2	22.3	27.7	7.4	10.5	11.8	9.0	9.9	9.9
Moeda e crédito												
Ativos internos líquidos ²	18.2	-2.5	-9.7	6.1	0.6	-0.4	2.0	1.6	1.7	1.9	1.8	1.8
<i>Dos quais:</i>												
Crédito ao governo	4.6	1.8	-0.5	-2.8	0.0	0.5	0.3	-0.4	-0.3	-0.4	-0.5	-0.5
Crédito à economia	13.0	2.2	-8.3	-7.7	1.5	1.6	1.7	2.0	2.0	2.2	2.3	2.3
Velocidade (PIB/massa monetária)	2.1	2.1	2.3	2.2	2.3	2.2	2.2	2.2	2.2	2.2	2.2	2.3
(Porcentagem do PIB, salvo indicação em contrário)												
Investimento e poupança												
Investimento bruto	8.1	7.8	8.5	10.5	8.7	12.7	12.8	13.3	13.7	13.8	14.0	14.0
D/q: investimento público	8.0	6.1	6.1	7.0	7.0	8.5	8.5	8.7	9.1	9.1	9.3	9.3
Poupança interna bruta	3.4	3.0	2.9	6.2	2.5	6.2	6.9	7.6	8.4	8.8	9.3	9.3
D/q: poupança pública	-0.5	-2.5	0.6	0.6	1.5	1.2	1.3	1.6	1.8	1.8	2.0	2.0
Poupança nacional bruta	9.9	9.1	7.8	10.0	6.4	9.4	10.6	11.1	11.6	11.8	12.1	12.1
Finanças públicas												
Total da receita	13.7	12.1	11.7	12.8	13.5	14.1	15.2	15.9	16.5	17.2	17.9	17.9
Total da despesa primária interna	15.2	14.1	11.3	12.3	12.8	12.8	14.2	14.9	15.6	16.4	17.2	17.2
Saldo primário interno	-1.5	-2.0	0.4	0.5	0.8	1.3	1.0	1.0	0.9	0.8	0.8	0.8
Saldo global (base de compromissos)												
Incluindo donativos	-3.0	-4.7	-1.7	-1.3	-1.9	-2.5	-2.2	-2.0	-2.1	-2.1	-1.9	-1.9
Excluindo donativos	-9.4	-8.6	-5.8	-6.7	-5.5	-7.3	-7.2	-7.1	-7.3	-7.4	-7.3	-7.3
Conta corrente externa												
Excl. transferências correntes oficiais	1.9	1.3	0.0	-0.5	-2.3	-3.2	-2.3	-2.2	-2.1	-2.0	-1.8	-1.8
Excl. transferências correntes oficiais	1.0	1.2	-0.4	-0.8	-2.3	-3.2	-2.3	-2.2	-2.1	-2.0	-1.8	-1.8
Stock da dívida do governo central												
d/q: dívida externa	51.7	53.3	49.2	50.1	48.3	50.3	48.8	47.4	46.0	44.6	43.2	43.2
d/q: dívida externa	15.1	14.7	12.5	12.4	13.0	12.0	12.2	12.8	14.1	15.3	16.1	16.1
Por memória:												
PIB nominal a preços de mercado (mil r	619.7	698.7	780.7	784.0	832.7	826.5	888.6	955.4	1028.5	1110.0	1198.4	1198.4
Reservas oficiais brutas das UEMOA (mi	12.4	10.4	...	13.0
(porcentagem da massa monetária)	43.8	35.0	...	35.3

Fontes: Autoridades guineenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Exclui o resgate bancário de 2015 de ¹ Excludes the 2015 bank bailout of CFAP 34.2 billion. A final determination by the courts on the legality of the

² Contributo para o crescimento da massa monetária, em percentagem.

Tabela 2. Guiné-Bissau: Balança de Pagamentos
(mil milhões de FCFA)

	2015	2016		2017		2018		2019	2020	2021	2022	2023
		Prel.	EBS/17/116	Est.	EBS/17/116	Proj.	Projeções					
Saldo da conta corrente	11.5	8.9	-0.1	-3.8	-19.0	-26.7	-20.4	-20.7	-21.8	-22.1	-22.2	
Bens e serviços	-29.1	-33.5	-38.7	-33.2	-52.1	-53.4	-52.9	-53.6	-54.5	-55.3	-56.3	
Bens	26.8	27.5	31.6	26.1	22.7	7.1	8.9	9.6	10.3	11.1	12.0	
Exportações, FOB	149.2	164.0	198.8	190.7	204.2	180.6	195.5	210.2	226.3	244.2	263.7	
<i>Das quais:</i> castanha de caju	90.5	108.7	195.6	188.4	200.8	173.2	179.9	187.3	196.4	206.7	218.4	
Importações, FOB	-122.4	-136.5	-167.2	-164.6	-181.5	-173.6	-186.6	-200.6	-216.0	-233.1	-251.7	
<i>Das quais:</i> produtos alimentares	-48.7	-60.2	-67.0	-73.8	-71.5	-65.0	-57.0	-62.8	-64.7	-69.8	-75.3	
produtos petrolíferos	-31.0	-28.0	-36.0	-38.0	-38.3	-46.8	-47.3	-48.7	-51.1	-54.7	-59.1	
Serviços (líquido)	-55.9	-61.0	-70.3	-59.3	-74.8	-60.5	-61.8	-63.2	-64.7	-66.4	-68.3	
Crédito	21.5	21.2	19.2	23.8	20.7	24.3	24.8	25.4	26.0	26.7	27.4	
Débito	-77.4	-82.2	-89.5	-83.1	-95.5	-84.7	-86.6	-88.5	-90.7	-93.1	-95.7	
Rendimentos	15.1	17.6	13.8	1.6	13.9	7.5	12.5	12.2	11.2	11.0	11.0	
Crédito	16.5	19.7	15.8	2.8	14.7	8.4	14.3	14.4	14.4	14.5	14.6	
Compensação de pescas da UE	4.1	4.1	0.0	0.0	5.9	0.0	5.9	5.9	5.9	5.9	5.9	
Outras taxas de licenciamento	8.7	8.1	8.8	7.6	8.8	8.4	8.4	8.5	8.5	8.6	8.7	
Débito	-1.4	-2.0	-2.0	-1.2	-0.8	-0.9	-1.8	-2.2	-3.3	-3.6	-3.6	
<i>do qual:</i> juros externos	-1.4	-2.0	-2.0	-1.2	-0.8	-0.9	-1.8	-2.2	-3.3	-3.6	-3.6	
Transferências correntes (líquidas)	25.5	24.7	24.8	27.8	19.2	19.2	20.0	20.7	21.5	22.3	23.1	
Oficiais	5.6	0.3	2.8	2.8	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	
Privadas	19.9	24.5	22.0	25.0	19.2	19.2	20.0	20.7	21.5	22.3	23.1	
<i>Das quais:</i> remessas	19.4	23.2	18.5	18.5	19.2	19.2	20.0	20.7	21.5	22.3	23.1	
Conta de capital ¹	35.4	29.6	53.8	64.2	30.5	39.2	44.2	49.0	53.7	59.1	65.1	
Da qual: transferências oficiais	34.5	27.4	29.5	40.1	30.3	39.0	44.0	48.8	53.5	58.9	64.9	
Conta financeira	-11.5	23.4	11.2	37.3	-16.6	-13.4	3.4	7.5	11.1	16.1	22.0	
IDE	-9.6	-14.0	-11.3	-21.6	-19.2	-22.9	-25.8	-23.9	-25.7	-27.7	-30.0	
Outros investimentos	-1.9	37.4	22.5	58.9	2.5	9.5	29.1	31.4	36.8	43.8	51.9	
Desembolsos oficiais a médio e a longo prazo	-10.0	-13.5	-15.6	-12.7	-18.8	-25.1	-23.2	-24.5	-26.1	-27.6	-28.0	
Amortização	1.4	3.9	29.9	28.2	2.4	3.8	3.6	4.3	6.1	6.3	5.9	
Bilhetes do Tesouro (financiamento regional)	-1.0	-10.0	-10.0	-9.6	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	
Ativos externos líquidos dos bancos comerciais	-23.5	40.5	0.0	-16.8	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	
Outros ativos externos líquidos	31.2	16.5	18.2	69.8	19.0	30.8	48.8	51.6	56.8	65.2	74.0	
Erros e omissões	-19.1	-21.4	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	
Saldo global	39.3	-6.4	42.4	23.1	28.1	25.9	20.5	20.7	20.9	21.0	21.0	
Financiamento	-39.3	6.4	-42.4	-23.1	-28.1	-28.1	-22.7	-20.7	-20.9	-21.0	-20.0	
Défice de financiamento (aumento do ECF)	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	2.2	2.2	0.0	0.0	0.0	1.0	
Ativos externos líquidos (aumento = -)	-39.3	6.4	-42.4	-23.1	-28.1	-28.1	-22.7	-20.7	-20.9	-21.0	-20.0	
Alívio da dívida	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	
<i>Por memória:</i>												
Quantidade de exportação do caju (milhares de toneladas)	181	195	177	166	186	171	177	182	187	193	199	
Preços de exportação do caju (USD por tonelada)	1,300	1,400	1,900	1,949	1,938	1,910	1,948	1,992	2,042	2,098	2,161	
Volume de importações de bens (variação percentual an)	15.7	14.6	18.6	13.3	10.3	8.2	7.4	7.2	6.6	6.9	6.9	
Preços do petróleo (internacional, USD por barril)	50.8	42.8	50.3	52.8	50.2	62.3	58.2	55.6	54.1	53.6	53.6	
Serviço da dívida programado												
Porcentagem de exportações e créditos de serviço	0.6	1.1	1.5	1.5	1.3	1.7	1.2	1.4	1.3	1.4	1.7	
Porcentagem do total da receita pública	1.2	2.4	3.6	3.2	2.5	3.0	2.0	2.2	2.0	2.0	2.3	
Saldo da conta corrente (porcentagem do PIB)	1.9	1.3	0.0	-0.5	-2.3	-3.2	-2.3	-2.2	-2.1	-2.0	-1.8	
Transferências oficiais (porcentagem do PIB)	6.5	4.0	4.1	5.5	3.6	4.7	5.0	5.1	5.2	5.3	5.4	
Reservas oficiais brutas das UEMOA (mil milhões de USD)	12.4	10.4	...	13.0	
(porcentagem da massa monetária)	43.8	35.0	...	35.3	

Fontes: BCEAO e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Os dados de 2017 incluem 25 mil milhões de FCFA em alívio da dívida concedido pela Província Chinesa de Taiwan.

Tabela 3a. Guiné-Bissau: Operações do Governo Central¹
(mil milhões de FCFA)

	2016		2017		2018				2019	2020	2021	2022	2023
	2015	Prel.	Dezembro		Junho		Dezembro		Projeções				
			EBS/17/116	Est.	EBS/17/116	Proj.	EBS/17/116	Proj.					
Receita e donativos	125.0	112.0	123.9	143.3	64.4	66.7	142.9	155.7	179.1	201.0	223.4	249.4	279.8
Receitas fiscais	61.9	63.5	72.9	81.3	42.3	42.3	92.6	94.0	106.7	120.5	134.6	153.0	174.1
Receitas não fiscais	22.9	20.8	18.8	19.1	7.1	9.4	20.1	22.8	28.3	31.7	35.2	37.5	40.8
Donativos	40.1	27.6	32.3	42.8	15.0	15.0	30.3	39.0	44.0	48.8	53.5	58.9	64.9
Apoio ao orçamento	5.6	0.3	2.8	2.8	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Donativos para projetos	34.5	27.4	29.5	40.1	15.0	15.0	30.3	39.0	44.0	48.8	53.5	58.9	64.9
Despesas	143.3	144.5	137.0	153.4	76.1	80.7	158.6	176.7	199.0	220.4	244.9	272.5	302.9
Despesas	93.7	102.0	89.6	98.4	49.2	51.9	100.5	106.5	123.6	137.1	151.7	171.1	191.4
Salários e ordenados	31.8	34.8	33.3	35.1	18.5	18.0	36.5	35.9	41.6	45.2	49.6	57.3	64.4
Bens e serviços	16.2	12.0	18.6	21.9	9.8	11.0	21.7	22.4	27.0	30.2	34.1	38.3	43.0
Transferências ²	18.9	28.3	23.3	21.5	9.8	9.6	19.7	21.9	25.9	30.1	32.4	37.2	42.0
Despesas não tituladas	2.7	1.9	0.5	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Juros	4.6	5.1	3.3	4.1	1.6	3.7	3.1	6.5	5.4	4.4	4.3	4.3	4.3
Outras	19.4	20.0	10.6	16.0	9.5	9.5	19.5	19.8	23.7	27.3	31.3	34.0	37.8
Aquisição líquida de ativos não financeiros	49.5	42.5	47.5	54.9	27.0	28.8	58.1	70.1	75.4	83.3	93.1	101.5	111.5
Com financiamento interno	4.9	1.6	2.4	2.2	4.0	2.5	8.9	6.0	8.1	10.1	13.5	14.9	18.5
Com financiamento externo (incl. BOA)	44.6	40.9	45.1	52.7	23.0	26.3	49.1	64.1	67.3	73.3	79.7	86.6	92.9
Saldo global, incluindo donativos (comp)	-18.3	-32.5	-13.1	-10.1	-11.7	-14.0	-15.7	-20.9	-19.9	-19.5	-21.5	-23.1	-23.1
Saldo global, excluindo donativos (comp)	-58.4	-60.1	-45.3	-52.9	-26.7	-29.0	-45.9	-60.0	-63.9	-68.2	-75.0	-82.0	-88.0
Variação dos atrasados	-6.1	-1.5	-3.0	-3.1	-1.8	-1.2	-3.2	-3.0	-3.3	-2.2	-2.0	-1.7	-1.2
Atrasados internos ³	-5.2	-2.1	-2.2	-2.4	-1.8	-1.2	-3.2	-3.0	-3.3	-2.2	-2.0	-1.7	-1.2
Acumulação no ano corrente	2.2	4.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Pagamentos em anos anteriores (-)	-7.4	-6.1	-2.2	-2.4	-1.8	-1.2	-3.2	-3.0	-3.3	-2.2	-2.0	-1.7	-1.2
Atrasados externos	-0.9	0.6	-0.8	-0.8	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Juros	-0.4	0.3	-0.3	-0.3	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Outros	-0.5	0.3	-0.5	-0.5	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Float e discrepâncias estatísticas	1.6	4.3	2.0	1.3	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Saldo global, incluindo donativos (caixa)	-22.7	-29.7	-14.1	-11.9	-13.5	-15.2	-18.8	-23.9	-23.2	-21.7	-23.5	-24.8	-24.3
Financiamento ⁴	22.7	29.7	14.1	11.9	13.5	15.2	18.8	23.9	23.2	21.7	23.5	24.8	24.3
Financiamento interno (líquido) ⁵	21.8	26.6	11.9	10.8	10.3	15.0	10.7	21.2	13.5	5.2	-1.5	-1.9	-2.5
Crédito do BCEAO	2.3	3.6	4.9	3.7	2.4	1.8	2.4	3.4	1.1	-1.6	-1.5	-1.7	-2.7
(d/q) FMI	2.3	3.6	4.9	3.7	2.4	1.8	2.4	3.4	1.1	-1.6	-1.5	-1.7	-2.7
Depósitos no BCEAO (- = acumulaçã	2.7	5.3	0.0	-4.8	0.0	0.0	0.0	-1.7	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Outro financiamento interno (líquido)	16.8	17.8	7.0	11.9	7.9	13.3	8.3	19.5	12.5	6.9	5.0	5.0	5.0
Bancos comerciais locais	7.8	0.7	-11.7	-6.2	3.8	3.5	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Bancos comerciais regionais (BTs)	1.0	10.0	10.0	9.6	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Financiamento de projetos regiona	8.0	7.1	8.7	8.6	4.2	9.7	8.3	19.5	12.5	6.9	5.0	5.0	5.0
Financiamento externo (líquido)	0.9	3.0	2.1	1.1	3.2	0.1	8.1	2.7	9.7	16.5	25.0	26.7	26.8
Desembolsos	2.1	6.4	6.9	4.1	3.9	1.6	10.5	5.6	10.8	17.6	26.1	27.8	27.8
Projetos	2.1	6.4	6.9	4.1	3.9	1.6	10.5	5.6	10.8	17.6	26.1	27.8	27.8
Programas	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Amortização	-1.1	-3.4	-29.9	-28.1	-0.6	-1.5	-2.4	-2.9	-1.1	-1.2	-1.1	-1.1	-1.1
Alívio da dívida ⁶	0.0	0.0	25.1	25.1	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
<i>Por memória:</i>													
Receitas extraordinárias ⁷	5.6	1.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	2.5	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Crédito interno líquido ao governo centr	11.5	15.9	-1.7	-1.5	7.9	13.3	8.3	17.8	12.5	6.9	5.0	5.0	5.0
Saldo primário interno (compromissos) ⁹	-9.3	-14.2	3.1	3.9	-2.1	1.1	6.3	10.7	8.7	9.4	8.9	8.8	9.2

Fontes: Autoridades guineenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Os valores excluem o resgate bancário de 2015 no montante de FCFA 34,2 mil milhões, que foi anulado.

² A rubrica de transferências inclui o reembolso de uma dívida de FCFA 10,0 mil milhões em nome da Guiné Telecom (em 2016) e o reembolso de uma dívida de FCFA 6,6 mil milhões relativa à EAGB (em 2017).

³ Registados como atrasados quando os pagamentos não são feitos há mais de 30 dias para os ordenados e 90 dias para outras despesas.

⁴ O crédito do BOAD foi reclassificado de financiamento externo para interno e os números do relatório EBS/17/116 foram ajustados nesse sentido.

⁵ A partir de 2016, os dados sobre o financiamento interno passaram a ser extraídos da síntese monetária.

⁶ Em 2017 o governo beneficiou de alívio da dívida correspondente a 90% dos empréstimos do Exim Bank da Província Chinesa de Taiwan.

⁷ Em 2015, refere-se à venda de licenças 3G, da madeira ilegal apreendida e a receitas do Euroatlântico; em 2016, à venda de licenças 3G; em 2018, à venda da madeira ilegal apreendida.

⁸ Em 2017, o CLG tal como apresentado não inclui as garantias de empréstimos (FCFA 1,8 mil milhões para a Cidade de Bissau, dos quais apenas FCFA 0,4 mil milhões foram desembolsados; e FCFA 0,9 mil milhões para peregrinos).

⁹ Exclui os donativos, as despesas de capital com financiamento externo e os juros.

Tabela 3b. Guiné-Bissau: Operações do Governo Central¹
(Em percentagem do PIB)

	2016		2017		2018				2019	2020	2021	2022	2023
	2015	Prel.	Dezembro		Junho		Dezembro		Projeções				
			EBS/17/116	Est.	EBS/17/116	Proj.	EBS/17/116	Proj.					
Receita e donativos	20.2	16.0	15.9	18.3	7.7	8.1	17.2	18.8	20.2	21.0	21.7	22.5	23.3
Receitas fiscais	10.0	9.1	9.3	10.4	5.1	5.1	11.1	11.4	12.0	12.6	13.1	13.8	14.5
Receitas não fiscais	3.7	3.0	2.4	2.4	0.9	1.1	2.4	2.8	3.2	3.3	3.4	3.4	3.4
Donativos	6.5	4.0	4.1	5.5	1.8	1.8	3.6	4.7	5.0	5.1	5.2	5.3	5.4
Apoio ao orçamento	0.9	0.0	0.4	0.4	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Donativos para projetos	5.6	3.9	3.8	5.1	1.8	1.8	3.6	4.7	5.0	5.1	5.2	5.3	5.4
Despesas	23.1	20.7	17.6	19.6	9.1	9.8	19.0	21.4	22.4	23.1	23.8	24.6	25.3
Despesas	15.1	14.6	11.5	12.6	5.9	6.3	12.1	12.9	13.9	14.4	14.8	15.4	16.0
Salários e ordenados	5.1	5.0	4.3	4.5	2.2	2.2	4.4	4.3	4.7	4.7	4.8	5.2	5.4
Bens e serviços	2.6	1.7	2.4	2.8	1.2	1.3	2.6	2.7	3.0	3.2	3.3	3.4	3.6
Transferências ²	3.1	4.0	3.0	2.7	1.2	1.2	2.4	2.6	2.9	3.1	3.2	3.4	3.5
Despesas não tituladas	0.4	0.3	0.1	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Juros	0.7	0.7	0.4	0.5	0.2	0.5	0.4	0.8	0.6	0.5	0.4	0.4	0.4
Outras	3.1	2.9	1.4	2.0	1.1	1.1	2.3	2.4	2.7	2.9	3.0	3.1	3.2
Aquisição líquida de ativos não finance	8.0	6.1	6.1	7.0	3.2	3.5	7.0	8.5	8.5	8.7	9.1	9.1	9.3
Com financiamento interno	0.8	0.2	0.3	0.3	0.5	0.3	1.1	0.7	0.9	1.1	1.3	1.3	1.5
Com financiamento externo (incl. BOA)	7.2	5.8	5.8	6.7	2.8	3.2	5.9	7.8	7.6	7.7	7.7	7.8	7.8
Saldo global, incluindo donativos (comp)	-3.0	-4.7	-1.7	-1.3	-1.4	-1.7	-1.9	-2.5	-2.2	-2.0	-2.1	-2.1	-1.9
Saldo global, excluindo donativos (comp)	-9.4	-8.6	-5.8	-6.7	-3.2	-3.5	-5.5	-7.3	-7.2	-7.1	-7.3	-7.4	-7.3
Variação dos atrasados	-1.0	-0.2	-0.4	-0.4	-0.2	-0.1	-0.4	-0.4	-0.4	-0.2	-0.2	-0.2	-0.1
Atrasados internos ³	-0.8	-0.3	-0.3	-0.3	-0.2	-0.1	-0.4	-0.4	-0.4	-0.2	-0.2	-0.2	-0.1
Acumulação no ano corrente	0.4	0.6	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Pagamentos em anos anteriores (-)	-1.2	-0.9	-0.3	-0.3	-0.2	-0.1	-0.4	-0.4	-0.4	-0.2	-0.2	-0.2	-0.1
Atrasados externos	-0.1	0.1	-0.1	-0.1	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Juros	-0.1	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Outros	-0.1	0.0	-0.1	-0.1	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Float e discrepâncias estatísticas	0.3	0.6	0.3	0.2	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Saldo global, incluindo donativos (caixa)	-3.7	-4.2	-1.8	-1.5	-1.6	-1.8	-2.3	-2.9	-2.6	-2.3	-2.3	-2.2	-2.0
Financiamento ⁴	3.7	4.2	1.8	1.5	1.6	1.8	2.3	2.9	2.6	2.3	2.3	2.2	2.0
Financiamento interno (líquido) ⁵	3.5	3.8	1.5	1.4	1.2	1.8	1.3	2.6	1.5	0.5	-0.1	-0.2	-0.2
Crédito do BCEAO	0.4	0.5	0.6	0.5	0.3	0.2	0.3	0.4	0.1	-0.2	-0.1	-0.2	-0.2
(d/q) FMI	0.4	0.5	0.6	0.5	0.3	0.2	0.3	0.4	0.1	-0.2	-0.1	-0.2	-0.2
Depósitos no BCEAO (- = acumulaçã	0.4	0.8	0.0	-0.6	0.0	0.0	0.0	-0.2	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Outro financiamento interno (líquido)	2.8	2.6	0.9	1.5	1.0	1.6	1.0	2.5	1.7	1.0	0.5	0.4	0.4
Bancos comerciais locais	1.3	0.1	-1.5	-0.8	0.5	0.4	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Bancos comerciais regionais (BTs)	0.2	1.4	1.3	1.2	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Financiamento de projetos regiona	1.3	1.1	1.1	1.1	0.5	1.2	1.0	2.5	1.7	1.0	0.5	0.4	0.4
Financiamento externo (líquido)	0.2	0.4	0.3	0.1	0.4	0.0	1.0	0.3	1.1	1.7	2.4	2.4	2.2
Desembolsos	0.3	0.9	0.9	0.5	0.5	0.2	1.3	0.7	1.2	1.8	2.5	2.5	2.3
Projetos	0.3	0.9	0.9	0.5	0.5	0.2	1.3	0.7	1.2	1.8	2.5	2.5	2.3
Programas	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Amortização	-0.2	-0.5	-3.8	-3.6	-0.1	-0.2	-0.3	-0.4	-0.1	-0.1	-0.1	-0.1	-0.1
Alívio da dívida ⁶	0.0	0.0	3.2	3.2	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
<i>Por memória:</i>													
Receitas extraordinárias ⁷	0.9	0.1	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.3	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Crédito interno líquido ao governo centr	1.8	2.3	-0.2	-0.2	1.0	1.6	1.0	2.3	1.7	1.0	0.5	0.4	0.4
Saldo primário interno (compromissos) ⁹	-1.5	-2.0	0.4	0.5	0.0	0.0	0.8	1.3	1.0	1.0	0.9	0.8	0.8

Fontes: Autoridades guineenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Os valores excluem o resgate bancário de 2015 no montante de FCFA 34,2 mil milhões, que foi anulado.

² A rubrica de transferências inclui o reembolso de uma dívida de FCFA 10,0 mil milhões em nome da Guiné Telecom (em 2016) e o reembolso de uma dívida de FCFA 6,6 mil milhões relativa à EAGB (em 2017).

³ Registados como atrasados quando os pagamentos não são feitos há mais de 30 dias para os ordenados e 90 dias para outras despesas.

⁴ O crédito do BOAD foi reclassificado de financiamento externo para interno e os números do relatório EBS/17/116 foram ajustados nesse sentido.

⁵ A partir de 2016, os dados sobre o financiamento interno passaram a ser extraídos da síntese monetária.

⁶ Em 2017 o governo beneficiou de alívio da dívida correspondente a 90% dos empréstimos do Exim Bank da Província Chinesa de Taiwan.

⁷ Em 2015, refere-se à venda de licenças 3G, da madeira ilegal apreendida e a receitas do Euroatlântico; em 2016, à venda de licenças 3G; em 2018, à venda da madeira ilegal apreendida.

⁸ Em 2017, o CLG tal como apresentado não inclui as garantias de empréstimos (FCFA 1,8 mil milhões para a Cidade de Bissau, dos quais apenas FCFA 0,4 mil milhões foram desembolsados; e FCFA 0,9 mil milhões para peregrinos).

⁹ Exclui os donativos, as despesas de capital com financiamento externo e os juros.

Tabela 4. Guiné-Bissau: Síntese Monetária¹

	2015	2016		2017		2018		2019	2020
		Prel.	EBS/17/116	Est.	EBS/17/116	Proj.	Projeções		
(mil milhões de FCFA)									
Ativos externos líquidos	167.4	201.5	243.9	207.9	272.0	236.0	256.5	277.2	
Banco Central dos Estados da África Ocidental	159.5	153.1	195.5	176.2	223.6	204.3	224.8	245.6	
Bancos comerciais	7.9	48.4	48.4	31.6	48.4	31.6	31.6	31.6	
Ativos internos líquidos	134.0	126.4	94.9	146.4	97.0	145.0	152.5	158.9	
Crédito ao governo (líquido) ²	47.9	53.3	51.6	44.2	49.2	46.0	47.0	45.3	
BCEAO, líquido	28.0	37.7	42.5	37.0	42.5	38.8	39.9	38.2	
Depósitos	6.0	0.8	0.8	5.7	0.8	7.4	7.4	7.4	
Crédito	34.0	38.4	43.3	42.7	43.3	46.2	47.3	45.6	
Bancos comerciais, líquido	19.9	15.6	9.1	7.2	6.7	7.2	7.2	7.2	
Depósitos	3.7	7.3	7.3	8.0	7.3	8.0	8.0	8.0	
Crédito	23.6	22.9	16.4	15.2	14.0	15.2	15.2	15.2	
Crédito à economia (líquido de provi-)	93.9	100.4	73.3	75.0	78.4	80.8	87.3	95.4	
Outras rubricas (líquido)	-7.7	-27.3	-30.0	27.2	-30.7	18.1	18.2	18.2	
Massa monetária (M2)	301.4	327.9	338.8	354.3	369.0	381.0	409.0	436.1	
Moeda em circulação	194.6	224.2	231.4	233.5	252.1	251.1	269.5	287.4	
Depósitos bancários	106.8	103.8	107.4	120.8	116.9	129.9	139.5	148.7	
Base monetária (M0)	202.1	232.9	235.0	243.5	256.0	261.8	281.1	299.8	
(Variação percentual da massa monetária no início do período)									
Contributo ao crescimento da moeda em sentido lato									
Massa monetária (M2)	24.8	8.8	3.3	8.1	8.9	7.5	7.4	6.6	
Ativos externos líquidos	6.5	11.3	12.9	1.9	8.3	7.9	5.4	5.1	
BCEAO	16.3	-2.1	12.9	7.0	8.3	7.9	5.4	5.1	
Bancos comerciais	-9.7	13.4	0.0	-5.1	0.0	0.0	0.0	0.0	
Ativos internos líquidos	18.2	-2.5	-9.7	6.1	0.6	-0.4	2.0	1.6	
Crédito ao governo central	4.6	1.8	-0.5	-2.8	0.0	0.5	0.3	-0.4	
Crédito ao setor privado	13.0	2.2	-8.3	-7.7	1.5	1.6	1.7	2.0	
Outras rubricas (líquido)	0.7	-6.5	-0.9	16.6	-0.9	-2.5	0.0	0.0	
<i>Por memória:</i>									
Massa monetária (M2, variação percentual)	24.8	8.8	3.3	8.1	8.9	7.5	7.4	6.6	
Base monetária (M0, variação percentual)	26.5	15.2	0.9	4.6	8.9	7.5	7.4	6.6	
Crédito ao setor privado (variação percentual)	50.1	6.9	-27.0	-25.3	7.0	7.8	8.0	9.2	
Crédito bruto ao setor privado (mil milhões de FCFA)	98.2	106.2	95.5	103.1	99.5	111.1	120.0	131.1	
(variação percentual anual)	22.0	8.2	0.9	-2.9	4.2	7.8	8.0	9.2	
Provisões para perdas com empréstimos	4.3	5.9	...	28.1	
Velocidade (PIB/M2)	2.1	2.1	2.3	2.2	2.3	2.2	2.2	2.2	
Multiplicador monetário (M2/M0)	1.5	1.4	1.4	1.5	1.4	1.5	1.5	1.5	

Fontes: BCEAO e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Fim de período. Inclui o resgate bancário (dados de 2015-16) e não inclui o Banco Atlântico.

² Bruto das provisões e incluindo o Banco Atlântico.

Tabela 5. Guiné-Bissau: Indicadores de Solidez Financeira do Sistema Bancário¹
(Porcentagem)

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Adequação dos fundos próprios							
Fundos próprios/ativos ponderados pelo r	17.4	21.0	17.3	25.8	28.9	4.8	5.5
Fundos próprios/total de ativos	4.3	5.2	9.5	11.5	8.8	3.5	28.9
Distribuição setorial do crédito							
Agricultura e pescas	2.1	3.0	1.9	1.0	0.3	2.1	1.6
Indústrias extrativas	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.7
Indústrias transformadoras	1.4	1.5	1.3	1.0	1.3	1.0	1.4
Eletricidade, gás e água	3.5	3.6	3.1	3.2	0.2	2.3	3.0
Construção civil	4.0	3.2	2.3	1.7	1.3	3.3	6.0
Comércio	52.9	52.3	53.8	54.2	58.0	54.3	64.0
Transporte e comunicações	0.1	0.1	0.1	0.0	0.1	1.1	1.7
Serviços empresariais e de seguros	0.6	0.5	0.3	0.0	0.0	2.5	3.1
Outras atividades	35.4	35.9	37.2	38.8	38.8	33.4	18.5
Qualidade dos ativos							
Créditos malparados (brutos)/total do cré	6.7	22.6	27.0	39.4	8.2	10.8	35.3
Créditos malparados (líquidos)/total do cré	2.9	14.4	16.3	22.6	6.0	7.9	15.6
Créditos malparados (líquidos)/capital	35.6	195.3	110.5	115.1	28.2	23.7	24.7
Provisões/créditos malparados brutos	51.8	31.2	39.1	46.2	46.7	45.5	64.3
Provisões/empréstimos brutos	2.7	6.1	9.4	15.7	4.8	6.2	21.9
Lucros e rentabilidade							
Rendimento líquido/ativos médios (ROA)	2.5	0.1	-3.2	-1.4	0.2	1.0	0.9
Rendimento líquido/património médio (RO)	17.7	0.6	-21.2	-13.6	2.0	8.4	6.3
Liquidez							
Ativos líquidos/total de ativos	72.3	58.1	58.2	62.2	68.3	57.3	58.9
Ativos líquidos/ativos de curto prazo	104.0	84.0	74.0	75.5	87.5	70.5	68.4
Rácio depósitos/ativos	86.3	77.1	76.5	75.0	69.0	55.7	55.9
Rácio empréstimos/depósitos	69.0	94.5	86.0	85.2	93.1	96.6	90.1
<i>Por memória:</i>							
Taxa de juro passiva (média)	4.2	4.6	4.7	4.6	4.5	4.2	4.0
Taxa de juro ativa	9.9	10.1	9.5	9.4	10.7	10.8	10.2

Fonte: BCEAO.

Tabela 6a. Guiné-Bissau: Critérios de Desempenho Quantitativos e Metas Indicativas para 2017
(Acumulado desde o início do ano civil até ao fim do mês indicado; em mil milhões de FCFA, salvo indicação em contrário)

	2016	2017								Situação
		Mar. ¹		Jun.		Set. ¹		Dez.		
		Prog.	Prel.	Prog.	Prel.	Prog.	Prel.	Prog.	Prel.	
Critérios de desempenho¹										
Total da receita fiscal interna (piso)	63.5	16.3	13.0	33.4	41.4	48.9	63.0	69.3	81.3	met
Crédito bancário interno líquido ao governo central (teto) ²	15.9	8.0	11.3	6.4	-0.4	0.0	-1.2	0.0	-0.2	met
Teto à nova dívida externa não concessional (milhões de USD) ³	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	met
Stock da dívida externa contraída ou garantida pelo governo central com vencimento igual ou inferior a um ano (teto) ³	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	met
Atrasados de pagamentos externos (teto) ³	0.6	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	met
Metas indicativas										
Novos atrasados internos (teto)	4.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	met
Despesas sociais e prioritárias (piso)	32.2	7.7	10.8	21.7	23.2	23.2	34.4	31.0	39.2	met
Saldo primário interno (base de compromissos, piso)	-14.2	-6.4	-2.2	-5.1	6.2	-1.0	6.0	3.1	3.9	met
Despesas não tituladas (teto)	1.9	0.3	0.0	0.4	0.0	1.0	0.0	0.5	0.0	met
<i>Por memória:</i>										
Eliminação de atrasados de pagamentos internos	6.1	0.4	0.4	0.4	1.4	0.4	1.5	2.2	2.4	
Apoio orçamental externo (milhões de USD) ⁴	0.4	0.0	0.0	0.0	4.8	0.0	4.8	4.8	4.8	
Desembolsos do acordo ECF (milhões de USD)	5.1	0.0	0.0	3.0	0.0	0.0	3.0	3.0	3.0	
Empréstimos concessionais (milhões de USD) ⁵	7.1	4.6	2.4	5.4	4.8	5.4	8.0	12.0	9.5	

¹ Os critérios de desempenho e as metas indicativas são definidos no Memorando Técnico de Entendimento. As metas para o fim de março e fim de set. são indicativas.

² Os dados de 2017 incluem novas garantias de empréstimos (FCFA 0,4 mil milhões para a Cidade de Bissau e FCFA 0,9 mil milhões para peregrinos a Meca).

³ Estes critérios são aplicados em bases contínuas.

⁴ Inclui os donativos em apoio ao orçamento e os empréstimos para programas (em apoio ao orçamento).

⁵ Incluem empréstimos para projetos com um elemento de concessionalidade igual ou superior a 35%.

Tabela 6b. Guiné-Bissau: Critérios de Desempenho Quantitativos e Metas Indicativas Propostos para 2018

(Acumulado desde o início do ano civil até ao fim do mês indicado; em mil milhões de FCFA, salvo indicação em contrário)

	2017	2018				
		Mar. ¹		Jun.	Set. ¹	Dec.
		Prog.	Est.	Metas propostas		
Critérios de desempenho¹						
Total da receita fiscal interna (piso)	81.3	12.1	14.8	40.2	68.7	89.3
Crédito interno líquido ao governo central (teto) ²	-0.2	13.7	3.9	13.3	13.6	19.1
Teto à nova dívida externa não concessional (milhões de USD) ³	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Stock da dívida externa contraída ou garantida pelo governo central com vencimento igual ou inferior a um ano (teto) ³	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Atrasados de pagamentos externos (teto) ³	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Metas indicativas						
Novos atrasados internos (teto)	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Despesas sociais e prioritárias (piso)	39.2	7.8	7.8	26.0	33.0	42.0
Saldo primário interno (base de compromissos, piso)	3.9	-11.7	2.9	1.1	10.0	10.7
Despesas não tituladas (teto)	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
<i>Por memória:</i>						
Eliminação de atrasados de pagamentos internos	2.4	0.9	0.1	1.2	2.3	3.0
Apoio orçamental externo (milhões de USD) ⁴	4.8	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Desembolsos do acordo ECF (milhões de USD)	6.1	0.0	0.0	3.0	0.0	3.0
Empréstimos concessionais (milhões de USD) ⁵	9.5	3.4	6.3	12.6	16.8	21.0

¹ Os critérios de desempenho e as metas indicativas são definidos no Memorando Técnico de Entendimento. As metas para o fim de março e fim de setembro são indicativas.

² A cobertura foi alargada para 2018 para incluir todos os empréstimos não concessionais em moeda nacional, incluindo o financiamento para projetos de credores regionais (projetados em FCFA 19,1 mil milhões em 2018).

³ Estes critérios são aplicados em bases contínuas.

⁴ Inclui os donativos em apoio ao orçamento e os empréstimos para programas (em apoio ao orçamento).

⁵ Incluem empréstimos para projetos com um elemento de concessionalidade igual ou superior a 35%.

Tabela 7a. Guiné-Bissau: Indicadores de Referência Estruturais ao abrigo do Programa ECF, 2015-junho de 2018

Medidas	Prazo	Fundamentação macro	Situação
Mobilização de receitas			
Implementar um posto de comércio interno em SAFIM para reconciliar os dados de faturação de mercadorias com o conteúdo efetivo do frete	Setembro de 2015	Reforçar a arrecadação de receitas	Cumprida.
Elaborar um plano estratégico para melhorar as infraestruturas e as condições de trabalho dos funcionários da administração fiscal e aduaneira interna	Dezembro de 2015	Reforçar a arrecadação de receitas	Não cumprida. Foi finalizado, em abril de 2017, um novo plano estratégico para a administração tributária.
Implementar um novo regime de pequenos contribuintes através da introdução do NIF universal (número de identificação fiscal)	Dezembro de 2015	Melhorar a administração fiscal e o cumprimento	Não cumprida.
Alargar a nova fatura única simplificada a todos os contribuintes	Setembro de 2017	Melhorar a administração fiscal e o cumprimento	Cumprida.
Concluir a atribuição de números de identificação fiscal a todos os contribuintes	Setembro de 2017	Melhorar a administração fiscal e o cumprimento	Cumprida.
Elaborar um projeto de diploma, contando com a assistência técnica do FMI, sobre um novo regime de pequenos contribuintes, simples e transparente, que proteja a base fiscal, reduza os custos de cumprimento e garanta participação universal	Dezembro de 2017	Melhorar a administração fiscal e o cumprimento	Não cumprida. Indicador de referência substituído por uma nova medida de reforma fiscal (ver Tabela 7b).
Gestão da despesa			
Elaborar um quadro de projeção mensal contínuo de fluxos de caixa do Tesouro em linha com o orçamento de 2015	Jul. 2015, para ago. 2015; em seguida todos os meses	Melhorar a gestão da despesa	Cumprida.
Transição para o pagamento de salários, ordenados e ajudas de custo a todos os funcionários públicos (incluindo o serviço de segurança) através do sistema bancário	Setembro de 2015	Reduzir o manuseamento de numerário pelo Tesouro e reforçar a gestão das finanças públicas	Não cumprida. Implementada em outubro de 2015.
Preparar um relatório trimestral sobre a execução do PIP. Jul. 2015, para ago. 2015; em seguida todos os meses	Dez. 2015, para o relatório de set. 2015; em seguida trimestralmente	Melhorar a execução do PIP e a supervisão	Cumprida.

Tabela 7a. Guiné-Bissau: Parâmetros Estruturais ao abrigo do Programa ECF, 2015-junho de 2018 (continuação)			
Medidas	Prazo	Fundamentação macro	Situação
Elaborar um quadro de projeção mensal contínuo de fluxos de caixa do Tesouro em linha com o orçamento de 2017	Dez. 2016, para jan. 2017; em seguida todos os meses	Melhorar a gestão da despesa	Cumprida.
Elaborar atempadamente relatórios trimestrais sobre execução orçamental a nível ministerial, detalhando a classificação económica das despesas	Dez. 2016; em seguida trimestralmente	Melhorar a execução orçamental e a supervisão	Cumprida.
Como precursor à Conta Única do Tesouro prevista, elaborar uma lista (incluindo contas de 2015) de fontes de receitas próprias arrecadadas pelos ministérios, direções e organismos do Estado	Dezembro de 2016	Reforçar a gestão da despesa pública	Cumprida.
Gestão da dívida			
Reinstalar e operacionalizar o sistema de TI de gestão da dívida	Julho de 2015	Melhorar a capacidade da gestão da dívida e as políticas de endividamento	Não cumprida. Implementada com atraso.
Elaborar um relatório trimestral sobre os compromissos, acordos e desembolsos da dívida externa	Dez. 2015, para o relatório de jun. 2015; em seguida trimestralmente.	Melhorar a capacidade da gestão da dívida e a transparência nos compromissos da dívida externa	Cumprida.
Elaborar um relatório trimestral sobre os compromissos, acordos e desembolsos da dívida externa	Dez. 2016, para o relatório de set. 2016; em seguida trimestralmente.	Melhorar a capacidade da gestão da dívida e a transparência nos compromissos da dívida externa	Cumprida.
O Conselho de Ministros deve publicar um decreto para clarificar a autoridade de emissão da dívida e o procedimento para a emissão de garantias governamentais, operações de reempréstimo e grandes passivos	Dezembro de 2016	Alinhar a política de gestão da dívida da Guiné-Bissau com o regulamento da UEMOA	Não cumprida. Concluída em junho de 2017.
Elaborar um relatório trimestral sobre os compromissos, acordos e desembolsos da dívida externa	Dez. 2016, para o relatório de set. 2016; em seguida trimestralmente	Melhorar a capacidade da gestão da dívida e a transparência nos compromissos da dívida externa	Cumprida.

Tabela 7a. Guiné-Bissau: Parâmetros Estruturais ao abrigo do Programa ECF, 2015-junho de 2018 (continuação)

Medidas	Prazo	Fundamentação Macro	Situação
Instalar uma versão mais recente do software de gestão de dívida, SYGADE 6.0, e dar início à sua utilização, para analisar de forma eficaz a dívida e as projeções do serviço da dívida	Dezembro de 2017	Reforçar a gestão da dívida e evitar o pagamento de atrasados	Não cumprida. O software foi instalado no início de 2018.
Ambiente de negócios e política global			
Concluir uma auditoria internacional e abrangente do Fundo de Promoção da Industrialização de Produtos Agrícolas (FUNPI)	Setembro de 2015	Melhorar a produção e o comércio de castanha de caju	Não cumprida. Concluída em abril de 2016.
Elaborar um plano de auditoria para todas as empresas públicas e fundos autónomos	Dezembro de 2016	Melhorar a prestação de serviços e a sustentabilidade financeira das empresas públicas	Não cumprida. Reprogramada para novembro de 2016.
Delinear uma estratégia para promover a produção e a transformação da castanha de caju, com base nos resultados da auditoria do FUNPI	Junho 2016	Reduzir os custos de transação	Não cumprida. Reprogramada para junho de 2017
Elaborar um plano de auditoria para todas as empresas públicas e fundos autónomos	Novembro de 2016	Melhorar a prestação de serviços e a sustentabilidade financeira das empresas públicas	Cumprida.
A EAGB apresentará relatórios pormenorizando os seus fluxos financeiros para o exercício de 2015 e os três primeiros trimestres de 2016, mensalmente a partir de outubro de 2016	Dezembro de 2016	Instalar transparência nas operações e na posição financeira da EAGB	Não cumprida. Reprogramada para julho de 2017 e concluída em outubro de 2017.
Concluir uma avaliação dos dois bancos afetados pelo resgate com a assistência da Comissão Bancária da UEMOA e elaborar um plano de ação destinado a colocá-los em situação de cumprimento das normas prudenciais	Abril de 2017	Reforçar a saúde do sistema bancário	Cumprida.
Delinear uma estratégia para promover a produção e a transformação da castanha de caju, com base nos resultados da auditoria do FUNPI	Junho 2017	Reduzir os custos de transação	Cumprida.

Tabela 7a. Guiné-Bissau: Parâmetros Estruturais ao Abrigo do Programa ECF, 2015-junho de 2018 (conclusão)

Medidas	Prazo	Fundamentação macro	Situação
A EAGB apresentará relatórios pormenorizando os seus fluxos financeiros para o exercício de 2015 e os três primeiros trimestres de 2016, mensalmente a partir de outubro de 2016	Outubro de 2017; em seguida todos os meses	Instalar transparência nas operações e na posição financeira da EAGB	Cumprida. No entanto, a qualidade continua a ser fraca.
Propor ao Conselho de Ministros um orçamento para 2018	Dezembro de 2017	Gestão orçamental adequada	Cumprida.
Propor ao Conselho de Ministros um plano de melhoria de gestão para a EAGB	Março de 2018	Potencializar a eficácia da empresa de serviços públicos, reduzir os custos de fornecimento de eletricidade e evitar passivos contingentes	Cumprida.

Tabela 7b. Guiné-Bissau: Indicadores de Referência Estruturais Propostos no Âmbito do Programa ECF, 2018			
Medidas	Prazo	Fundamentação macro	Situação
Mobilização de receitas			
Apresentar ao Conselho de Ministros uma estratégia para a reforma fiscal abrangente, com uma cobertura que inclua os pequenos contribuintes e regras simples e que minimize a discricionariedade da liquidação	Julho de 2018	Melhorar a administração fiscal e o cumprimento	Novo indicador de referência.
Criar um Grupo de Trabalho Especial de Arrecadação Tributária para fiscalizar a cobrança de impostos dos grandes devedores	Setembro de 2018	Melhorar o cumprimento e arrecadação fiscais	Novo indicador de referência.
Requerer a utilização de NIF para o pagamento de impostos e todas as transações relacionadas com agências públicas.	Setembro de 2018	Melhorar a administração fiscal e o cumprimento	Novo indicador de referência.
Gestão da despesa			
Elaborar um quadro de projeção mensal contínuo de fluxos de caixa do Tesouro em linha com o orçamento anual	Em curso, mensalmente.	Melhorar a gestão da despesa	Indicador de referência já existente.
Elaborar tempestivamente relatórios trimestrais sobre execução orçamental a nível ministerial, detalhando a classificação económica das despesas	Em curso, trimestralmente.	Melhorar a execução orçamental e a supervisão	Indicador de referência já existente.
Gestão da dívida			
Elaborar um relatório trimestral sobre os compromissos, acordos e desembolsos da dívida externa	Em curso, trimestralmente.	Melhorar a capacidade da gestão da dívida e a transparência nos compromissos da dívida externa	Indicador de referência já existente.
Ambiente de negócios e política global			
A EAGB apresentará mensalmente relatórios pormenorizando os seus fluxos financeiros	Em curso, mensalmente.	Instalar transparência nas operações e na posição financeira da EAGB	Indicador de referência já existente.
Iniciar a implementação de um contrato de serviço para a gestão da EAGB	Setembro de 2018	Potencializar a eficácia da empresa de serviços públicos, reduzir os custos de fornecimento de eletricidade e evitar passivos contingentes	Novo indicador de referência.

Tabela 8. Guiné-Bissau: Calendário de Desembolsos Proposto ao Abrigo do Acordo ECF,¹

Disponibilidade	Desembolsos		Condição para o desembolso	Situação
	Em milhões de DSE	Em % da quota ²		
10 de julho de 2015	2.84	10.0	Aprovação do acordo ECF de três anos.	Desembolsado
15 de outubro de 2015	2.84	10.0	Conclusão da primeira avaliação pelo Conselho com base no cumprimento dos critérios de desempenho para 30 de junho de 2015.	Desembolsado
15 de abril de 2016	2.272	8.0	cumprimento dos critérios de desempenho para 31 de dezembro de 2015.	Desembolsado
15 de abril de 2017	3.030	10.67	Conclusão da terceira avaliação pelo Conselho com base no cumprimento dos critérios de desempenho para 31 de dezembro de 2016.	Desembolsado
15 de outubro de 2017	3.030	10.67	Conclusão da quarta avaliação pelo Conselho com base no cumprimento dos critérios de desempenho para 30 de junho de 2017.	Desembolsado
15 de abril de 2018	3.028	10.66	Conclusão da quinta avaliação pelo Conselho com base no cumprimento dos critérios de desempenho para 31 de dezembro de 2017.	
15 de outubro de 2018 ³	2.84	10.0	Conclusão da sexta avaliação pelo Conselho com base no cumprimento dos critérios de desempenho para 30 de junho de 2018.	
15 de abril de 2019 ³	2.84	10.0	Conclusão da sétima avaliação pelo Conselho com base no cumprimento dos critérios de desempenho para 31 de dezembro de 2018.	
Total dos desembolsos:	22.72	80.0		

Fonte: Estimativas do corpo técnico do FMI.

¹ A primeira e a segunda avaliações do acordo ECF foram combinadas e concluídas em 2 de dezembro de 2016. A terceira avaliação foi concluída em 6 de julho de 2017. A quarta avaliação foi concluída em 11 de dezembro de 2017.

² Com base na nova quota para a Guiné-Bissau no âmbito da XIV Avaliação Geral das Quotas.

³ Desembolsos adicionais propostos nos termos da prorrogação do acordo ECF.

Tabela 9. Guiné-Bissau: Indicadores da Capacidade de Reembolso ao FMI

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
	Projeções									
	(milhões de DSE, salvo indicação em contrário)									
Obrigações com o FMI com base no crédito existente										
Capital	1.45	1.45	1.45	1.29	1.59	2.80	2.80	2.80	2.23	1.21
Encargos e juros	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Obrigações com o FMI com base no crédito existente e potencial										
Capital	1.45	1.45	2.16	2.00	2.30	3.51	3.82	4.26	3.98	2.95
Encargos e juros	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Obrigações totais com base no crédito existente e potencial										
Milhões de DSE	1.45	1.45	2.16	2.00	2.30	3.51	3.82	4.26	3.98	2.95
Mil milhões de FCFA	1.12	1.11	1.64	1.52	1.74	2.65	2.89	3.22	3.01	2.23
Porcentagem da receita públi	0.96	0.82	1.08	0.89	0.91	1.24	1.18	1.15	0.93	0.60
Porcentagem das exportações:	0.54	0.50	0.70	0.60	0.64	0.91	0.92	0.96	0.83	0.57
Porcentagem do serviço da d	31.50	41.83	48.23	45.63	46.36	54.20	57.57	54.41	49.11	32.70
Porcentagem do PIB	0.13	0.12	0.17	0.15	0.16	0.22	0.22	0.23	0.20	0.14
Porcentagem da quota	5.11	5.11	7.61	7.04	8.10	12.36	13.45	15.00	14.01	10.39
Porcentagem das reservas	0.55	0.49	0.67	0.57	0.61	0.86				
Saldo em dívida com o FMI										
Milhões de DSE	21.18	25.60	26.28	24.28	21.98	18.47	14.65	10.39	6.42	3.46
Mil milhões de FCFA	16.30	19.60	19.99	18.41	16.64	13.97	11.08	7.86	4.86	2.62
Porcentagem da receita públi	13.96	14.51	13.13	10.84	8.74	6.50	4.51	2.79	1.50	0.70
Porcentagem das exportações:	7.95	8.90	8.49	7.30	6.14	4.80	3.54	2.34	1.34	0.67
Porcentagem do serviço da d	460.17	738.49	586.81	553.89	443.06	285.18	220.79	132.70	79.21	38.36
Porcentagem do PIB	1.97	2.21	2.09	1.79	1.50	1.17	0.86	0.56	0.32	0.16
Porcentagem da quota	74.58	90.14	92.54	85.49	77.39	65.04	51.58	36.58	22.61	12.18
Porcentagem das reservas	7.98	8.72	8.14	6.91	5.79	4.53				
Uso líquido do crédito do FMI	4.42	1.39	-2.16	-2.00	-2.30	-3.51	-3.82	-4.26	-3.98	-2.95
Desembolsos	5.868	2.840	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
Reembolsos e recompras	1.45	1.45	2.16	2.00	2.30	3.51	3.82	4.26	3.98	2.95
	(mil milhões de FCFA)									
Por memória:										
PIB nominal	826.5	888.6	955.4	1,028.5	1,110.0	1,198.4	1,293.9	1,397.0	1,508.2	1,628.4
Exportações de bens e serviç	204.9	220.3	235.5	252.3	270.9	291.1	312.8	336.3	361.6	388.8
Receita pública	116.7	135.0	152.2	169.8	190.5	214.9	245.5	281.2	322.9	371.6
Serviço da dívida	3.5	2.7	3.4	3.3	3.8	4.9	5.0	5.9	6.1	6.8
Ativos externos líquidos do b.	204.3	224.8	245.6	266.4	287.4	308.4
FCFA/DSE (média do período)	769.5	765.6	760.6	758.1	757.2	756.4	756.4	756.4	756.4	756.4
Quota (DSE)	28.4	28.4	28.4	28.4	28.4	28.4	28.4	28.4	28.4	28.4

Fonte: Estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

Tabela 10. Guiné-Bissau: Tabela de Indicadores Comuns Necessários à Supervisão

	Data da observação mais recente	Data da receção	Frequência dos dados ⁷	Frequência do reporte ⁷	Frequência da publicação ⁷
Taxas de câmbio			D	D	D
Ativos de reservas internacionais e passivos relacionados com as reservas das autoridades monetárias ¹	Fev. 2018	Abril de 2018	M	M	M
Base monetária	Fev. 2018	Abril de 2018	M	M	M
Massa monetária	Fev. 2018	Abril de 2018	M	M	M
Balanço do banco central	Fev. 2018	Abril de 2018	M	M	M
Balanço consolidado do sistema bancário	Fev. 2018	Abril de 2018	M	M	M
Taxas de juro ²	Fev. 2018	Abril de 2018	M	M	M
Índice de preços no consumidor	Fev. 2018	Abril de 2018	M	M	M
Receita, despesa, balança e composição do financiamento ³ – Administração Pública ⁴					
Receita, despesa, balança e composição do financiamento ³ – Governo Central	Dez. 2017	Abril de 2018	M	T	T
Stock da dívida interna contraída pelo governo central ⁵	Dez. 2017	Fev. 2018	M	M	M
Stock da dívida interna garantida pelo governo central ⁵	2017	Abril de 2018	A	I	I
Saldo da conta corrente externa	2017	Fev. 2018	A	A	A
Exportações e importações de bens e serviços	2017	Abril de 2018	M	M	M
PIB	2017	Abril de 2018	A	A	A
Dívida externa bruta	2017	Abril de 2018	M	T	T
Posição de investimento internacional ⁶	2016	Out. 2017	A	I	I
<p>¹ Quaisquer ativos de reserva que sejam garantidos ou de alguma forma onerados devem ser especificados separadamente. Igualmente, os dados devem incluir passivos de curto prazo associados a moeda estrangeira, mas liquidados por outros meios, assim como os valores nominais de derivados financeiros para pagar e receber moeda estrangeira, incluindo os associados a uma moeda estrangeira mas liquidados por outros meios.</p> <p>² Taxas de mercado e oficiais, incluindo taxas de desconto, taxas do mercado monetário, títulos, bilhetes e obrigações do Tesouro.</p> <p>³ Financiamento estrangeiro, bancário interno e não bancário interno.</p> <p>⁴ A administração pública é composta pelo governo central (fundos orçamentais, fundos extraorçamentais e fundos de segurança social) e os governos provinciais e locais.</p> <p>⁵ Incluindo a composição por vencimento.</p> <p>⁶ Inclui as posições em ativos e passivos financeiros externos brutos face a não residentes.</p> <p>⁷ Diária (D), semanal (S), mensal (M), trimestral (T), anual (A), irregular (I), não disponível (ND.)</p>					

Anexo I. Carta de Intenções

Bissau, Guiné-Bissau
16 de Maio de 2018

Ex.ma Senhora Christine Lagarde
Diretora-Geral
Fundo Monetário Internacional
Washington, D.C. 20431

Senhora Diretora-Geral:

1. O Governo da Guiné-Bissau continua fortemente empenhado no programa económico apoiado pela Facilidade Alargada de Crédito (ECF) de três anos, aprovado pelo Conselho de Administração do FMI em 10 de Julho de 2015. Este acordo, cuja quarta avaliação foi concluída pelo Conselho de Administração em 11 de Dezembro, de 2017, apoia o nosso programa económico e tem como objectivo consolidar a estabilidade macroeconómica, acelerar o crescimento e reduzir a pobreza.
2. O Memorando de Políticas Económicas e Financeiras (MPEF) anexo actualiza o MPEF de 17 de Novembro de 2017. Descreve os recentes desenvolvimentos económicos e resume o progresso alcançado na implementação das políticas e reformas estruturais, ao abrigo do programa apoiado pela ECF. O MPEF delinea também as nossas políticas macroeconómicas e medidas estruturais para o próximo período.
3. Conforme explicado no MPEF, cumprimos todos os critérios de desempenho e metas quantitativas indicativas e para o final de Dezembro de 2017, e o nosso desempenho quanto aos parâmetros estruturais foi satisfatório. Cumprimos seis dos oito parâmetros estruturais para esta avaliação, uma vez que incumprimos a instalação e utilização de um melhor programa informático de gestão da dívida e a elaboração de um projecto legislativo sobre um regime de pequenos contribuintes. A primeira destas medidas foi posteriormente concluída. A segunda medida será abordada como parte de uma política de reforma fiscal mais ampla de acordo com as recomendações da assistência técnica do FMI, para a qual iremos apresentar uma estratégia ao Conselho de Ministros até Julho de 2018.
4. A actividade económica permaneceu robusta em 2017, sustentada por desenvolvimentos favoráveis nas nossas condições comerciais e por uma gestão macroeconómica prudente. Os saldos das finanças públicas melhoraram acentuadamente devido ao reforço da mobilização da receita e da gestão cuidadosa das despesas. O crescimento continuado e a melhoria da confiança dos investidores está a apoiar a expansão do crédito e a inclusão financeira, apesar dos desafios subsistentes do crédito malparado.
5. No médio prazo, esperamos que o crescimento real do PIB aumente em média 5% ao ano, à medida que melhoramos a infraestrutura essencial e fortalecemos o ambiente de negócios, para apoiar a actividade privada. Embora o país continue vulnerável a variações adversas nos preços do caju e do petróleo, a continuação de políticas económicas prudentes ajudará a garantir posições externas e

orçamentais saudáveis. Além disso, trabalharemos em estreita colaboração com os parceiros de desenvolvimento para garantir que os projetos de investimento sejam bem coordenados.

6. Para sustentar a estabilidade macroeconómica e a sustentabilidade da dívida, prosseguiremos vigorosamente a mobilização da receita interna e controlo da despesa, para manter o défice orçamental global abaixo de 3% do PIB. Limitaremos empréstimos internos não-concessionais e prosseguiremos as nossas políticas de zero despesas não-tituladas, zero novos atrasados, e zero empréstimos externos não concessionais ou de curto prazo. Continuaremos a reforçar a nossa capacidade de gestão da dívida e a envidar esforços no sentido da rápida resolução dos atrasados externos e internos pendentes.

7. Para promover a estabilidade do sistema bancário, estamos empenhados na resolução transparente e célere dos anulados resgates bancários de 2015. Qualquer intervenção no sector estará em conformidade com as melhores práticas internacionais e, caso necessária, qualquer intervenção governamental directa será temporária e minimizará o risco para o Tesouro.

8. Com base no nosso desempenho global, bem como na solidez das políticas descritas no MPEF em anexo, o Governo solicita que o Conselho de Administração do FMI conclua a quinta avaliação no âmbito do acordo ECF e desbloqueie a sexta tranche no montante de DSE 3,028 milhões. Para garantir a continuidade durante o período das próximas eleições legislativas e para cobrir um défice emergente na balança de pagamentos, solicitamos uma prorrogação da actual ECF por mais um ano, até 9 de julho de 2019 e o aumento em DSE 5,68 milhões dos recursos disponíveis ao abrigo deste acordo.

9. O Governo acredita que as medidas e políticas delineadas no MPEF anexo são adequadas à consecução dos objectivos do programa, permanecendo todavia disponível para tomar medidas adicionais que se possam revelar necessárias para este fim. Antes de qualquer revisão das políticas definidas no MPEF anexo, consultaremos o FMI sobre a adopção de eventuais medidas de acordo com os procedimentos do FMI a respeito. O Governo continuará a fornecer ao FMI todas as informações necessárias para garantir a implementação e o acompanhamento regular do programa.

10. O Governo autoriza a publicação desta carta, seus anexos e relatório pertinente do corpo técnico, incluindo a publicação destes documentos no sítio internet do FMI, de acordo com os seus procedimentos.

Atentamente,

Aristides Gomes

Primeiro-Ministro e Ministro da Economia e Finanças, Guiné-Bissau

Anexos: I. Memorando de Políticas Económicas e Financeiras
II. Memorando Técnico de Entendimento

Anexo I. Memorando de Políticas Económicas e Financeiras

Bissau, 16 de Maio de 2018

CONTEXTO

1. A Guiné-Bissau adoptou um programa económico e financeiro de médio prazo (2014–18) apoiado por um acordo com o Fundo Monetário Internacional ao abrigo da Facilidade Alargada de Crédito (ECF, na sigla em inglês).⁵ O programa visa consolidar a estabilidade macroeconómica e promover reformas estruturais para apoiar a prestação eficiente de serviços públicos, o desenvolvimento do sector privado e o crescimento inclusivo.⁶ A quarta avaliação do programa foi concluída em Dezembro de 2017. Este Memorando de Políticas Económicas e Financeiras (MPEF) complementa o MPEF de 17 de novembro de 2017. Apresenta o nosso desempenho em relação aos critérios de desempenho e outras metas durante os três anos do acordo ECF, e delinea as políticas económicas e financeiras, bem como as reformas estruturais, para 2018-19.

2. A situação de segurança permanece calma, e foram feitos progressos importantes para superar a crise política do país. No início de 2018, o Primeiro-Ministro Embaló foi substituído pelo Eng.º Artur Silva. Várias figuras políticas foram então submetidas a sanções da CEDEAO, uma vez que a nomeação do Eng.º Artur Silva foi considerada uma violação do Acordo de Conacri de 2016. Em meados de Abril, foi nomeado um novo Primeiro-Ministro, Aristides Gomes, que conta com amplo apoio; seguiu-se a primeira sessão parlamentar desde o final de 2015 e a formação de um governo inclusivo. As eleições parlamentares estão previstas para Novembro de 2018.

3. Embora o programa apoiado pela ECF tenha possibilitado uma melhoria substancial na nossa economia, é necessária vigilância para garantir que o progresso continua. Um objetivo chave para o próximo ano é continuar a reforçar a mobilização de receita, para permitir um considerável acréscimo da despesa de capital, mantendo o défice orçamental global abaixo dos 3% do PIB, de acordo com o critério da UEMOA. Um enfraquecimento recente dos nossos termos de troca, no entanto, levou a pressões sobre a balança de pagamentos, o próximo período eleitoral representando um desafio adicional. Para lidar com essas pressões e garantir continuidade, solicitamos uma prorrogação de um ano do acordo ECF com um aumento de acesso de 20% da quota. Também pretendemos envolver outros parceiros de desenvolvimento na promoção do crescimento inclusivo e redução da pobreza.

DESENVOLVIMENTOS ECONÓMICOS RECENTES

4. A actividade económica manteve-se dinâmica e consistente com as expectativas do programa. Em 2017, estima-se o crescimento real do PIB em 5,9%, ligeiramente superior ao

⁵ [IMF Country Report No. 15/194. Guinea-Bissau: Request for a Three-Year Arrangement under The Extended Credit Facility—Staff Report](#)

⁶ [IMF Country Report No. 17/380. Guinea-Bissau: 2017 Article IV Consultation and Fourth Review Under the Extended Credit Facility Arrangement—Staff Report.](#)

anteriormente estimado e aproximadamente ao mesmo nível de 2015–16. O crescimento foi apoiado pelos altos preços do caju que impulsionaram as exportações (o caju representou mais de 90% das exportações) e o rendimento dos agricultores. Estes factos, juntamente com os investimentos públicos em estradas e outras infraestruturas críticas, permitiram o ressurgimento da actividade económica. Ao mesmo tempo, a inflação dos preços ao consumidor atingiu uma média de apenas 1,1% em 2017.

5. Apesar de um aumento das exportações, a conta corrente externa apresentou défice em 2017. As importações aumentaram 21%, refletindo a maior procura de materiais de construção e bens de consumo, no contexto de maiores rendimentos e aumento do investimento. Além disso, o rendimento líquido da venda de factores de produção diminuiu, devido a negociações ainda inconclusivas com a UE sobre compensações de pesca, em resultado do que a conta corrente oscilou de um excedente de 1,3% do PIB em 2016, para um défice estimado de 0,5% em 2017. O saldo global foi, não obstante, positivo, 2,9% do PIB em 2017, reflectindo um aumento nos activos externos líquidos do BCEAO local.

6. A mobilização de receita pelo Governo, em 2017, beneficiou das tendências económicas favoráveis e acelerou as reformas administrativas. Apoiada por uma administração fiscal e alfandegária vigilante, a dinâmica da actividade económica ajudou a aumentar o rácio Tributação/PIB em 1,3 pontos percentuais do PIB, para 10,4, excedendo assim confortavelmente a meta do programa. Os ganhos resultaram sobretudo do imposto sobre os rendimentos das empresas, IGV e direitos de importação. Embora a arrecadação da receita não tributária tenha abrandado na segunda metade do ano, devido principalmente à ausência de compensações de pesca da UE resultantes de negociações ainda inconclusivas, o pagamento de dividendos do banco central regional (BCEAO), durante a primeira metade do ano, fez com que esta categoria ficasse em linha com a meta para todo o ano (2,4% do PIB). Os donativos, impulsionados pelo apoio orçamental da Arábia Saudita no primeiro semestre do ano, registaram um aumento adicional não previsto durante o segundo semestre do ano, proveniente de donativos para projectos mais elevados sobretudo do Banco Mundial, a Fundação Bill e Melinda Gates, e as Nações Unidas. Isto fez com que o total de donativos ultrapassasse a meta do programa em 1,4 % do PIB. Ao todo, a receita total e os donativos ficaram 2,4% do PIB acima da meta para final de Dezembro de 15,9%.

7. Ganhos adicionais na gestão financeira pública ajudaram a consolidar melhorias administrativas. As reuniões semanais do Comité de Tesouraria reforçaram significativamente o controlo da despesa. Durante o ano, evitámos despesas não-tituladas (DNTs) bem como atrasados internos e externos. Além disso, as melhorias na gestão da dívida ajudaram a reduzir os custos de empréstimos. Embora o rácio gastos/PIB tenha sido menor do que em 2016, a receita superior ao valor programado possibilitou um aumento nos gastos em relação ao programa, concomitantemente alcançando ainda assim as metas dos saldos orçamentais. O gasto total foi superior ao programado em 2% do PIB, principalmente devido aos salários e vencimentos, bens, serviços e outros gastos correntes. No entanto, o saldo global de caixa excedeu a meta do programa em 0,4% do PIB.

8. O crédito malparado elevado no sistema bancário continua a condicionar a intermediação financeira. Os ganhos e rentabilidade dos bancos permanecem baixos, com o retorno sobre os activos do sistema bancário a registar uma média ligeiramente inferior a 1% em 2016–17. Simultaneamente, o crédito dos bancos comerciais ao sector privado (bruto de provisões e incluindo todos os cinco bancos) cresceu 8,2% em 2016, caindo porém 2,9% (período homólogo) no final de 2017. A fraca evolução geral do crédito reflecte uma heterogeneidade considerável, com alguns bancos a restringir a concessão de crédito num contexto de uma grande quantidade de créditos malparados, enquanto outros praticam uma política expansionista mais agressiva. No final de 2017, o crédito malparado bruto de provisionamentos atingiu 35% do crédito bancário, ainda muito alto mas ligeiramente abaixo dos 39,4% no final de 2014. O crédito malparado líquido diminuiu durante o mesmo período em cerca de 7 pontos percentuais, para 15,6% no final de 2017, o que se seguiu às provisões consideráveis feitas no início de 2017 pelos bancos afectados pela anulação do resgate bancário de 2015, de acordo com as recomendações da Comissão Bancária da UEMOA. Um banco permanece fortemente subcapitalizado.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

9. Foram cumpridos todos os critérios de desempenho (CD) para o final de Dezembro 2017 (Quadro 1). O piso para a receita fiscal doméstica foi ultrapassado em FCFA 12 mil milhões (17,3%). Adicionalmente e de forma consistente com os seus tectos zero, não houve contração de empréstimos externos nem não-concessionais, nem de curto prazo, também não se acumulando atrasados externos. O crédito doméstico líquido (CDL) ficou abaixo do tecto do programa apesar de duas garantias, com desembolsos bancários totalizando FCFA 1,3 mil milhões, emitidas pelo Governo para apoiar iniciativas prioritárias.

10. O desempenho quanto às metas quantitativas indicativas foi igualmente bom, sendo cumpridos todos os quatro indicadores. O piso do saldo primário doméstico ficou em 0,1% do PIB acima da meta do programa. Simultaneamente, continuámos a evitar quaisquer novos atrasados domésticos assim como quaisquer despesas não-tituladas, espelhando os avanços conseguidos na gestão das finanças públicas; o piso em matéria de gastos sociais e prioritários foi além disso excedido em 26,5%.

11. Houve um avanço globalmente bom na implementação das medidas-chave estruturais (Quadro 3). Foram cumpridos como programados seis dos oito parâmetros estruturais (PE) previstos para a quinta avaliação. O Governo:

- Submeteu ao Conselho de Ministros o orçamento para 2018 que foi seguidamente aprovado.
- Submeteu ao Conselho de Ministros um plano de melhoria de gestão para a EAGB que foi seguidamente aprovado. Porém, os estatutos da EAGB não satisfazem as normas da OHADA e estão a ser revistos.

- Preparou (i) projecções de caixa deslizantes mensais, consistentes com o orçamento anual; relatórios trimestrais sobre (ii) execução orçamental a nível ministerial, com pormenores de acordo com a classificação económica das despesas; (iii) compromissos externos de dívida, acordos e desembolsos e (iv) relatórios mensais da EAGB pormenorizando os fluxos financeiros da empresa.

Dois parâmetros estruturais não foram atempadamente concluídos:

- Foi instalada a mais recente versão do programa de gestão de dívida (DMFAS 6.0), embora depois da data limite. A sua efectiva utilização para análise de dívida e projecções do seu serviço permitirá às autoridades produzir relatórios trimestrais da dívida que cubram tanto a dívida interna como a externa (primeiro projeto de relatório trimestral em Outubro e relatório anual exaustivo em Janeiro de 2019). Esse trabalho está a ser apoiado pela CNUCED e Banco Mundial.
- A jusante de uma recente AT do FMI sobre política fiscal, tornou-se claro que a consecução de um novo regime de pequenos contribuintes será melhor conseguida como parte integrante de uma reforma fiscal mais exaustiva. Pretendemos, portanto, prosseguir vigorosamente os esforços conducentes a uma reforma fiscal mais abrangente, tendo por objectivo a simplificação e modernização do código fiscal. Com este fim, pretendemos submeter ao Conselho de Ministros, em final de Julho 2018, um plano delineando a reforma, propondo-a como parâmetro estrutural em substituição do parâmetro incumprido sobre o regime dos pequenos contribuintes.

12. Em termos mais gerais, o Governo continua plenamente comprometido com o programa de reformas estruturais delineado no anterior MPEF, permanecendo inalterados os nossos objectivos em matéria de reforço da mobilização de receita, gestão da despesa, gestão da dívida, prestação de serviços públicos e clima empresarial. Alguns aspectos do programa estão sob expansão, sendo propostas novas medidas para fazer progredir tais áreas (vide Infra). Recomprometemo-nos com uma atempada implementação do programa de reformas estruturais, propostas ao abrigo do programa apoiado pela ECF, durante o período prorrogado.

PERSPECTIVAS ECONÓMICAS E POLÍTICAS A MÉDIO PRAZO

A. Perspectivas Económicas

13. As perspectivas económicas continuam favoráveis, embora se tenham agravado um pouco as condições das trocas comerciais e existam riscos significativos. O quadro macroeconómico actualizado prevê um crescimento do PIB real a uma média de 5,3% por ano em 2018-19, um reflexo do maior investimento público e privado, apoiado em políticas económicas prudentes. Prevê-se, contudo, uma deterioração nas condições das trocas comerciais da Guiné-Bissau, na ordem de 7,4% em 2018, devido aos preços mais elevados do petróleo e à ligeira queda projectada para os preços internacionais do caju. As projecções apontam para que estes factores conduzam a um aumento do défice da conta corrente externa para uma média de 2,8% do PIB em 2018-19, conjuntamente com o aumento das importações, devido ao maior investimento e

às negociações em curso sobre as compensações das pescas da UE (anteriormente 0,6% do PIB). No restante período a médio prazo (2020-23), projecta-se um crescimento de 5% por ano, com forte actividade na agricultura, na construção e nos serviços, apoiada no reforço do abastecimento de energia e do clima empresarial. Prevê-se que a expansão do crédito privado recupere para cerca de 9% ao ano, em resultado do continuado forte crescimento do PIB e medidas que visam promover a intermediação e inclusão financeiras. A inflação dos preços ao consumidor deve manter-se moderada mas aumentar gradualmente para 2,8% em 2023 (abaixo do critério de convergência de 3% da UEMOA). Os riscos com impacto nas perspectivas económicas advêm do preço do caju e da instabilidade política.

14. À medida que progride o investimento, uma administração fiscal vigilante e controlo da despesa deverão conter o défice orçamental. Projecta-se um aumento do investimento governamental de 7% do PIB em 2017 para 8,5% em 2018, devendo depois subir mais gradualmente no médio prazo, assim espelhando uma clara determinação em resolver as lacunas infraestruturais e outras. Prevê-se o aumento do défice orçamental (base de caixa) para 2,9% do PIB em 2018, devendo depois reduzir-se gradualmente, permanecendo em todos os anos abaixo dos 3% do PIB do critério de convergência da UEMOA. A trajectória projectada para as finanças públicas apoiar-se-á nos continuados progressos da mobilização doméstica de receitas, bem assim como nas melhorias nas práticas e procedimentos de gestão de tesouraria, sempre atendo à evolução da dívida pública. Os projectos infraestruturais continuarão a ser financiados sobretudo através de empréstimos concessionais e donativos; simultaneamente, a despesa social será orientada para apoiar uma prestação melhorada de serviços de saúde e educação.

B. Políticas Económicas

15. O programa do Governo para 2014-18 continua a orientar as nossas estratégias de crescimento e prosperidade partilhados. As nossas estratégias centram-se (i) na realização das despesas infraestruturais e sociais necessárias, nunca perdendo de vista a disciplina orçamental; (ii) no reforço da sustentabilidade da dívida; (iii) na garantia da estabilidade do sector financeiro, juntamente com o fomento de uma intermediação financeira saudável e da inclusão, e (iv) na melhoria das estatísticas económicas. O Governo continuará a promover o desenvolvimento do sector privado e a melhoria do clima empresarial, que servirão de base a esses objectivos. Reformas conexas incluem medidas para promover a transparência das políticas, a boa governação e o primado do direito, e para melhorar o direcionamento das políticas sociais. Será necessário reforçar a mobilização de recursos, incluindo aqueles provenientes dos nossos parceiros de desenvolvimento, para financiar adequadamente o programa de desenvolvimento do país.

Políticas Orçamentais

16. A mobilização de receita doméstica é uma prioridade-chave. Prosseguirá o reforço dos ganhos já adquiridos ao nível da mobilização interna de recursos, tendo como meta uma receita pública total de 18,8% do PIB em 2018 (face aos 18,3% em 2017), perspectivando-se ulteriores aumentos a médio prazo. Para alcançar este objectivo, foram atribuídos números de identificação fiscal (NIF) a mais de 14.000 indivíduos e mais de 1.300 empresas até ao final de Dezembro de 2017,

e cerca de 500 empresas já utilizam a nova factura uniforme. O SYDONIA foi alargado a postos aduaneiros em três regiões, acabou-se com a prática de aplicação de taxas aduaneiras únicas a mercadorias importadas por via terrestre, passando para o regime tarifário geral, e foram reforçados os controlos fiscais nos postos fronteiriços terrestres, colocando maior ênfase em itens de alto valor tributário. Foram, igualmente, envidados denodados esforços no sentido de respeitar todos os procedimentos acordados com a CITES para a exportação do stock de madeira confiscada. Os subsídios petrolíferos continuarão a ser evitados, através do ajustamento regular dos preços domésticos dos combustíveis, em linha com a evolução global dos preços do petróleo. Normas mais exigentes estão também a ser aplicadas aos despachantes alfandegários, a coordenação entre as administrações fiscal e aduaneira está a ser reforçada, e tem havido um esforço determinado de identificação de irregularidades e, sempre que necessário, de tomada de medidas disciplinares.

17. Os nossos objectivos de mobilização de receita serão sustentados por medidas de reforço das administrações fiscal e aduaneira. Está-se a trabalhar, com o apoio da assistência técnica do Fundo, para (i) continuar a usar a Declaração de Contribuições e Impostos Retidos na Fonte (DECIRF), para garantir a transferência para a DGCI de todo o imposto retido na fonte, (ii) garantir que todos os contribuintes sujeitos a normas de formalização obrigatórias entreguem a declaração da Contribuição Industrial, (iii) alargar o Sistema Integrado de Gestão Fiscal a todos os bairros e repartições fiscais, combatendo ao mesmo tempo o incumprimento da obrigação fiscal de entrega de declarações, (iv) velar pela utilização de facturas uniformes e pelo cumprimento das obrigações declarativas, e (v) reforçar a monitorização dos grandes contribuintes. Durante o resto de 2018 e mais além, o Governo tomará as seguintes medidas, necessárias para melhorar a arrecadação da receita:

- Implementação da totalidade do Plano Director de Informática (PDI), para criar interfaces entre a DGCI e os sistemas informáticos de outras entidades.
- Adopção de um modelo de registo de pagamentos fiscais, para garantir a sua celeridade e consistente captação pelo sistema informático.
- Exigência da utilização do número de identificação fiscal (NIF) aquando do pagamento de impostos e em transacções conexas junto de agências públicas (PE proposto para Setembro de 2018).
- Constituição de um grupo de trabalho especial para reforçar a cobrança de impostos a grandes devedores (PE proposto para Setembro de 2018). Com o reforço da fiscalização da observância das obrigações fiscais, prevê-se a arrecadação de FCFA 1,2 mil milhões de atrasados fiscais em 2018.
- Preparação de relatórios trimestrais (a partir de Setembro de 2018 para o desempenho no final de Junho de 2018 e, após essa data, trimestralmente) sobre os progressos alcançados na minimização das isenções fiscais.

18. Serão envidados esforços no sentido de melhorar as políticas fiscais, o que incluirá o lançamento de uma reforma de fundo do sistema fiscal. Pouco alterado em décadas, o sistema fiscal da Guiné-Bissau assenta em legislação antiquada, contradições, uma considerável carga declarativa e excessiva discricção administrativa. Pretendemos simplificar e modernizar o sistema

fiscal, elaborando um novo conjunto de leis fiscais simples de compreender pelos contribuintes e mais fáceis de administrar pelo Governo. O primeiro passo será a criação de uma unidade de política fiscal no Ministério das Finanças, para conduzir o processo de elaboração de propostas legislativas sobre a reforma fiscal. Elaboraremos uma estratégia de reforma fiscal a ser presente, para aprovação, ao Conselho de Ministros (PE proposto para Julho de 2018). Alinhada com as recomendações da assistência técnica do FMI, a reforma fiscal proposta incluirá:

- Uma base fiscal mais alargada para o imposto sobre bens e serviços (IGV), introduzindo na legislação um conjunto limitado de isenções-padrão, revogando ou cancelando todas as isenções de IGV existentes, legislativas e administrativas. Revogaremos nomeadamente as alterações aos Códigos do IGV e dos Investimentos contidas na Lei Orçamental de 2015, cancelando todas as isenções já concedidas ao abrigo do art.º 12º do Código dos Investimentos. O IGV imporá assim uma taxa padrão de 17% sobre os bens e serviços e sobre os fornecimentos domésticos de grandes contribuintes (como sejam todos aqueles com volumes de negócio superiores a FCFA 100 milhões), enquanto aos bens e serviços exportados seria imposta uma taxa zero, limitando-se as isenções às legisladas,
- A simplificação dos impostos sobre o rendimento, revogando toda a actual legislação na matéria e adoptando um sistema com os seguintes componentes:
 - um único imposto sobre o rendimento, tributado na fonte, aplicando taxas razoáveis ao rendimento do trabalho assalariado, definido de forma tão lata quanto possível para compreender todas as formas de compensação, incluindo salários, abonos e reformas;
 - um imposto neutral e com base alargada sobre o rendimento de investimentos;
 - um novo imposto sobre rendimento empresarial, incluindo o rendimento do trabalho independente, como se segue: (i) taxa zero para empresas e trabalhadores independentes com um volume de negócios ao nível de subsistência; (ii) uma taxa fixa baixa (por ex. 10%) sobre o volume de negócios das microempresas; (iii) um único para as pequenas e médias empresas, com uma taxa moderada (por ex. 25%), sendo que a base tributária simplificada seria o volume de negócios menos o custo dos insumos sobre os quais uma empresa já tenha pago impostos (salários e vencimentos relativamente aos quais tenha sido pago o imposto sobre o rendimento das pessoas singulares, mais o valor da aquisição de bens e serviços sobre os quais tenha sido pago IGV); e (iv) um imposto-padrão sobre o rendimento das pessoas colectivas, para grandes empresas e à mesma taxa moderada, concebido em total conformidade com as Directivas da UEMOA.
- A racionalização da tributação da exportação de caju, em linha com a reforma geral sobre a tributação do rendimento, com vistas a revogar com o tempo ambos os impostos existentes e os vastos, complexos e sobrepostos conjuntos de taxas e direitos. As exportações de caju ficariam assim sujeitas a um imposto sobre o rendimento, simples e baseado no volume de negócios e apenas a duas taxas – uma taxa de certificação fitossanitária e uma taxa

alfandegária – cujos níveis permitiriam recuperar o custo marginal dos serviços de inspeção e verificação prestados aos exportadores.

- A gradual substituição do actual regime de tributação da propriedade por um imposto moderno, abrangente e com base em valores de mercado. A título de um primeiro passo, procurar-se-ia assistência técnica para elaborar um roteiro detalhado e multianual para a reforma administrativa e elaboração de um cadastro fiscal exaustivo. Manter-se-iam os impostos sobre a transmissão da propriedade, com algumas alterações, até à implementação de um imposto com base em valores de mercado.

A reforma do Sistema fiscal seria supervisionada e guiada por uma nova unidade de política fiscal, que pretendemos criar dentro do Ministério das Finanças, re-mandatando a unidade de reforma fiscal existente na DGCI para modernizar a administração fiscal e preparar a DGCI para a implementação um novo sistema fiscal. Além de desencadear estas reformas, a partir de Julho de 2018, recuperaremos o imposto de selo cobrado pela Agência Nacional de Aviação Civil às agências de viagem (FCFA 15.000 por passageiro) tendo em vista a arrecadação de FCFA 1,5 mil milhões em 2018.

19. A despesa será contida, em linha com a meta geral do défice e o critério de desempenho do programa para o crédito interno líquido ao Governo Central. Em 2018, prevê-se um aumento da despesa total para 21,4% do PIB, devido, em larga medida, a maiores despesas de capital. Para limitar o aumento da dívida e do passivo contingente, continuaremos a evitar estes e a manter a vigilância relativamente a empréstimos não-concessionais para projectos, do Banco Oeste Africano de Desenvolvimento (BOAD). Propõe-se, assim, aumentar o tecto do crédito doméstico líquido ao Governo Central (CDL) para que passe a incluir os empréstimos não-concessionais do BOAD, dando prioridade a empréstimos concessionais e donativos. Prevê-se para 2018 um tecto CIL de FCFA 19,1 mil milhões igual aos desembolsos não-concessionais globais líquidos do BOAD no orçamento de 2018.

20. O nosso planeado aumento do investimento público será avaliado de modo rigoroso, para melhorar a eficiência e o retorno sobre o investimento. Para melhorar a rede rodoviária e o abastecimento de energia eléctrica, foram contraídos empréstimos junto do BOAD, do Banco Árabe de Desenvolvimento Económico (BADEA) e de outros parceiros de desenvolvimento. Estes investimentos permitirão melhorar o clima empresarial e aumentar o crescimento económico, sendo necessária uma coordenação estreita entre os vários ministérios e agências envolvidos de modo a garantir a eficácia e eficiência dos mesmos. No caso do sector da electricidade, com a assistência do Banco Mundial, foi elaborado um plano para melhorar a gestão da EAGB, especificando os passos a dar até à implementação de um contrato de serviços (PE para Setembro de 2018). Como parte deste processo, serão adoptados novos estatutos para a EAGB (até Julho de 2018), após o que será nomeado um novo conselho de administração e lançado um concurso para um fornecedor de serviços de gestão. De um modo mais geral, para ajudar a aumentar o investimento, estão a ser reforçados os procedimentos de seleção e avaliação de projectos e está a ser revisto o plano de investimento público para garantir o seu alinhamento com empréstimos já contraídos.

21. Os ganhos ao nível da gestão de tesouraria, bem como as reformas institucionais mais abrangentes, serão alargados para permitir o reforço da gestão das finanças públicas (GFP) e melhorar a qualidade da despesa. Através do Comité de Tesouraria, o Governo continuará a reforçar o cumprimento das regras GFP ao nível ministerial e a alinhar a despesa com os recursos disponíveis. Em 2017, o Governo (i) melhorou significativamente os procedimentos anuais de gestão orçamental, e (ii) apresentou projeções mensais de fluxos de caixa, em linha com o orçamento, facilitando a execução orçamental. No início de 2018, o Ministério das Finanças adoptou um calendário de preparação do orçamento, em linha com os regulamentos UEMOA e melhores práticas internacionais. O Governo irá agora:

- Continuar a equipar e cometer ao Comité de Tesouraria o pagamento atempado de todas as despesas, evitando o recurso às DNTs.
- Continuar a evitar a acumulação de quaisquer atrasados internos ou externos.
- Consolidar as reformas a médio-prazo da gestão da folha de pagamentos, instituindo uma política de salários que enforme os aumentos salariais anuais da função pública e contenha o aumento da despesa com salários.
- Melhorar a gestão e as prioridades das despesas de capital, através do reforço da base de dados de investimento, da elaboração de uma matriz de despesa prioritária a curto prazo, do aperfeiçoamento do sistema formal de apreciação e avaliação de projectos e da integração nos orçamentos anuais das necessidades de manutenção das infraestruturas.
- Continuar a preparar e a rever os quadros mensais do Tesouro de projeção deslizante de fluxos de caixa, em linha com o orçamento de 2018 (PE em curso), para orientar e informar as nossas operações de Tesouro.
- Promover a preparação de relatórios trimestrais tempestivos de execução orçamental ministerial, detalhando a classificação económica das despesas (PE em curso).
- Adoptar um procedimento de validação de projectos de investimento através da comunicação, por meio de circular, da informação disponibilizada pelo SIGFIP, BCEAO, dadores e outros financiadores.
- Melhorar gradualmente as projeções e monitorização orçamentais: (i) obtendo dos ministérios previsões de necessidades financeiras trimestrais, e (ii) facultando aos ministérios informação fiável sobre os tectos dos compromissos, com a antecedência mínima de pelo menos um trimestre.

Políticas de Contração de Empréstimos e Gestão da Dívida

22. Para melhor monitorizar e reforçar a nossa capacidade de endividamento, o Governo continuará a reforçar a gestão da dívida. A Direção da Dívida está agora equipada com a versão mais recente do software de gestão da dívida (DMFAS 6.0), que deverá ajudar a melhorar as projeções do serviço da dívida e permitir a partir de Janeiro de 2019 a produção de relatórios trimestrais detalhados sobre a dívida que cubram tanto a dívida interna como a externa. Será elaborada uma Estratégia do Endividamento Público até Setembro de 2018. Além disso,

continuamos a fortalecer o fluxo de informações entre a Direção da Dívida e o Tesouro, e estamos a reforçar as competências dos funcionários, continuando ainda a fornecer um relatório trimestral deslizando sobre dívida externa e um relatório mensal sobre os fluxos financeiros da EAGB (PE em curso).

23. Continuaremos também a envidar esforços no sentido de resolver todos os atrasados externos históricos. Os avanços no tratamento dos atrasados históricos externos produziram o seguinte até fim de 2017: (i) cancelamento dos nossos atrasados com o antigo Banco Franco-Português, (ii) regularização dos atrasados com os Emirados Árabes Unidos, e (iii) alívio da dívida, em termos próximos aos do Clube de Paris, dos nossos atrasados para com o Exim Bank da Província de Taiwan da China. Além disso, os termos de reestruturação da dívida da Guiné-Bissau ao Brasil foram negociados e estão perante o Senado Brasileiro para aprovação. Continuam em cursos as negociações com outros credores bilaterais (Angola, Líbia, Paquistão, Rússia) para resolver os atrasados históricos restantes, e o Governo continua a honrar as suas restantes obrigações de dívida externa.

24. Evitar empréstimos internos dispendiosos deverá minimizar o ónus do serviço da dívida. Em 2017, o Governo evitou empréstimos dispendiosos dos bancos comerciais locais, após o cancelamento de linhas de crédito com esses bancos e a consolidação de créditos em bilhetes e obrigações do Tesouro com taxas de juros mais favoráveis. Além disso, o Governo reescalou com sucesso os atrasados do serviço da dívida para com o BOAD em duas fases. Para reduzir ulteriormente a trajetória de empréstimos dispendiosos, iremos alinhar os desembolsos dos empréstimos já contratados à capacidade de absorção e buscaremos uma proporção de donativos mais elevada (concessionalidade) em novos contratos de empréstimo. Para manter a coerência com os objetivos do programa, alargámos também o tecto do programa de crédito doméstico líquido ao Governo Central para incluir desembolsos de empréstimos não-concessionais do BOAD (ver parágrafo 19 acima, e Quadro 2).

25. O Governo está a lidar com os atrasados de fornecedores internos, evitando garantias governamentais. O total de créditos em dívida supera os 100 mil milhões de FCFA, incluindo 14 mil milhões do saldo remanescente de uma auditoria relativa a créditos de 1974-99, e 86 mil milhões de uma segunda auditoria de 2000-07, ainda por validar. Para maior clareza, o Governo está a procurar apoio dos parceiros de desenvolvimento para auditar todos os créditos pendentes o mais cedo possível. O Governo elaborará depois uma estratégia de reembolso para liquidar os atrasados internos legítimos, após abater qualquer responsabilidade tributária dos beneficiários até final de 2018. Além disso, evitaremos a emissão de novas garantias governamentais e faremos um balanço rigoroso de todas as garantias existentes.

Políticas do Sector Financeiro

26. A recapitalização dos bancos, onde necessária, e resolução dos altos níveis de créditos malparados é crucial para salvaguardar a estabilidade financeira e apoiar o crescimento saudável do sector financeiro. Com o apoio da Comissão Bancária regional (CB), o Governo continua empenhado em promover uma intermediação financeira saudável. O Governo está

concentrado em encontrar uma solução para um banco problemático, facilitando a entrada de um investidor estratégico idóneo para injectar capital. Analisámos igualmente várias opções para resolver o alto nível do crédito malparado no sistema bancário, incluindo encorajar os bancos a envolverem-se de forma mais activa em reestruturação de dívida, suportável pelos devedores, avaliando ainda a possibilidade de cobrança acelerada de garantias. Em quaisquer ações tomadas, cumprimos as melhores práticas internacionais, esforçar-nos-emos por evitar possíveis distorções de mercado ou conflitos de interesse e minimizaremos os riscos para o orçamento.

27. O Governo continua comprometido com uma apertada monitorização do sistema financeiro e implementação decidida das normas prudenciais. Em Dezembro de 2017, a Comissão Bancária (CB) emitiu instruções aos dois bancos subcapitalizados, exigindo-lhes o cumprimento do requisito de capital mínimo até ao final de Junho de 2018, sendo os bancos simultaneamente impedidos de distribuir dividendos e obrigados a reportar mensalmente as ações realizadas. O Governo apoia totalmente a CB na sua robusta ação de supervisão dos regulamentos prudenciais e, para contribuir para o reforço da supervisão, está a recrudescer a sua monitorização e análise da evolução do sistema bancário.

28. Aprofundar os mercados financeiros continua a ser essencial para a inclusão financeira. Com a ajuda de parceiros de desenvolvimento, continuamos a implementar iniciativas para alargar o acesso ao financiamento (incluindo para PME), enquanto encorajamos o uso do sistema bancário, incluindo para hipotecas. As autoridades estão a atualizar o seu plano nacional de fomento à inclusão financeira e continuarão a implementar incentivos às PME, de acordo com as medidas adoptadas pelo Conselho de Ministros da UEMOA em Setembro de 2015. Este último conjunto de medidas inclui (i) refinanciamento dos créditos do BCEAO a favor de PME elegíveis, e (ii) incentivos regulamentares aos bancos para a concessão de crédito a PME elegíveis, incluindo uma ponderação reduzida dos créditos sobre estas empresas, na avaliação do cumprimento dos rácios prudenciais. O Governo continua a manter um registo de crédito para ajudar nas decisões de financiamento dos bancos e para melhorar o acesso ao crédito.

Outras Reformas Estruturais

29. Melhorar o ambiente de negócios para o desenvolvimento do sector privado e a criação de emprego é uma prioridade essencial. O Governo continuará a evitar intervenções no sector do caju que limitem a concorrência ou impeçam os mercados de funcionarem livremente. De facto, a recente eliminação de taxas de exportação num país parceiro comercial, deverá ajudar a reforçar a procura das nossas exportações de caju e apoiar os preços aos produtores e aos exportadores. A este respeito, o aumento deste ano do preço de referência ao produtor deverá ser entendido como um guia para os produtores e não como um preço mínimo. Para estimular a actividade do sector privado, avançamos com a venda de activos do Estado destinados a privatização, incluindo a fábrica de processamento de fruta e vegetais perto de Safim que foi construída com um empréstimo do Exim Bank da Índia. Além disso, continuaremos a fornecer um balcão único para registo de empresas e liquidação e pagamento de impostos.

30. Para aumentar a transparência e evitar passivos contingentes sobre recursos públicos, o Governo continuará a auditar agências e empresas e públicas (EPs). Em 2017, realizámos pela primeira vez auditorias financeiras a nove empresas públicas. Esse esforço, destinado a esclarecer as finanças das EPs, deve ser considerado como um considerável progresso, dadas as limitações de capacidade. Estas auditorias abrangem (i) o Instituto Nacional da Segurança Social, (ii) a ANAC (Administração Nacional da Aviação Civil), (iii) a EAGB, (iv) a GuinéTelecom, (v) a GuinéTel, (vi) a APGB (porto marítimo), (vii) a ARN (Autoridade Reguladora Nacional das Tecnologias de Informação e Comunicação), e (viii) o Fundo Rodoviário. As auditorias revelaram fraquezas generalizadas, mas também algumas áreas de melhoria. Os destaques incluem: (i) na EAGB, melhorias na contabilidade e controlo em 2017, em comparação com anos anteriores; (ii) no Instituto Nacional de Segurança Social, esforços para melhorar as receitas, mas também níveis muito altos de despesas administrativas; (iii) no porto marítimo, falta de capacidade para cobrir os custos de serviços prestados, devido a dívidas históricas. Todos estes nove relatórios revelaram deficiências significativas na gestão financeiro, no controlo interno e contratação, com muitos casos de não-conformidade ou incumprimento em transações relacionadas com contratação, gestão de ativos financeiros e não-financeiros e despesas com pessoal. Todos os relatórios recomendaram a criação ou o reforço de órgãos de controlo interno e a elaboração de manuais de procedimentos administrativos e contabilísticos. Essas constatações e recomendações ajudar-nos-ão a conceber reformas para garantir maior eficácia, responsabilização e conformidade orçamental das EPs. O Tribunal de Contas tenciona aprofundar as investigações, o que poderia levar à adoção de sanções e à recuperação de fundos públicos. Outras 15 auditorias a entidades públicas, incluindo aspectos tanto financeiros como de gestão, deverão estar concluídas até fim de 2018 e consequentemente estamos a disponibilizar fundos para o Tribunal de Contas. De acordo com o Decreto 1/2017 tomaremos providencias para garantir que todas as EPs produzam e publiquem as suas contas anuais aprovadas pelos seus conselhos de administração a partir de 2018.

31. O Governo continuará a garantir transparência nos gastos militares. A realização de uma primeira auditoria aos gastos militares, desde 2014 até ao primeiro semestre de 2017, é uma conquista significativa. O relatório dos auditores confirma melhorias na gestão e controlo financeiro, uma vez que se evitaram DNTs em 2017 e quase todos os pagamentos salariais são agora feitos por transferência bancária directa aos beneficiários. Os gastos militares continuam a cumprir o orçamentado e são geralmente executados de acordo com procedimentos normais de despesa. A auditoria aponta para algumas irregularidades nas contratações e despesas associadas à saúde e alimentação, e recomenda melhorar ainda mais o sistema de controlo interno no Ministério da Defesa. Pretendemos definir ações de acompanhamento para aumentar ainda mais a transparência nos gastos militares e levaremos também em consideração as recomendações da avaliação em curso pelo Banco Mundial da Despesa Pública no sector de Defesa.

Combate à Corrupção e Rendas Ilícitas

32. O Governo continuará a promover e reforçar o quadro de combate à corrupção e à renda indevida, com o apoio dos parceiros de desenvolvimento. Aprovámos o Plano Estratégico Nacional de Combate ao Branqueamento de Capitais/Financiamento do Terrorismo (CBC/FT), e

demos autonomia suficiente e recursos financeiros à Célula Nacional de Tratamento de Informação Financeira (CENTIF) para implementar o seu mandato. Nesse contexto, o CENTIF desenvolveu um sistema que permite às entidades apresentar as declarações de operação suspeita (DOS) por via electrónica. Este novo sistema, juntamente com a AT do Grupo Intergovernamental contra o Branqueamento de Capitais na África Ocidental (GIABA), resultou no aumento do número de DOS recebidas. No entanto, são necessários maiores esforços para (i) aumentar a consciencialização sobre as normas internacionais de CBC/FT a nível das agências governamentais de CBC/FT e organizações que reportam estas informações, (ii) reforçar acordos de cooperação interagências, e (iii) capacitar os colaboradores da CENTIF, incluindo a melhoria das ferramentas analíticas e tomar medidas para permitir que os supervisores da Direcção-Geral da Supervisão das Actividades Financeiras e dos Seguros (DGSFAI) desencadeiem operações de supervisão.

33. Para reforçar a transparência e boa governação, o Governo apoiará a implementação de um regime abrangente de divulgação do património de todos os funcionários públicos.

Para alcançar este objectivo, (i) disponibilizaremos os recursos e o apoio que a Inspeção Superior de Luta Contra a Corrupção necessita para cumprir eficazmente o seu mandato, (ii) prepararemos um modelo abrangente para a declaração de património e interesses de todos os funcionários envolvidos, (iii) prepararemos alterações à Lei 7/99 para cobrir todas as pessoas politicamente expostas, de acordo com as normas do Grupo de Acção Financeira Internacional (GAFI), e (iv) reforçaremos as capacidades dos órgão de aplicação da lei de conduzir investigações ligadas à corrupção.

Melhoria das Estatísticas Económicas

34. O Governo atribui grande importância à melhoria da compilação e disseminação atempada das estatísticas económicas. O Governo irá reforçar, com a assistência de peritos externos e consultores locais, a unidade responsável por identificar as necessidades de assistência técnica e ajudar a implementar as recomendações de melhoria de dados. Também dedicamos recursos para fortalecer a capacidade dos colaboradores e melhorar a infraestrutura relevante. Com o apoio da assistência técnica do FMI, pretendemos publicar, até Julho de 2018, as contas nacionais revistas com o ano-base atualizado, no seguimento de um mini-inquérito às famílias. Continuamos com reuniões regulares de coordenação entre o BCEAO, o Ministério da Economia e Finanças, a Autoridade Nacional do Caju, o Ministério da Agricultura, o Ministério do Comércio e o Instituto Nacional de Estatística, para assegurar a consistência dos conjuntos de dados, especialmente entre a Balança de Pagamentos (BdP), estatísticas monetárias e financeiras e estatísticas financeiras governamentais. Também procuramos melhorar a tempestividade dos dados, com, entre outros, dados trimestrais da BdP divulgados no prazo de quatro meses após o final do período de referência, e dados anuais da BdP no prazo de um ano após o final do período de referência.

C. Monitorização do Programa

35. O programa continuará a ser monitorizado semestralmente, com base em critérios quantitativos de desempenho, metas indicativas e parâmetros estruturais (Quadros 1 e 2), abrangendo o período até ao final de 2018. Os critérios de desempenho e os indicadores estão

definidos no Memorando Técnico de Entendimento (MTE) anexo, junto com os ajustes pertinentes. As avaliações semestrais serão baseadas em dados no final de Junho e Dezembro. A sexta avaliação do programa (após a extensão do acordo apoiado pela ECF) será baseada em critérios de desempenho no final de Junho de 2018, e está programada para ser concluída em 15 de Outubro de 2018 ou posteriormente. Conforme observado acima, propomos o aumento do tecto quantitativo do CDL para incluir montantes de empréstimos não-concessionais do Banco Oeste Africano de Desenvolvimento, BOAD, o que deve ajudar a melhorar a supervisão de empréstimos de projetos dispendiosos e acabar por reduzir os encargos do serviço da dívida. Além disso, propomos quatro novos parâmetros estruturais: um (para Julho de 2018) relacionado com a reforma tributária; dois (para Setembro de 2018) para melhorar o cumprimento e arrecadação de impostos; e um (para Setembro de 2018) para implementar o contrato de serviço para a gestão da EAGB.

36. O Governo acredita que as políticas e medidas incluídas neste memorando são adequadas para alcançar os objetivos do programa económico para 2018. Permanece, no entanto, disponível para adoptar quaisquer outras medidas financeiras e estruturais que possam tornar-se necessárias para assegurar o sucesso das suas políticas. Reafirma o seu compromisso com o programa apoiado pela ECF e compromete-se ainda a:

- abster-se de acumular novos atrasados internos além dos especificados no MTE e de contrair empréstimos externos não-concessionais;
- não criar ou aumentar restrições sobre pagamentos e transferências relacionadas a transações correntes internacionais, celebrar quaisquer acordos de pagamento bilaterais que não esteja de acordo com o Artigo VIII do Convénio Constitutivo do FMI ou impor ou intensificar restrições às importações para fins de balança de pagamentos; e
- adoptar quaisquer medidas financeiras e estruturais adicionais que se façam necessárias, para assegurar o êxito das suas políticas, apenas em consulta com o FMI.

Quadro 1. Guiné-Bissau: Critérios de Desempenho Quantitativos e Metas Indicativas Propostos para 2017

(Acumulado desde o início do ano até ao fim do mês indicado; em mil milhões de FCFA, salvo indicação em contrário)

	2016	2017								Status
		Mar. ¹		Jun.		Sept. ¹		Dec.		
		Prog.	Prel.	Prog.	Prel.	Prog.	Prel.	Prog.	Prel.	
Performance criteria¹										
Total domestic tax revenue (floor)	63.5	16.3	13.0	33.4	41.4	48.9	63.0	69.3	81.3	met
Net domestic credit to the central government (ceiling) ²	15.9	8.0	11.3	6.4	-0.4	0.0	-1.2	0.0	-0.2	met
Ceiling on new non-concessional external debt (US\$ millions) ³	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	met
Outstanding stock of external debt owed or guaranteed by the central government with maturities of less than one year (ceiling) ³	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	met
External payment arrears (ceiling) ³	0.6	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	met
Indicative targets										
New domestic arrears (ceiling)	4.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	met
Social and priority spending (floor)	32.2	7.7	10.8	21.7	23.2	23.2	34.4	31.0	39.2	met
Domestic primary balance (commitment basis, floor)	-14.2	-6.4	-2.2	-5.1	6.2	-1.0	6.0	3.1	3.9	met
Non regularized expenditures (DNTs, ceiling)	1.9	0.3	0.0	0.4	0.0	1.0	0.0	0.5	0.0	met
<i>Memorandum items:</i>										
Clearance of domestic payment arrears	6.1	0.4	0.4	0.4	1.4	0.4	1.5	2.2	2.4	
External budgetary assistance (US\$ millions) ⁴	0.4	0.0	0.0	0.0	4.8	0.0	4.8	4.8	4.8	
ECF disbursements (SDR millions, flow)	5.1	0.0	0.0	3.0	0.0	0.0	3.0	3.0	3.0	
Concessional loans (US\$ millions) ⁵	7.1	4.6	2.4	5.4	4.8	5.4	8.0	12.0	9.5	

¹ The performance criteria and indicative targets are defined in the Technical Memorandum of Understanding. Targets for end-March and end-September are indicative.

² 2017 includes new loan guarantees (CFAF 0.4 billion for Bissau City and CFAF 0.9 billion for pilgrims to Mecca).

³ These apply on a continuous basis.

⁴ Comprises budget support grants and program loans (for budget support).

⁵ Comprises project loans with grant elements exceeding or equal to 35 percent.

Quadro 2. Guiné-Bissau: Critérios de Desempenho Quantitativos e Metas Indicativas Propostos para 2018

(Acumulado desde o início do ano até ao fim do mês indicado; em mil milhões de FCFA, salvo indicação em contrário)

	2017	2018				
		Mar. ¹		Jun.	Sept. ¹	Dec.
		Prog.	Est.	Proposed targets		
Performance criteria¹						
Total domestic tax revenue (floor)	81.3	12.1	14.8	40.2	68.7	89.3
Net domestic credit to the central government (ceiling) ²	-0.2	13.7	3.9	13.3	13.6	19.1
Ceiling on new non-concessional external debt (US\$ millions) ³	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Outstanding stock of external debt owed or guaranteed by the central government with maturities of less than one year (ceiling) ³	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
External payment arrears (ceiling) ³	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Indicative targets						
New domestic arrears (ceiling)	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Social and priority spending (floor)	39.2	7.8	7.8	26.0	33.0	42.0
Domestic primary balance (commitment basis, floor)	3.9	-11.7	2.9	1.1	10.0	10.7
Non regularized expenditures (DNTs, ceiling)	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
<i>Memorandum items:</i>						
Clearance of domestic payment arrears	2.4	0.9	0.1	1.2	2.3	3.0
External budgetary assistance (US\$ millions) ⁴	4.8	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
ECF disbursements (SDR millions, flow)	6.1	0.0	0.0	3.0	0.0	3.0
Concessional loans (US\$ millions) ⁵	9.5	3.4	6.3	12.6	16.8	21.0

¹ The performance criteria and indicative targets are defined in the Technical Memorandum of Understanding. Targets for end-March and end-September are indicative.

² Coverage expanded for 2018 to include all non-concessional borrowing in domestic currency, including project financing from regional lenders (projected at CFAF 19.1 billion in 2018).

³ These apply on a continuous basis.

⁴ Comprises budget support grants and program loans (for budget support).

⁵ Comprises project loans with grant elements exceeding or equal to 35 percent.

Quadro 3. Guiné-Bissau: Parâmetros Estruturais ao abrigo do Programa ECF, 2017-18

Medidas	Prazo	Macro Raciocínio	Situação
Mobilização de Receitas			
Alargar a nova factura única simplificada a todos os contribuintes.	Set. 2017	Melhorar a administração fiscal e o cumprimento.	Cumprido.
Concluir a atribuição de números de identificação fiscal a todos os contribuintes.	Set. 2017	Melhorar a administração fiscal e o cumprimento.	Cumprido.
Preparar um projeto de lei, com assistência técnica do FMI, para o novo regime de pequenos contribuintes que seja simples e transparente, proteja a base de receita, reduza os custos de cumprimento e assegure participação global.	Dez. 2017	Melhorar a administração fiscal e o cumprimento.	Incumprido. Parâmetro substituído pela nova medida infra.
Submeter ao Conselho de Ministros uma estratégia exaustiva de reforma fiscal, cobrindo pequenos contribuintes e com regras simples minimizando a avaliação discricionária.	Jul. 2018	Melhorar a administração fiscal e o cumprimento.	Parâmetro proposto.
Constituir um Grupo de Trabalho Especial sobre Arrecadação de Impostos, para assegurar a arrecadação fiscal de grandes devedores.	Set. 2018	Melhorar a administração fiscal e o cumprimento.	Parâmetro proposto.
Exigir a utilização de NIF para o pagamento de impostos e transações correspondentes com departamentos públicos.	Set. 2018	Melhorar a administração fiscal e o cumprimento.	Parâmetro proposto.
Gestão das Despesas			
Elaborar um quadro de projeção mensal deslizante de fluxos de caixa do Tesouro em linha com o orçamento de 2017.	Dez. 2016, para Jan. 2017; em seguida todos os meses	Melhorar a gestão da despesa.	Cumprido.
Preparar relatórios trimestrais atempados de execução orçamental ao nível de ministério com pormenores sobre a classificação económica das despesas.	Dez. 2016, em seguida trimestralmente	Reforçar a execução e o controlo da execução orçamental.	Cumprido.
Gestão da Dívida			
Preparar relatórios trimestrais sobre os compromissos, acordos e desembolsos referentes à dívida externa.	Dez. 2016, para o relatório de set. 2016; em seguida trimestralmente	Reforçar a capacidade de gestão da dívida e a transparência nos compromissos da dívida externa.	Cumprido.

Quadro 3. Guiné-Bissau: Parâmetros Estruturais ao abrigo do Programa ECF, 2017-18
(conclusão)

Medidas	Prazo	Macro Raciocínio	Situação
Instalar uma versão mais recente do software de gestão de dívida, SYGADE 6.0, e dar início à sua utilização, para analisar de forma eficaz a dívida e as projeções do serviço da dívida	Dez. 2017	Reforçar a gestão da dívida e evitar o pagamento de atrasados.	Incumprido. O software foi instalado no início de 2018.
Ambiente de Negócios e Política Geral			
Concluir, com a assistência da Comissão Bancária da UEMOA, uma avaliação dos dois bancos afetados pelo resgate e articular um plano de ação para que estes bancos cumpram normas prudenciais.	15 de Abril de 2017	Reforçar a saúde do sistema bancário.	Cumprido.
Elaborar uma estratégia para promover a produção e a transformação do caju com base nos resultados da auditoria do FUNPI.	Junho 2017	Reduzir os custos de transação.	Cumprido.
A EAGB irá apresentar relatórios que pormenorizarão os seus fluxos financeiros para o exercício de 2015, os primeiros três trimestres de 2016 e mensais a partir de outubro de 2016.	Out. 2017, em seguida mensalmente	Instalar transparência nas operações e posição financeira da EAGB.	Cumprido. Out. 2017; em seguida, mensalmente
Propor ao Conselho de Ministros um orçamento para 2018.	Dez. 2017	Adequada gestão orçamental.	Cumprido.
Propor ao Conselho de Ministros um plano de melhoria de gestão para a EAGB.	Mar. 2018	Potencializar a eficácia da empresa de serviços públicos, reduzir os custos de fornecimento de electricidade e evitar passivos contingentes.	Cumprido.
Começar a implementação de um contrato de serviços para a gestão da EAGB.	Set. 2018	Potencializar a eficácia da empresa de serviços públicos, reduzir os custos de fornecimento de electricidade e evitar passivos contingentes.	Parâmetro proposto.

Anexo II. Memorando Técnico de Entendimento

Bissau, Guiné-Bissau, 16 de Maio de 2018

INTRODUÇÃO

1. **O presente memorando descreve os entendimentos entre as autoridades da Guiné Bissau e o Fundo Monetário Internacional (FMI)** com respeito à definição dos critérios de desempenho quantitativos e indicadores estruturais de referência para o programa apoiado ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado (ECF), bem como a respetiva informação a ser reportada. Salvo indicação em contrário, todos os critérios de desempenho quantitativos e metas indicativas serão avaliados em termos de fluxos cumulativos a partir do início do período, conforme especificado no Quadro 2 do Memorando de Políticas Económicas e Financeiras (MPEF).
2. **Taxas de câmbio do programa.**⁷ Para os fins do programa, os valores expressos em moeda estrangeira referentes a 2018 serão convertidos em moeda nacional (francos CFA) com base na taxa de câmbio do programa de FCFA 554,21/USD e nas taxas cruzadas no fim de Dezembro de 2017.

CRITÉRIOS DE DESEMPENHO QUANTITATIVOS

A. Limite Mínimo (Piso) do Total da Receita Tributária Doméstica

3. **Definição.** Define-se receita tributária de modo a abranger os impostos directos e indirectos apresentados na tabela de operações financeiras do Governo Central, bem como a recuperação programada de impostos em atraso.
4. **Cláusulas de ajustamento.** O piso do total da receita tributária doméstica será ajustado para baixo (para cima) pelo montante da insuficiência (excesso) em relação à recuperação programada de impostos em atraso. Para os fins deste ajustador, o percurso de recuperação dos atrasados fiscais programado para 2018 é o seguinte (cumulativo até ao mês indicado durante o ano): FCFA 0,64 mil milhões (final de Março), FCAF 1,28 mil milhões (final de Junho), FCFA 2,24 mil milhões (final de Setembro) e FCFA 3,2 mil milhões (final de Dezembro).

B. Crédito Bancário Doméstico Líquido ao Governo Central (CDL)

5. **Definição.** CDL refere-se ao crédito líquido do sistema bancário ao governo central calculado pela Direção do Tesouro. Define-se como a soma dos itens seguintes:
 - a. a posição líquida do governo com o BCEAO nacional, abrangendo: bilhetes e obrigações do Tesouro (excluindo a cessão de créditos do FMI) menos depósitos do Governo Central (excluindo depósitos relacionados com projectos) no BCEAO;

⁷ A fonte das taxas de câmbio cruzadas é a publicação *International Financial Statistics*.

- b. a posição líquida do Governo nos bancos comerciais, abrangendo: a) bilhetes do Tesouro; b) obrigações do Tesouro ao portador; e c) empréstimos e adiantamentos dos bancos comerciais ao Governo Central; menos depósitos do Governo Central (excluindo os depósitos relacionados com projectos) nos bancos comerciais; e
- c. qualquer outro crédito comercial denominado em FCFA, incluindo o desembolso líquido de empréstimos de projectos pelo banco regional de desenvolvimento, BOAD (excluindo empréstimos concessionais com um elemento de doação de pelo menos 35%).

Quaisquer garantias de empréstimos domésticos emitidas pelo Governo serão incluídas na posição líquida do Governo tal como definida acima. A posição líquida do Governo excluirá quaisquer transações resultantes do resgate bancário anulado.

6. Cláusulas de ajustamento. O tecto do CDL ao Governo Central será ajustado como segue:

- a) para cima (para baixo) até ao montante em FCFA da insuficiência (excesso) de donativos e empréstimos externos para programas (ambos programados a zero em 2018), incluindo os saques junto do FMI — o ajustamento para cima será limitado ao equivalente a FCFA 10 mil milhões; e
- b) para baixo (para cima) pelo montante em FCFA do excesso (insuficiência) de quaisquer receitas de privatizações programadas (programadas a zero em 2018); Ademais, os depósitos do governo central no BCEAO e nos bancos comerciais serão ajustados para baixo pela liquidação de atrasados domésticos (excluindo quaisquer atrasados acumulados durante a vigência do programa, 2015-19) além do previsto no programa. Para os fins deste ajustador, o percurso de recuperação dos atrasados domésticos programado para 2018 é o seguinte (cumulativo até ao mês indicado durante o ano): FCFA 0,9 mil milhões (final de Março), FCFA 1,2 mil milhões (final de Junho), FCFA 2,3 mil milhões (final de Setembro) e FCFA 3 mil milhões (final de Dezembro).

7. Fonte de dados. A fonte dos dados para o referido acima será o quadro do inquérito monetário (*Position Nette du Gouvernement - PNG*), emendado de modo a incluir os empréstimos líquidos do BOAD para projectos, mensalmente enviado ao corpo técnico do FMI pelo Ministério das Finanças.

8. Definição de Governo Central. Define-se governo central para os fins do presente memorando de modo a abranger a administração central da República da Guiné-Bissau, mas sem abarcar nenhuma administração local, o banco central nem nenhuma outra entidade pública ou de propriedade do Estado com personalidade jurídica autónoma que não esteja incluída na Tabela de Operações Financeiras do Estado (TOFE).

C. Nova Dívida Externa Não-Concessional, Contraída ou Garantida pelo Governo Central, com Vencimento Original Igual ou Superior a Um Ano

9. Definição. Todas as formas de nova dívida com vencimento original igual ou superior a um ano contraídas ou garantidas pelo Governo Central. Para este fim, a nova dívida externa não-concessional excluirá os créditos comerciais normais para as importações e a dívida denominada em francos CFA, mas abrangerá as dívidas em moeda estrangeira (outras que não o franco CFA) detidas no país. Este critério de desempenho não se aplica apenas à dívida conforme definida no Ponto 8 das Directrizes sobre Condicionalidade da Dívida Pública em Acordos com o FMI, anexas à Decisão n.º 15688-(14/107), de 05/12/2014, mas também aos compromissos contraídos ou garantidos sem contraprestação. Excluem-se desse critério de desempenho os desembolsos do FMI e as dívidas sujeitas a reescalonamento ou para as quais já se tenha chegado a um acordo verbal. Este critério de desempenho será aplicado continuamente.

10. Requisitos de reporte. O Governo reportará ao corpo técnico do Fundo qualquer novo empréstimo externo contraído ou garantido pelo Governo, bem como os seus respectivos termos, o mais tardar duas semanas após a contratação ou garantia do referido empréstimo.

D. Dívida Externa de Curto Prazo Contraída ou Garantida pelo Governo Central

11. Definição. Define-se a dívida externa de curto prazo como o stock da dívida externa com prazo de vencimento inferior a um ano contraída ou garantida pelo Governo Central. Para este fim, a dívida de curto prazo excluirá os créditos comerciais normais para as importações e a dívida denominada em francos CFA, mas abrangerá as dívidas em moeda estrangeira (outras que não o franco CFA) detidas no país. Para os fins deste critério de desempenho, o Governo Central está definido no parágrafo 8 acima. Este critério de desempenho será aplicado continuamente.

E. Atrasados de Pagamentos Externos do Governo Central

12. Definição. Para os fins deste critério de desempenho, os atrasados de pagamentos externos, com base no teste de moeda, são pagamentos do serviço da dívida que deixaram de ser pagos nas datas de vencimento (levando em conta os prazos de carência contratuais, caso existam) e que não tenham sido pagos no prazo de 30 dias após essas datas. Atrasados que não devem ser considerados como tal para os fins dos critérios de desempenho, ou atrasados “fora do programa”, definem-se como: (i) atrasados acumulados no serviço de uma dívida externa para a qual exista um pedido de reescalonamento ou reestruturação; e/ou (ii) os montantes objecto de litígios que não são considerados atrasados para fins dos critérios de desempenho. São definidos como atrasados “fora do programa”.

METAS INDICATIVAS QUANTITATIVAS

A. Novos Atrasados Domésticos do Governo Central

13. Definição. O tecto dos atrasados domésticos é definido como as contas a pagar (resto a pagar) acumuladas durante o ano e ainda não saldadas até um mês após o trimestre, no caso de

ordenados e salários (incluídas as pensões) e até três meses, no caso de bens, serviços e transferências.

B. Despesas Sociais e Prioritárias Relacionadas com a Pobreza

14. Definição. Definem-se as despesas sociais e prioritárias relacionadas com a pobreza de modo a abranger os gastos com a saúde, educação e no Ministério da Mulher, Família e Coesão Social (Quadro 2 do MPEF).

C. Saldo Primário Interno (Base de Compromissos)

15. Calcula-se o **défice orçamental primário doméstico em base de compromissos** como a diferença entre a receita do governo e as despesas primárias domésticas na base de compromissos. A receita do Governo inclui todas as receitas fiscais e não fiscais e exclui os donativos externos. A despesa doméstica primária consiste na despesa corrente somada às despesas de capital com financiamento doméstico, excluindo todos os pagamentos de juros e todos os empréstimos para projectos. Os compromissos do governo incluem todas as despesas cuja cabimentação tenha sido aprovada pelo Ministério das Finanças; as despesas automáticas (tais como salários e ordenados, pensões, serviços de utilidade pública e outras despesas cujo pagamento seja centralizado), e despesas efetuadas por via de operações de compensação.

D. Despesas Não Tituladas (DNT)

16. Definição. Qualquer gasto do Tesouro que não tenha sido devidamente contabilizado pela Direção Nacional do Orçamento e/ou não tenha sido incluído no orçamento.

MONITORIZAÇÃO DO PROGRAMA

17. A extensão e aumento do acesso ao abrigo do Acordo ECF permitirá duas avaliações adicionais, as sexta e sétima. A sexta avaliação do programa basear-se-á nos critérios de desempenho para o final de Junho de 2018 e está prevista ser concluída em 15 de Outubro de 2018 ou após esta data. A sétima avaliação (a última depois da extensão do programa) basear-se-á nos critérios de desempenho para o final de Dezembro de 2018 e está prevista ser concluída em 15 de Abril de 2019 ou após esta data. As autoridades da Guiné-Bissau recomendarão medidas a título de reacção à evolução da situação, informarão o FMI mensalmente sobre o progresso do programa e transmitirão ao corpo técnico do FMI, em formato electrónico, a informação de apoio necessária para a avaliação dos critérios de desempenho quantitativos e indicadores de referência, conforme indicado na tabela resumida anexa (Quadro 1).

18. Para monitorizar devidamente as principais variáveis macroeconómicas, incluindo os indicadores de desempenho no âmbito da ECF, coordenar a assistência técnica e acompanhar o avanço na implementação das reformas, o Governo continuará a prestar o apoio necessário à sua unidade de reforma. Essa unidade de reforma informa periodicamente ao Ministro das Finanças os avanços na consecução dos indicadores de desempenho e objetivos de

desenvolvimento acordados. Também manterá actualizada a lista de todos os seus parceiros, dará prioridade à assistência técnica e acordará com os parceiros a divisão do trabalho ao nível da assistência técnica. Por último, providenciará o intercâmbio de informações, incluindo relatórios de assistência técnica, com os parceiros envolvidos na mesma área, a fim de evitar conflitos e/ou sobreposições em matéria de aconselhamento.

Quadro 1: Guiné-Bissau: Resumo dos Requisitos de Reporte

Informação	Frequência	Prazo de Reporte	Responsável
Sector das Finanças Públicas			
Orçamento e resultado do Governo Central	Mensal	30 dias após o fim do mês	DGPEE ¹
Donativos	Mensal	30 dias após o fim do mês	DGPEE
Donativos ao orçamento	Mensal	30 dias após o fim do mês	DGPEE
Donativos a projectos	Mensal	30 dias após o fim do mês	DGPEE
Variação no stock de atrasados internos	Mensal	30 dias após o fim do mês	DGPEE
Créditos não pagos	Mensal	30 dias após o fim do mês	DGPEE
Juros atrasados	Mensal	30 dias após o fim do mês	DGPEE
Produto dos títulos emitidos no mercado regional da UEMOA	Mensal	30 dias após o fim do mês	DGPEE
Sector real e externo			
Actualizações das Contas Nacionais anuais por sector	Anual	30 dias após aprovação	INE/MEF ²
Dados da balança de pagamentos	Anual	30 dias após aprovação	BCEAO/MEF
Dados da balança de pagamentos	Trimestral	60 dias após o fim do trimestre	BCEAO/MEF
Detalhes da desagregação das exportações	Trimestral	45 dias após o fim do trimestre	BCEAO/MEF
Detalhes da desagregação das importações	Trimestral	45 dias após o fim do trimestre	BCEAO/MEF
IPC	Mensal	45 dias após o fim do mês	INE/MEF
Dívida			
Dívida externa e interna e dívida garantida por credor	Mensal	30 dias após o fim do mês	DGDP ³
Desembolsos	Mensal	30 dias após o fim do mês	DGDP
Amortização	Mensal	30 dias após o fim do mês	DGDP
Pagamento de juros	Mensal	30 dias após o fim do mês	DGDP
Stock de dívida externa	Mensal	30 dias após o fim do mês	DGDP
Stock de dívida interna	Mensal	30 dias após o fim do mês	DGDP
Juros de mora e capital	Mensal	30 dias após o fim do mês	DGDP
Financiamento interno excepcional	Mensal	30 dias após o fim do mês	DGDP
Cópias de novos acordos de empréstimo	Quando ocorrer		DGDP
Sector Financeiro/Monetário			
Balanço detalhado do Banco Central (BCEAO nacional)	Mensal	45 dias após o fim do mês	BCEAO/MEF
Balanço detalhado banco a banco	Mensal	45 dias após o fim do mês	BCEAO/MEF
Balanço detalhado consolidado dos bancos comerciais	Mensal	45 dias após o fim do mês	BCEAO/MEF
A Síntese Monetária	Mensal	45 dias após o fim do mês	BCEAO/MEF
Posição líquida detalhada do Governo Central (PNG)	Mensal	45 dias após o fim do mês	BCEAO/MEF
Indicadores de solidez financeira	Mensal	45 dias após o fim do mês	BCEAO/MEF
Taxas de juro	Mensal	45 dias após o fim do mês	BCEAO/MEF
Taxas de depósito para todos os tipos de depósito nos bancos comerciais	Mensal	45 dias após o fim do mês	BCEAO/MEF
Taxas de empréstimo de médio e longo prazo dos bancos comerciais	Mensal	45 dias após o fim do mês	BCEAO/MEF
¹ Direcção Geral de Previsão e Estudos Económicos.			
² Instituto Nacional de Estatística/Ministério da Economia e Finanças.			
³ Direcção Geral de Dívida Pública.			



GUINÉ-BISSAU

16 de maio de 2018

RELATÓRIO DO CORPO TÉCNICO SOBRE A QUINTA AVALIAÇÃO NO ÂMBITO DA FACILIDADE DE CRÉDITO ALARGADO, PEDIDOS DE EXTENSÃO DO ACORDO E AUMENTO DO ACESSO E AVALIAÇÃO DAS GARANTIAS DE FINANCIAMENTO — ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA

Aprovado por
Roger Nord e Johannes Wiegand (FMI) e Paloma Anos Casero (AID)

Elaborado em conjunto pelos corpos técnicos do Fundo Monetário Internacional e da Associação Internacional de Desenvolvimento.^{1, 2}

A Guiné-Bissau permanece em risco moderado de sobre-endividamento externo, com o agravamento das vulnerabilidades relativas ao total da dívida pública. Em comparação à anterior análise de sustentabilidade da dívida (ASD)³, a atual ASD reflete um alargamento do défice orçamental global em base de caixa em cerca de 0,4% do PIB em 2018–19, devido ao aumento do investimento do governo e a uma parcela moderadamente maior do financiamento interno. A perspectiva a médio e longo prazo permanece, de resto, basicamente inalterada. No cenário de base, todos os indicadores da dívida externa estão abaixo dos limiares indicativos dependentes das políticas, durante todo o período de projeção. No entanto, o rácio VA da dívida/exportações ultrapassa o respetivo limiar por um período prolongado no cenário de choque mais extremo. A dívida pública global situa-se ligeiramente acima do seu parâmetro de referência e assim deve permanecer nos próximos 3-4 anos, embora projete-se o seu declínio a mais longo prazo. Por isso, deve-se prosseguir políticas orçamentais e de gestão da dívida prudentes e fortalecer a capacidade de gestão da dívida. Os resultados da ASD dependem do sucesso das autoridades em implementar reformas estruturais, melhorar o ambiente de negócios para impulsionar a produção e as exportações e recorrer a empréstimos em condições concessionais e donativos como principal fonte de financiamento de projetos.

¹ A ASD foi elaborada em conjunto pelos técnicos do FMI e da AID, em consulta com a Direção de Gestão da Dívida do Ministério das Finanças da Guiné-Bissau, e beneficiou dos comentários do Banco Mundial. O exercício financeiro da Guiné-Bissau decorre de 1 de janeiro a 31 de dezembro.

² Os limiares de sustentabilidade da dívida são definidos pela pontuação média trienal (2014–16) da Avaliação das Políticas e Instituições Nacionais (CPIA); a Guiné-Bissau é classificada como um país com políticas e quadros institucionais fracos (pontuação de 2,5).

³ A anterior ASD foi preparada em 21 de novembro de 2017. Relatório do FMI n.º 17/384.

CONTEXTO

1. Na generalidade, a posição da dívida pública da Guiné-Bissau continuou a melhorar.

O reforço da mobilização de receitas e o controlo rigoroso das despesas resultou numa redução acentuada do défice orçamental, para menos de 2% do PIB em 2017. Ademais, as autoridades mantiveram o compromisso de fortalecer a gestão da dívida. Os esforços de melhoria da capacidade administrativa beneficiam cada vez mais da assistência técnica dos parceiros de desenvolvimento, incluindo o AFRITAC Ocidental. As autoridades continuaram a negociar a reprogramação e/ou o cancelamento direto dos atrasados antigos com os credores externos.⁴ Os empréstimos em moeda estrangeira estão a ser contratados apenas em condições concessionais. Ao mesmo tempo, embora as autoridades estejam a buscar donativos e financiamentos concessionais para todos os projetos de infraestruturas, verificou-se recentemente que o financiamento não concessional em moeda nacional está a crescer, devido, sobretudo, ao aumento dos empréstimos contraídos junto ao Banco Oeste-Africano de Desenvolvimento (BOAD).

2. Está em curso um incremento do investimento para colmatar as lacunas nas infraestruturas do país.

As despesas de investimento do governo, quase todas com financiamento externo, aumentaram de 6,1% do PIB em 2016 para 7% em 2017, e projeta-se que cheguem a 8,5% em 2018–19. O impacto sobre a dinâmica da dívida será controlado através do reforço contínuo das receitas e dos planos de manter o défice global dentro do limite de 3% fixado pela UEMOA. Embora as autoridades tenham contraído novos empréstimos para infraestruturas em 2017, equivalentes a mais de 8% do PIB, espera-se que o desembolso desses empréstimos ocorra ao longo de vários anos.⁵ De facto, apenas uma pequena parcela (0,3% do PIB) dos novos empréstimos está inscrita no orçamento de 2018, em concordância com a sua provável execução, mas também como reflexo da necessidade de reforçar a planificação do investimento e a correspondente estratégia de endividamento.

3. As perspetivas são apoiadas pelo crescimento económico sustentado.

O crescimento do PIB real registou a média de cerca de 6% em 2015–17 e as projeções a médio e longo prazo são de crescimento de cerca de 5%. Os preços internacionais do caju, que atingiram o seu nível máximo histórico durante a campanha de 2017, devem permanecer próximos do nível máximo recente, o que aumenta os incentivos para a manutenção de níveis intensivos de produção e exportação. As políticas internas para melhorar o ambiente de negócios, alargar o fornecimento e a disponibilidade

⁴A Guiné-Bissau tem atrasados de pagamentos que somam USD 44,5 milhões (3,3% do PIB) no final de 2017, referentes a dívidas de longa data com Angola, Brasil, Líbia, Rússia e Paquistão que não foram incluídas no processo HIPC.

⁵ Em 2017, o governo da Guiné-Bissau contraiu empréstimos totalizando cerca de USD 112 milhões para reforçar o abastecimento de eletricidade e a construção de estradas e diversificar a agricultura. Os principais credores são o BOAD, o Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico em África (BADEA), o Fundo Saudita para o Desenvolvimento (SFD) e o Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD). Três empréstimos do BOAD (76% do total de novos empréstimos) foram em condições plenamente não concessionais, tal como avaliadas segundo o critério de elemento mínimo de concessionalidade de 35%. A maioria dos novos empréstimos ainda não entrou em vigor, uma vez que as condições dos contratos (como afetação de verbas do orçamento ou fundos de contrapartida) ainda não foram cumpridas, e os desembolsos ainda não começaram. Além disso, um total de USD 39,5 milhões em empréstimos foi contraído por empresas públicas.

de eletricidade e água e colmatar outras lacunas importantes em termos de infraestruturas, devem também apoiar a atividade económica e contribuir para moderar os rácios da dívida e do serviço da dívida.

4. Não obstante a sua evolução favorável, as trajetórias da dívida continuam sujeitas a choques adversos. A diversificação limitada da economia deixa a Guiné-Bissau vulnerável a choques adversos nas exportações. Uma queda dos preços do caju provocaria uma diminuição das receitas de exportação e da arrecadação de impostos. Sem um ajustamento das políticas, isso reduziria o valor atual (VA) dos rácios dívida/exportações e dívida/receitas, bem como os correspondentes rácios do serviço da dívida. Ademais, dado o historial de conflitos no país, uma nova escalada das tensões políticas poderia frustrar as políticas económicas e orçamentais prudentes, e colocar em causa a sustentabilidade da dívida.

PRESSUPOSTOS DE BASE

5. As projeções macroeconómicas são ligeiramente diferentes da ASD de novembro de 2017 (Caixa 1). Em comparação às estimativas e projeções anteriores, o crescimento do PIB real em 2016-19 aumentou, o défice orçamental é ligeiramente menor em 2017 mas maior em 2018, e o défice da conta corrente externa é ligeiramente maior em 2017 e em quase todo o médio prazo. Ademais, para além de 2019, a tendência ascendente do rácio dívida externa/PIB foi alisada para refletir uma expansão ligeiramente menor da parcela do programa de investimento público financiada com recursos externos.

Caixa 1. Pressupostos Macroeconómicos no Cenário de Base

Crescimento do PIB real. Projeta-se que o crescimento do PIB real, estimado em 5,9% em 2017 (comparativamente à estimativa anterior de 5,5%) abraque para 5,3% em 2018 e 5% no médio e longo prazos.

O melhor desempenho registado em 2017 reflete o aumento dos rendimentos dos agricultores, graças aos preços favoráveis do caju, e o aquecimento das atividades de construção. A expectativa de crescimento constante no médio e longo prazos é apoiada pela previsão de aumento dos investimentos públicos e privados (nomeadamente nas áreas de eletricidade, abastecimento de água e estradas), reformas estruturais (na gestão financeira pública, administração tributária e gestão da dívida) e melhorias no ambiente de negócios de modo geral.

Key Macroeconomic Assumptions and Projections (in percent of GDP, unless otherwise indicated)						
	2016	2017	2018	2019	Medium Term (first six years)	Long Term ¹
Real GDP growth (percent)						
Previous DSA	5.8	5.5	5.0	5.0	5.1	5.0
Current DSA	6.3	5.9	5.3	5.2	5.1	5.0
Primary fiscal balance (cash basis)						
Previous DSA	-3.6	-1.4	-1.9	-1.9	-1.8	-2.1
Current DSA	-3.5	-1.0	-2.1	-2.0	-1.9	-2.1
Non-interest current account balance						
Previous DSA	1.6	0.1	-2.2	-2.7	-1.5	-2.8
Current DSA	1.6	-0.3	-3.1	-2.2	-2.1	-2.9
External debt						
Previous DSA	14.4	12.5	13.0	13.7	14.2	18.5
Current DSA	14.7	12.4	12.0	12.2	13.8	17.9
Domestic debt						
Previous DSA	39.7	36.7	35.3	33.6	32.3	19.5
Current DSA	38.6	37.7	38.3	36.6	33.0	20.5

Source: Bissau-Guinean authorities and staff estimates.

¹Covers the period 2024-38 for the current DSA, 2023-37 for the previous DSA.

Inflação dos preços no consumidor.

A inflação permaneceu baixa em 2017, registando a média de apenas 1,1%. O aumento da atividade económica e a recuperação dos preços mundiais do petróleo devem levar a uma subida da inflação dos preços no consumidor, para uma média superior aos 2% ao ano no médio prazo, mas ainda abaixo do critério de convergência da UEMOA (3%).

Saldos das contas públicas. O défice primário deverá subir para 2,1% do PIB em 2018, mantendo-se basicamente nesse nível daí em diante. Antecipa-se que as reformas para melhorar a gestão da dívida irão reforçar as tendências positivas das contas públicas.

Saldo da conta corrente externa. A alta dos preços de exportação do caju em 2017 não foi suficiente para compensar o aumento das importações, sobretudo de materiais de construção, o que fez com que a conta corrente passasse a registar um défice primário estimado em 0,3% do PIB em 2017. Para 2018, projeta-se que o défice primário corrente ascenda a 3,1% do PIB, como reflexo da descida dos preços do caju e subida dos preços do petróleo, da ausência de compensações das pescas da UE e do aumento das importações associado à ampliação das atividades de investimento.

Fluxos de financiamento oficiais. Espera-se que as transferências oficiais registem um ligeiro aumento face aos atuais 4,7% do PIB, situando-se próximas à média de 5% do PIB no longo prazo. Presume-se que os empréstimos em condições concessionais serão negociados nos termos usuais — ou seja, a uma taxa de juro de 0,75% e com maturidade de 38 anos (AID) e 20 anos (BAfD) e 6 anos de carência. Os empréstimos dos países membros do Clube de Paris (fora do Clube de Paris) presumem taxas de juro médias de 1,2% (2%) com maturidades de 20 (23) anos e 6 (10) anos de carência.

SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA EXTERNA E PÚBLICA

A. Análise de Sustentabilidade da Dívida Externa

6. A Guiné-Bissau continua em risco moderado de sobre-endividamento. No cenário de base, todos os indicadores da dívida externa estão abaixo dos seus respectivos limiares dependentes das políticas, ao longo de todo o período de projeção (2018–38). Os resultados indicam que há alguma margem para projetos financiados por dívidas. Contudo, as incertezas associadas aos novos empréstimos para financiar os ambiciosos planos de investimento das autoridades e, sobretudo, o grande volume de novos empréstimos contraídos em 2017, implicam novos riscos. Para conter essa tendência ascendente, espera-se que os novos empréstimos para projetos sejam contratados em condições favoráveis/concessionais, ou que sejam limitados nos próximos anos. Para apoiar esse objetivo, seria importante assegurar que os novos empréstimos para projetos sejam contraídos apenas após a seleção dos projetos, com base em procedimentos de avaliação idôneos e assentes num plano setorial, e quando os projetos estiverem prontos para serem executados.

7. O panorama para a dívida externa continua vulnerável a choques adversos nas exportações e à depreciação da moeda. Assim como na ASD anterior, o rácio VA da dívida/exportações ultrapassa o seu limiar no cenário mais extremo de choque das exportações. Uma depreciação do franco CFA em relação às moedas dos principais parceiros comerciais agravaria essa vulnerabilidade, uma vez que os custos do serviço da dívida aumentariam em termos da moeda nacional. Esses riscos salientam a necessidade de diversificar a economia e aumentar a sua resiliência a choques.

B. Análise de Sustentabilidade da Dívida Pública

8. O rácio VA da dívida pública total face ao PIB situa-se ligeiramente acima do seu parâmetro de referência e assim deve permanecer nos próximos quatro anos, embora projete-se o seu declínio a mais longo prazo. No final de 2017, a dívida interna (em função da moeda) ascendia a 38,5% do PIB. Esse número inclui o financiamento do BOAD para projetos (14,4% do PIB), a dívida com o BCEAO (12,5%) e com os bancos locais (2,9%), a dívida garantida pelo governo (0,8% do PIB), os bilhetes do tesouro detidos por bancos comerciais regionais (3,8% do PIB) e os atrasados para com fornecedores locais (estimados em 4,1% do PIB).⁶ A avaliação atual mostra a mesma tendência geral exibida na ASD anterior, com a redução dos rácios VA da dívida/receitas e serviço da dívida/receitas do cenário de base, como reflexo das melhorias projetadas das receitas orçamentais.

9. O choque mais extremo mostra o efeito de um aumento dos passivos contingentes em 2019 correspondente a 10% do PIB (Figura 2 e Tabela 4). Tal choque seria coerente com a materialização conjunta de contingências decorrentes dos seguintes desenvolvimentos: i) a possibilidade de que o montante de atrasados internos legítimos seja maior do que o que é computado como parte da

⁶ As autoridades da Guiné-Bissau estão a buscar o apoio dos parceiros de desenvolvimento para realizar o quanto antes a auditoria de todos os créditos restantes. O objetivo do governo é formular, até ao final de 2018, uma estratégia de reembolso para a regularização de todos os atrasados internos legítimos.

dívida pública; ii) garantias públicas pendentes; iii) dívidas das empresas públicas; e iv) os possíveis custos relacionados com o resgate bancário contestado. As autoridades estão a tomar medidas para conter esses passivos contingentes e os riscos associados para a sustentabilidade da dívida.

10. Os testes de sensibilidade indicam basicamente a mesma vulnerabilidade a choques que a anterior ASD. Num cenário de crescimento e saldo orçamental primário às médias históricas, a maioria dos rácios do VA da dívida são ligeiramente superiores aos da ASD anterior para o período de 2018–2022. A evolução do serviço da dívida é mais indistinta; os rácios situam-se acima ou abaixo daqueles da anterior ASD dependendo do horizonte temporal. Esse desempenho comparativo não muda nos dois outros cenários alternativos: i) saldo primário inalterado em relação a 2018 e ii) crescimento do PIB permanentemente mais baixo (Tabela 4).

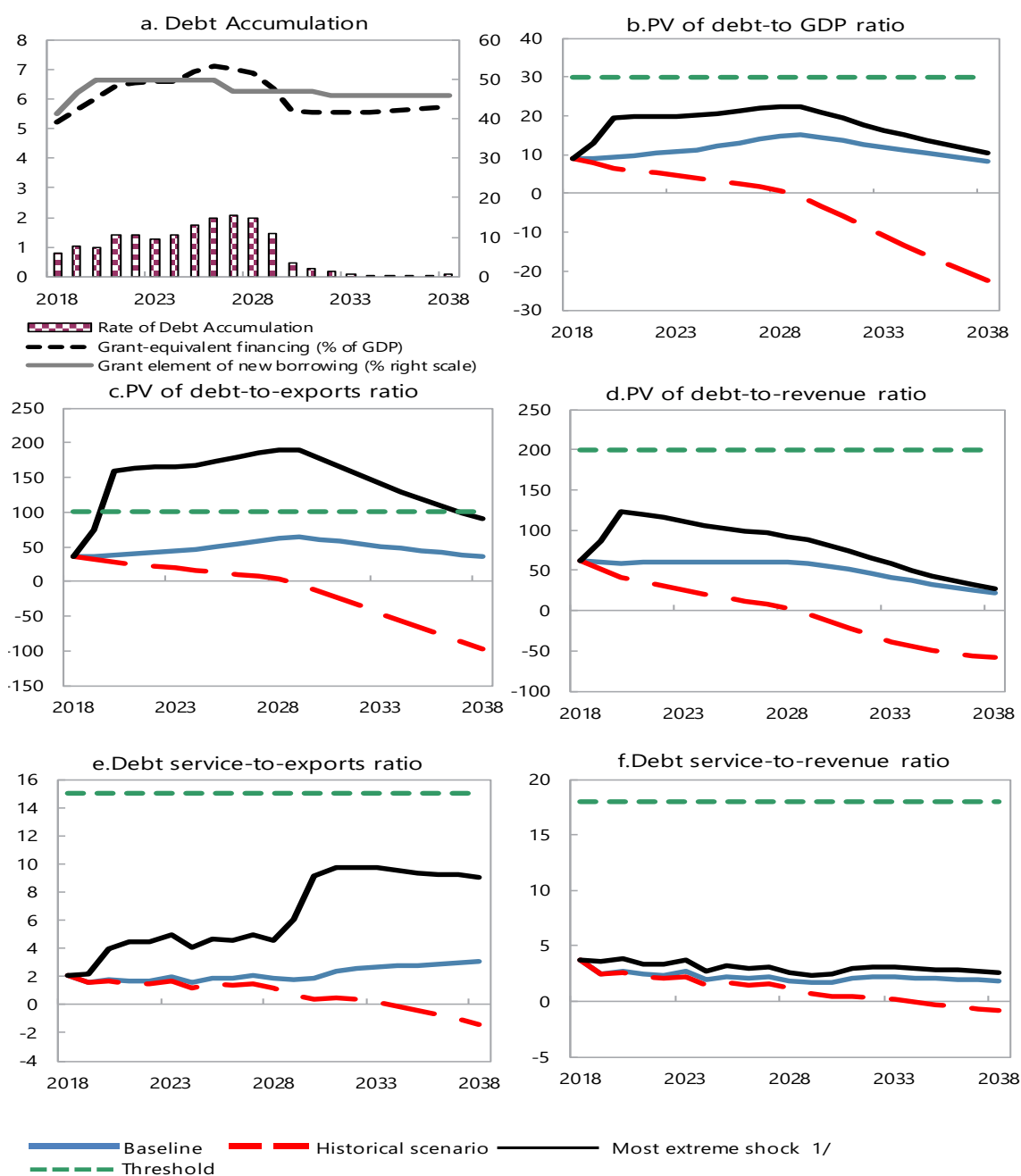
CONCLUSÕES

11. Não obstante o risco moderado de sobre-endividamento externo, as autoridades devem manter uma postura prudente na contratação de dívidas. As vulnerabilidades persistem, sobretudo porque as exportações derivam quase que exclusivamente do caju e atividades correlatas. Tal risco poderia ser moderado por quatro políticas de cariz geral: i) prossecução vigorosa e conclusão das negociações com os credores pertinentes sobre o reescalamento e/ou cancelamento direto dos atrasados pendentes após o acordo com o Clube de Paris, ii) reforço da gestão da dívida, com maior rigor na compilação e monitorização da dívida e a publicação de relatórios periódicos sobre a dívida; iii) manutenção de políticas prudentes de endividamento, incluindo a contratação de empréstimos em condições maioritariamente concessionais e iv) reforço das receitas, esforços sustentados de consolidação orçamental, aplicação contínua de reformas que estimulem o crescimento e avanços na diversificação da economia. Assim, a despeito de uma margem para a contratação de empréstimos concessionais, as autoridades precisam de exercer cautela ao contratar novos empréstimos e aplicar procedimentos reconhecidos de avaliação para garantir a criticidade e a concessionalidade.

OPINIÃO DAS AUTORIDADES

12. As autoridades concordam, em larga medida, com as opiniões do corpo técnico sobre a sustentabilidade da dívida e com as suas recomendações. Concordam que políticas macroeconómicas sólidas são fundamentais para a sustentabilidade da dívida. Enfatizaram que o ritmo do investimento público seria determinado pela disponibilidade de recursos externos em condições concessionais e comprometeram-se a integrar melhor os novos empréstimos nos quadros de planificação e orçamentação. Assim, alguns dos riscos identificados nesta ASD talvez não venham a se materializar. As autoridades reconheceram igualmente o papel decisivo que a gestão prudente da dívida e a implementação de reformas estruturais desempenham para melhorar o ambiente de negócios e potenciar o crescimento global e as perspetivas de exportação.

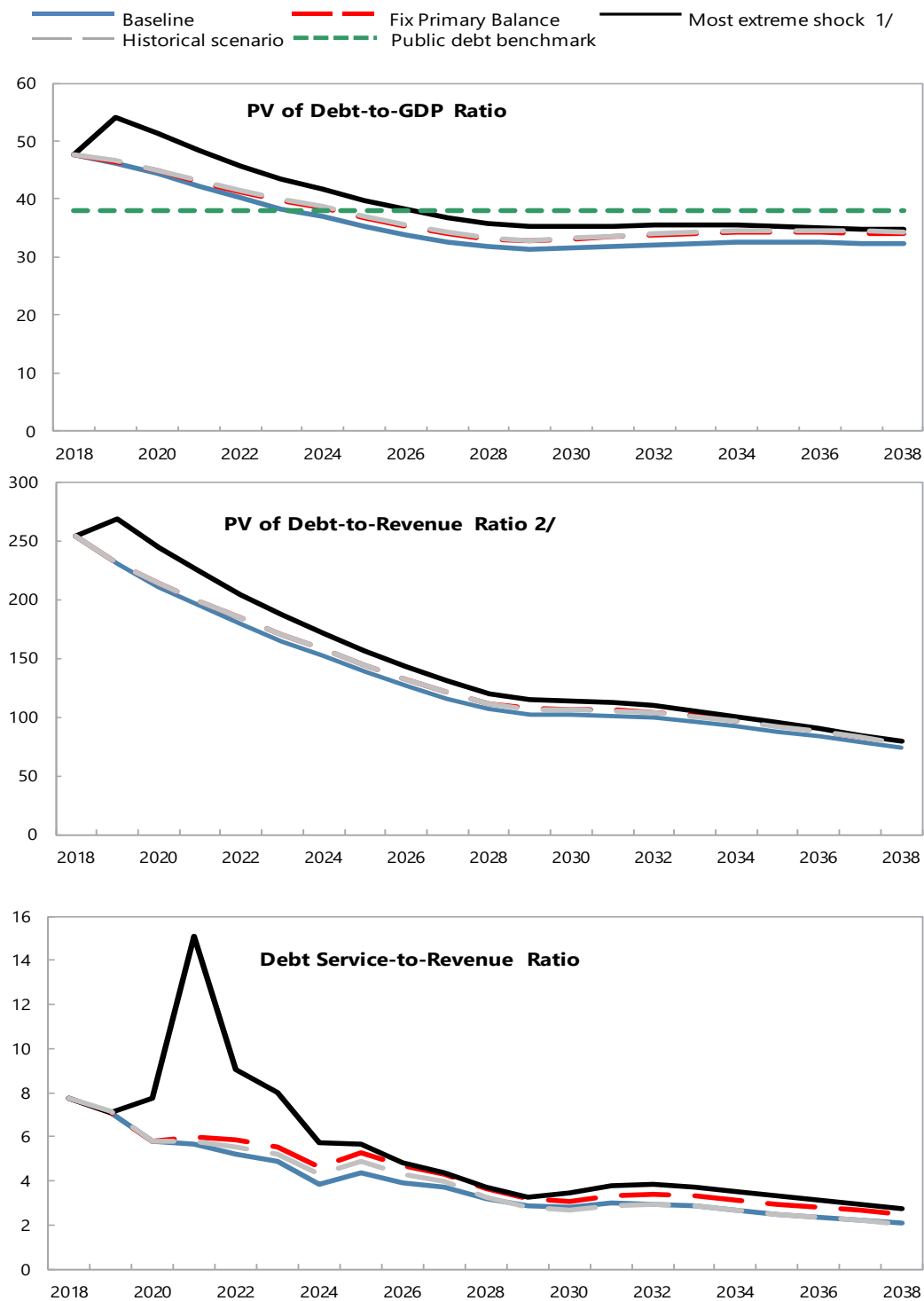
Figura 1. Guiné-Bissau: Indicadores da Dívida Pública ou com Garantia Pública em Cenários Alternativos, 2018–38^{1/}



Sources: Country authorities; and staff estimates and projections.

1/ The most extreme stress test is the test that yields the highest ratio on or before 2028. In figure b. it corresponds to a Exports shock; in c. to a Exports shock; in d. to a Exports shock; in e. to a Exports shock and in figure f. to a One-time depreciation shock

Figura 2. Guiné-Bissau: Indicadores da Dívida Pública em Cenários Alternativos, 2018–38^{1/}



Sources: Country authorities; and staff estimates and projections.

1/ The most extreme stress test is the test that yields the highest ratio on or before 2028.

2/ Revenues are defined inclusive of grants.

Tabela1. Guiné-Bissau: Quadro de Sustentabilidade da Dívida Externa, Cenário de Base, 2015–38 1/

(em percentagem do PIB, salvo indicação em contrário)

	Actual			Historical ^{6/} Average	Standard ^{6/} Deviation	Projections							2018-2038		
	2015	2016	2017			2018	2019	2020	2021	2022	2023	Average	2028	2038	Average
External debt (nominal) 1/	15.1	14.7	12.4			12.0	12.2	12.8	14.1	15.2	16.1		23.1	11.5	
<i>of which: public and publicly guaranteed (PPG)</i>	15.1	14.7	12.4			12.0	12.2	12.8	14.1	15.2	16.1		23.1	11.5	
Change in external debt	0.1	-0.4	-2.3			-0.4	0.2	0.6	1.3	1.2	0.9		1.2	-0.8	
Identified net debt-creating flows	-3.3	-4.9	-4.1			-0.1	-1.2	-0.9	-1.0	-1.2	-1.4		0.3	2.6	
Non-interest current account deficit	-2.0	-1.6	0.3	-1.1	1.2	3.1	2.2	2.0	2.0	1.8	1.7		2.4	4.1	
Deficit in balance of goods and services	4.7	4.8	4.2			6.5	6.0	5.6	5.3	5.0	4.7		4.8	5.5	
Exports	27.5	26.5	27.4			24.8	24.8	24.7	24.5	24.4	24.3		23.8	23.1	
Imports	32.2	31.3	31.6			31.3	30.7	30.3	29.8	29.4	29.0		28.6	28.6	
Net current transfers (negative = inflow)	-4.1	-3.5	-3.5	-3.7	0.3	-2.3	-2.2	-2.2	-2.1	-2.0	-1.9		-1.6	-1.1	
<i>of which: official</i>	-0.9	0.0	-0.4			0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0		0.0	0.0	
Other current account flows (negative = net inflow)	-2.6	-2.8	-0.4			-1.1	-1.5	-1.4	-1.2	-1.1	-1.1		-0.8	-0.4	
Net FDI (negative = inflow)	-1.5	-2.0	-2.8	-2.1	0.6	-2.8	-2.9	-2.5	-2.5	-2.5	-2.5		-1.4	-1.1	
Endogenous debt dynamics 2/	0.3	-1.4	-1.7			-0.4	-0.4	-0.4	-0.4	-0.5	-0.5		-0.8	-0.5	
Contribution from nominal interest rate	0.2	0.3	0.2			0.1	0.1	0.1	0.1	0.2	0.2		0.2	0.1	
Contribution from real GDP growth	-0.9	-0.8	-0.8			-0.6	-0.6	-0.6	-0.6	-0.6	-0.7		-1.0	-0.6	
Contribution from price and exchange rate changes	1.0	-0.8	-1.1			
Residual (3-4) 3/	3.4	4.6	1.8			-0.3	1.4	1.5	2.3	2.3	2.2		1.0	-3.4	
<i>of which: exceptional financing</i>	0.1	-0.1	0.1			0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0		0.0	0.0	
PV of external debt 4/	9.1			8.8	9.1	9.3	9.8	10.4	10.8		14.7	8.3	
In percent of exports	33.1			35.6	36.5	37.6	40.1	42.6	44.4		61.9	36.1	
PV of PPG external debt	9.1			8.8	9.1	9.3	9.8	10.4	10.8		14.7	8.3	
In percent of exports	33.1			35.6	36.5	37.6	40.1	42.6	44.4		61.9	36.1	
In percent of government revenues	70.7			62.8	59.6	58.1	59.6	60.6	60.1		60.4	21.7	
Debt service-to-exports ratio (in percent)	1.2	2.1	12.3			4.5	1.5	1.8	1.6	1.7	2.0		1.9	3.0	
PPG debt service-to-exports ratio (in percent)	1.9	2.1	12.3			2.3	1.5	1.8	1.6	1.7	2.0		1.9	3.0	
PPG debt service-to-revenue ratio (in percent)	3.8	4.6	26.2			4.0	2.5	2.7	2.4	2.4	2.6		1.8	1.8	
Total gross financing need (Millions of U.S. dollars)	-33.8	-35.3	12.6			22.5	-6.1	-0.6	-2.6	-5.6	-8.0		51.4	276.5	
Non-interest current account deficit that stabilizes debt ratio	-2.1	-1.2	2.7			3.5	1.9	1.4	0.7	0.7	0.8		1.2	4.9	
Key macroeconomic assumptions															
Real GDP growth (in percent)	6.1	6.3	5.9	6.1	0.2	5.3	5.2	5.0	5.0	5.0	5.0	5.1	5.0	5.0	
GDP deflator in US dollar terms (change in percent)	-6.4	5.8	8.1	2.5	7.8	9.9	3.4	3.6	3.3	3.3	3.3	4.5	2.8	2.8	
Effective interest rate (percent) 5/	1.0	2.2	1.3	1.5	0.6	1.3	1.2	1.3	1.2	1.2	1.2	1.2	1.2	0.9	
Growth of exports of G&S (US dollar terms, in percent)	35.4	8.2	18.2	20.6	13.8	4.9	8.7	8.2	7.8	8.0	7.9	7.6	7.6	7.7	
Growth of imports of G&S (US dollar terms, in percent)	2.1	9.2	15.6	8.9	6.8	14.5	7.0	7.1	6.8	6.9	6.9	8.2	8.0	8.0	
Grant element of new public sector borrowing (in percent)	41.1	46.7	49.6	49.6	49.6	49.6	47.7	46.9	45.8	
Government revenues (excluding grants, in percent of GDP)	13.7	12.1	12.8			14.1	15.2	15.9	16.5	17.2	17.9		24.4	38.5	
Aid flows (in Millions of US dollars) 7/	67.9	46.6	73.8			83.9	104.8	128.4	155.1	169.8	182.3		292.5	452.1	
<i>of which: Grants</i>	67.9	46.6	73.8			73.7	84.2	94.3	104.3	115.4	127.6		187.2	402.9	
<i>of which: Concessional loans</i>	0.0	0.0	0.0			10.1	20.6	34.1	50.8	54.4	54.7		105.3	49.2	
Grant-equivalent financing (in percent of GDP) 8/			5.2	5.6	6.0	6.5	6.6	6.6		6.8	5.7	
Grant-equivalent financing (in percent of external financing) 8/			87.8	87.9	86.6	83.5	83.9	84.9		80.9	94.1	
Memorandum items:															
Nominal GDP (Millions of US dollars)	1048.3	1178.7	1349.5			1562.1	1698.6	1847.3	2002.7	2173.0	2356.0		3456.4	7438.7	
Nominal dollar GDP growth	-0.6	12.4	14.5			15.7	8.7	8.8	8.4	8.5	8.4	9.8	8.0	8.0	
PV of PPG external debt (in Millions of US dollars)	128.2			138.6	154.8	171.7	197.9	226.3	254.0		509.1	620.9	
(PVT-PVt-1)/GDPT-1 (in percent)			0.8	1.0	1.0	1.4	1.4	1.3	1.2	2.0	0.1	
Gross workers' remittances (Millions of US dollars)	32.7	39.2	31.8			36.3	38.2	40.1	41.9	43.7	45.5		54.6	78.6	
PV of PPG external debt (in percent of GDP + remittances)	8.9			8.6	8.9	9.1	9.6	10.2	10.6		14.5	8.3	
PV of PPG external debt (in percent of exports + remittances)	30.5			32.5	33.5	34.5	37.0	39.4	41.1		58.0	34.5	
Debt service of PPG external debt (in percent of exports + remittances)	11.3			2.1	1.4	1.6	1.5	1.5	1.8		1.8	2.9	

Sources: Country authorities; and staff estimates and projections.

1/ Includes both public and private sector external debt.

2/ Derived as $[r - g - p(1+g)] / (1+g+p+gp)$ times previous period debt ratio, with r = nominal interest rate; g = real GDP growth rate, and p = growth rate of GDP deflator in U.S. dollar terms.

3/ Includes exceptional financing (i.e., changes in arrears and debt relief); changes in gross foreign assets; and valuation adjustments. For projections also includes contribution from price and exchange rate changes.

4/ Assumes that PV of private sector debt is equivalent to its face value.

5/ Current-year interest payments divided by previous period debt stock.

6/ Historical averages and standard deviations are generally derived over the past 10 years, subject to data availability.

7/ Defined as grants, concessional loans, and debt relief.

8/ Grant-equivalent financing includes grants provided directly to the government and through new borrowing (difference between the face value and the PV of new debt).

Tabela 2. Guiné-Bissau: Análise de Sensibilidade dos Principais Indicadores da Dívida Externa Pública e com Garantia Pública, 2018–38

(Em percentagem)

	Projections							2038	2038
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2028		
PV of debt-to GDP ratio									
Baseline	9	9	9	10	10	11	15	8	
A. Alternative Scenarios									
A1. Key variables at their historical averages in 2018-2038 1/	9	8	7	6	5	5	1	-22	
A2. New public sector loans on less favorable terms in 2018-2038 2	9	9	10	11	12	13	20	13	
B. Bound Tests									
B1. Real GDP growth at historical average minus one standard deviation in 2019-2020	9	9	10	10	11	11	15	9	
B2. Export value growth at historical average minus one standard deviation in 2019-2020 3/	9	13	20	20	20	20	22	10	
B3. US dollar GDP deflator at historical average minus one standard deviation in 2019-2020	9	10	12	13	13	14	19	11	
B4. Net non-debt creating flows at historical average minus one standard deviation in 2019-2020 4/	9	11	12	13	13	14	17	9	
B5. Combination of B1-B4 using one-half standard deviation shocks	9	12	16	17	17	17	21	11	
B6. One-time 30 percent nominal depreciation relative to the baseline in 2019 5/	9	13	13	14	15	15	21	12	
PV of debt-to-exports ratio									
Baseline	36	37	38	40	43	44	62	36	
A. Alternative Scenarios									
A1. Key variables at their historical averages in 2018-2038 1/	36	31	27	24	22	19	3	-97	
A2. New public sector loans on less favorable terms in 2018-2038 2	36	38	41	46	51	54	85	55	
B. Bound Tests									
B1. Real GDP growth at historical average minus one standard deviation in 2019-2020	36	37	38	40	43	44	62	36	
B2. Export value growth at historical average minus one standard deviation in 2019-2020 3/	36	75	160	162	164	165	190	91	
B3. US dollar GDP deflator at historical average minus one standard deviation in 2019-2020	36	37	38	40	43	44	62	36	
B4. Net non-debt creating flows at historical average minus one standard deviation in 2019-2020 4/	36	44	50	53	55	56	72	39	
B5. Combination of B1-B4 using one-half standard deviation shocks	36	50	70	72	74	76	94	49	
B6. One-time 30 percent nominal depreciation relative to the baseline in 2019 5/	36	37	38	40	43	44	62	36	
PV of debt-to-revenue ratio									
Baseline	63	60	58	60	61	60	60	22	
A. Alternative Scenarios									
A1. Key variables at their historical averages in 2018-2038 1/	63	51	42	36	31	26	3	-58	
A2. New public sector loans on less favorable terms in 2018-2038 2	63	62	63	68	72	74	83	33	
B. Bound Tests									
B1. Real GDP growth at historical average minus one standard deviation in 2019-2020	63	61	60	62	63	62	63	22	
B2. Export value growth at historical average minus one standard deviation in 2019-2020 3/	63	85	123	120	116	111	92	27	
B3. US dollar GDP deflator at historical average minus one standard deviation in 2019-2020	63	67	74	76	77	76	76	27	
B4. Net non-debt creating flows at historical average minus one standard deviation in 2019-2020 4/	63	71	78	78	78	76	70	23	
B5. Combination of B1-B4 using one-half standard deviation shocks	63	78	102	101	99	96	86	28	
B6. One-time 30 percent nominal depreciation relative to the baseline in 2019 5/	63	84	82	84	85	85	85	31	

Tabela 2. Guiné-Bissau: Análise de Sensibilidade dos Principais Indicadores da Dívida Externa Pública e com Garantia Pública, 2018-2038 (conclusão)

(Em percentagem)

Debt service-to-exports ratio								
Baseline	2	2	2	2	2	2	2	3
A. Alternative Scenarios								
A1. Key variables at their historical averages in 2018-2038 1/	2	2	2	1	1	2	1	-1
A2. New public sector loans on less favorable terms in 2018-2038 2	2	2	2	2	2	2	3	5
B. Bound Tests								
B1. Real GDP growth at historical average minus one standard deviation in 2019-2020	2	2	2	2	2	2	2	3
B2. Export value growth at historical average minus one standard deviation in 2019-2020 3/	2	2	4	4	4	5	5	9
B3. US dollar GDP deflator at historical average minus one standard deviation in 2019-2020	2	2	2	2	2	2	2	3
B4. Net non-debt creating flows at historical average minus one standard deviation in 2019-2020 4/	2	2	2	2	2	2	2	3
B5. Combination of B1-B4 using one-half standard deviation shocks	2	2	2	2	2	3	2	5
B6. One-time 30 percent nominal depreciation relative to the baseline in 2019 5/	2	2	2	2	2	2	2	3
Debt service-to-revenue ratio								
Baseline	4	3	3	2	2	3	2	2
A. Alternative Scenarios								
A1. Key variables at their historical averages in 2018-2038 1/	4	3	3	2	2	2	1	-1
A2. New public sector loans on less favorable terms in 2018-2038 2	4	3	3	3	3	3	3	3
B. Bound Tests								
B1. Real GDP growth at historical average minus one standard deviation in 2019-2020	4	3	3	2	2	3	2	2
B2. Export value growth at historical average minus one standard deviation in 2019-2020 3/	4	3	3	3	3	3	2	3
B3. US dollar GDP deflator at historical average minus one standard deviation in 2019-2020	4	3	3	3	3	3	2	2
B4. Net non-debt creating flows at historical average minus one standard deviation in 2019-2020 4/	4	3	3	3	3	3	2	2
B5. Combination of B1-B4 using one-half standard deviation shocks	4	3	3	3	3	3	2	3
B6. One-time 30 percent nominal depreciation relative to the baseline in 2019 5/	4	4	4	3	3	4	3	3
<i>Memorandum item:</i>								
Grant element assumed on residual financing (i.e., financing required above baseline) 6/	47	47	47	47	47	47	47	47

Sources: Country authorities; and staff estimates and projections.

1/ Variables include real GDP growth, growth of GDP deflator (in U.S. dollar terms), non-interest current account in percent of GDP, and non-debt creating flows.

2/ Assumes that the interest rate on new borrowing is by 2 percentage points higher than in the baseline, while grace and maturity periods are the same as in the baseline.

3/ Exports values are assumed to remain permanently at the lower level, but the current account as a share of GDP is assumed to return to its baseline level after the shock (implicitly an offsetting adjustment in import levels).

4/ Includes official and private transfers and FDI.

5/ Depreciation is defined as percentage decline in dollar/local currency rate, such that it never exceeds 100 percent.

6/ Applies to all stress scenarios except for A2 (less favorable financing) in which the terms on all new financing are as specified in footnote 2.

Tabela 3. Guiné-Bissau: Quadro de Sustentabilidade da Dívida do Setor Público, Cenário de Base, 2015–38
(em percentagem do PIB, salvo indicação em contrário)

	Actual			Average	5/	Standard Deviation	Estimate					Projections				
	2015	2016	2017				2018	2019	2020	2021	2022	2023	2018-23 Average	2028	2038	2024-38 Average
Public sector debt 1/	52.4	53.9	50.8				50.9	49.4	47.9	46.5	45.1	43.7		40.1	35.5	
<i>of which: foreign-currency denominated</i>	15.1	14.7	12.4				12.0	12.2	12.8	14.1	15.3	16.1		23.1	11.5	
Net public debt	50.8	52.8	49.1				49.0	47.7	46.3	45.0	43.7	42.4		39.3	35.1	
Change in public sector debt	-2.6	1.5	-3.1				0.1	-1.5	-1.5	-1.4	-1.4	-1.4		-0.5	-0.2	
Identified debt-creating flows	-2.7	-1.2	-8.8				-0.4	-1.1	-1.3	-1.2	-1.2	-1.3		-0.5	-0.2	
Primary deficit	2.9	3.5	1.0	2.5	1.3		2.2	1.9	1.7	1.8	1.8	1.6	1.8	2.1	2.2	2.0
Revenue and grants	20.2	16.0	18.3				18.8	20.2	21.0	21.7	22.5	23.3		29.8	43.9	
<i>of which: grants</i>	6.5	4.0	5.5				4.7	5.0	5.1	5.2	5.3	5.4		5.4	5.4	
Primary (noninterest) expenditure	23.1	19.5	19.3				21.0	22.1	22.8	23.5	24.2	25.0		31.9	46.2	34.8
Automatic debt dynamics	-6.3	-4.8	-6.8				-2.5	-3.0	-3.0	-3.0	-3.0	-2.9		-2.6	-2.5	
Contribution from interest rate/growth differential	-6.7	-4.6	-4.9				-2.2	-2.9	-2.9	-2.9	-2.9	-2.8		-2.4	-2.4	
<i>of which: contribution from average real interest rate</i>	-3.5	-1.5	-1.9				0.4	-0.4	-0.5	-0.6	-0.6	-0.6		-0.5	-0.7	
<i>of which: contribution from real GDP growth</i>	-3.2	-3.1	-3.0				-2.6	-2.5	-2.4	-2.3	-2.2	-2.1		-1.9	-1.7	
Contribution from real exchange rate depreciation	0.3	-0.2	-1.9				-0.4	-0.1	-0.1	-0.2	-0.2	-0.2		
Other identified debt-creating flows	0.7	0.0	-3.0				-0.1	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0		0.0	0.0	
Privatization receipts (negative)	0.0	0.0	0.0				0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0		0.0	0.0	
Recognition of implicit or contingent liabilities	0.7	0.0	0.2				-0.1	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0		0.0	0.0	
Debt relief (HIPC and other)	0.0	0.0	-3.2				0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0		0.0	0.0	
Other (specify, e.g. bank recapitalization)	0.0	0.0	0.0				0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0		0.0	0.0	
Residual, including asset changes	0.1	2.7	5.7				0.5	-0.4	-0.2	-0.2	-0.2	-0.1		0.0	0.0	
Other Sustainability Indicators																
PV of public sector debt	47.5				47.7	46.3	44.4	42.2	40.2	38.3		31.8	32.4	
<i>of which: foreign-currency denominated</i>	9.0				8.8	9.1	9.3	9.8	10.4	10.8		14.7	8.3	
<i>of which: external</i>	9.0				8.8	9.1	9.3	9.8	10.4	10.8		14.7	8.3	
PV of contingent liabilities (not included in public sector debt)	
Gross financing need 2/	11.1	10.1	9.8				7.6	6.7	5.7	5.4	4.9	4.4		4.1	3.6	
PV of public sector debt-to-revenue and grants ratio (in percent)	259.7				253.2	229.6	210.8	194.5	179.1	164.2		106.6	73.8	
PV of public sector debt-to-revenue ratio (in percent)	370.5				337.9	304.4	278.4	255.8	234.5	213.8		130.3	84.1	
<i>of which: external 3/</i>	70.4				62.5	59.6	58.1	59.6	60.6	60.1		60.4	21.7	
Debt service-to-revenue and grants ratio (in percent) 4/	6.6	8.0	24.0				7.8	7.1	5.8	5.7	5.2	4.9		3.2	2.1	
Debt service-to-revenue ratio (in percent) 4/	9.8	10.7	34.3				10.4	9.4	7.6	7.5	6.9	6.4		3.9	2.4	
Primary deficit that stabilizes the debt-to-GDP ratio	5.5	2.0	4.1				2.1	3.4	3.3	3.2	3.2	3.0		2.6	2.5	
Key macroeconomic and fiscal assumptions																
Real GDP growth (in percent)	6.1	6.3	5.9	4.0	2.9		5.3	5.1	5.0	5.0	5.0	5.0	5.1	5.0	5.0	5.0
Average nominal interest rate on forex debt (in percent)	1.0	2.2	1.3	0.1	1.3		1.3	1.2	1.7	2.1	2.2	2.4	1.8	2.5	3.2	2.8
Average real interest rate on domestic debt (in percent)	-9.2	-4.5	-4.6	-2.7	5.4		...	-0.7	-1.4	-1.7	-2.2	-2.4	-1.7	-3.4	-3.7	-3.5
Real exchange rate depreciation (in percent, + indicates depreciation)	2.3	-1.2	-14.0	-0.7	8.0		-3.1
Inflation rate (GDP deflator, in percent)	12.1	6.1	5.9	4.9	6.2		0.1	2.2	2.4	2.5	2.8	2.8	2.1	2.8	2.8	2.8
Growth of real primary spending (deflated by GDP deflator, in percent)	-0.7	-10.0	4.5	-0.5	3.7		14.9	10.4	8.3	8.4	8.3	8.0	9.7	10.4	11.8	9.4
Grant element of new external borrowing (in percent)		41.1	46.7	49.6	49.6	49.6	49.6	47.7	46.9	45.8	...

Sources: Country authorities; and staff estimates and projections.

1/ Comprises public and publicly guaranteed central government debt on a gross basis.

2/ Gross financing need is defined as the primary deficit plus debt service plus the stock of short-term debt at the end of the last period.

3/ Revenues excluding grants.

4/ Debt service is defined as the sum of interest and amortization of medium and long-term debt.

5/ Historical averages and standard deviations are generally derived over the past 10 years, subject to data availability.

Tabela 4. Guiné-Bissau: Análise de Sensibilidade dos Principais Indicadores da Dívida Pública, 2018–38

	Projections							
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2028	2038
PV of Debt-to-GDP Ratio								
Baseline	48	46	44	42	40	38	32	32
A. Alternative scenarios								
A1. Real GDP growth and primary balance are at historical averages	48	47	45	43	41	40	33	34
A2. Primary balance is unchanged from 2018	48	46	45	43	41	40	33	34
A3. Permanently lower GDP growth 1/	48	47	45	43	42	40	37	52
B. Bound tests								
B1. Real GDP growth is at historical average minus one standard deviations in 2019-20	48	48	48	46	45	43	40	47
B2. Primary balance is at historical average minus one standard deviations in 2019-202	48	47	47	44	42	40	33	33
B3. Combination of B1-B2 using one half standard deviation shocks	48	48	47	45	43	42	37	41
B4. One-time 30 percent real depreciation in 2019	48	50	47	45	42	40	31	33
B5. 10 percent of GDP increase in other debt-creating flows in 2019	48	54	51	48	46	43	36	35
PV of Debt-to-Revenue Ratio 2/								
Baseline	253	230	211	195	179	164	107	74
A. Alternative scenarios								
A1. Real GDP growth and primary balance are at historical averages	253	231	214	198	184	170	111	77
A2. Primary balance is unchanged from 2018	253	231	213	198	184	170	111	77
A3. Permanently lower GDP growth 1/	253	231	213	198	184	171	122	117
B. Bound tests								
B1. Real GDP growth is at historical average minus one standard deviations in 2019-20	253	236	225	210	197	183	131	107
B2. Primary balance is at historical average minus one standard deviations in 2019-202	253	236	223	205	188	172	111	76
B3. Combination of B1-B2 using one half standard deviation shocks	253	236	222	207	192	178	122	94
B4. One-time 30 percent real depreciation in 2019	253	246	225	205	187	170	104	76
B5. 10 percent of GDP increase in other debt-creating flows in 2019	253	268	244	223	204	186	120	79
Debt Service-to-Revenue Ratio 2/								
Baseline	8	7	6	6	5	5	3	2
A. Alternative scenarios								
A1. Real GDP growth and primary balance are at historical averages	8	7	6	6	6	5	3	2
A2. Primary balance is unchanged from 2018	8	7	6	6	6	6	4	2
A3. Permanently lower GDP growth 1/	8	7	6	6	6	5	5	6
B. Bound tests								
B1. Real GDP growth is at historical average minus one standard deviations in 2019-20	8	7	6	7	7	7	5	5
B2. Primary balance is at historical average minus one standard deviations in 2019-202	8	7	6	7	7	6	3	2
B3. Combination of B1-B2 using one half standard deviation shocks	8	7	6	7	7	6	5	4
B4. One-time 30 percent real depreciation in 2019	8	8	7	7	7	6	5	4
B5. 10 percent of GDP increase in other debt-creating flows in 2019	8	7	8	15	9	8	4	3

Sources: Country authorities; and staff estimates and projections.

1/ Assumes that real GDP growth is at baseline minus one standard deviation divided by the square root of the length of the projection period.

2/ Revenues are defined inclusive of grants.



GUINÉ-BISSAU

16 de maio de 2018

RELATÓRIO DO CORPO TÉCNICO SOBRE A QUINTA AVALIAÇÃO NO ÂMBITO DA FACILIDADE DE CRÉDITO ALARGADO, PEDIDOS DE EXTENSÃO DO ACORDO E AUMENTO DO ACESSO, MODIFICAÇÃO DE CRITÉRIO DE DESEMPENHO E AVALIAÇÃO DAS GARANTIAS DE FINANCIAMENTO — ANEXO INFORMATIVO

Elaborado por

Departamento de África
(em consulta com outros departamentos)

ÍNDICE

RELAÇÕES COM O FMI _____	2
RELAÇÕES COM O GRUPO BANCO MUNDIAL _____	9
RELAÇÕES COM O GRUPO DO BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO ____	11
QUESTÕES ESTATÍSTICAS _____	12

RELAÇÕES COM O FMI

(Em 31 de março de 2018)

Admissão e regime de consultas

Admitido em 24 de março de 1977; Artigo VIII

Conta de Recursos Gerais:	Milhões de DSE	% da quota
Quota	28,40	100,00
Haveres do FMI na moeda do país (taxa de câmbio)	24,45	86,09
Posição na tranche de reserva	3,98	14,01
Departamento de DSE:	Milhões de DSE	% da alocação
Alocação acumulada líquida	13,60	100,00
Haveres	17,86	131,25
Saldo de compras e empréstimos:	Milhões de DSE	% da quota
Empréstimos RCF	3,55	12,50
Acordos ECF	19,08	67,19

Acordos financeiros mais recentes:

Tipo	Data de Acordo	vencimento Data	Montante aprovado (Milhões de DSE)	Montante sacado (Milhões de DSE)
ECF	10/07/2015	09/07/2018	17,04	14,01
ECF	07/05/2010	06/05/2013	22,37	15,12
ECF ^{1/}	15/12/2000	14/12/2003	14,20	5,08
ECF ^{1/}	18/01/1995	24/07/1998	10,50	10,50

Projeção dos pagamentos ao FMI^{2/}

(Milhões de DSE; com base no presente uso de recursos e haveres correntes em DSE):

	Próximos				
	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>
Capital	1,45	1,45	2,16	2,00	2,30
Comissões/juros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1,45	1,45	2,16	2,00	2,30

^{1/} Antigo PRGF.

^{2/} Quando um país membro tem obrigações financeiras vencidas há mais de três meses, o montante desses atrasados é apresentado nesta secção.

Implementação da Iniciativa HIPC:

	Quadro reforçado
Compromissos da assistência HIPC	
Data do ponto de decisão	Dezembro de 2000
Assistência comprometida por todos os credores (milhões de USD) ^{3/}	421,70
Da qual: assistência do FMI (milhões de USD)	11,91
(equivalente em milhões de DSE)	9,20
Data do ponto de conclusão	Dezembro de 2010
Desembolso da assistência do FMI (milhões de DSE)	
Assistência prestada ao país membro	9,20
Assistência intercalar	1,56
Saldo no ponto de conclusão	7,64
Desembolso adicional do rendimento de juros ^{4/}	0,23
Total dos desembolsos	9,43

Implementação da Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral (MDRI):

Dívida habilitada à MDRI (milhões de DSE) ^{5/}	0,51
Financiada por: Fundo MDRI	0,00
Recursos HIPC remanescentes	0,51

Alívio da dívida por tipo de facilidade (milhões de DSE)

	Dívida habilitada		
Data da prestação	GRA	PRGT	Total
Dezembro de 2010	N/A	0,51	0,51

^{3/}A assistência comprometida ao abrigo do quadro original está expressa em termos do valor atual líquido (VAL) no ponto de conclusão; a assistência comprometida ao abrigo do quadro reforçado está expressa em termos de VAL no ponto de decisão; por este motivo, não é possível somar os dois montantes.

^{4/}No âmbito do quadro reforçado, é efetuado um desembolso adicional no ponto de conclusão correspondente ao rendimento dos juros auferidos sobre o montante comprometido no ponto de decisão mas não desembolsado no período intercalar.

^{5/}A MDRI proporciona 100% de alívio da dívida aos países membros habilitados que se qualificam para tal assistência. A assistência concessional do Fundo MDRI e dos recursos HIPC proporciona alívio da dívida suficiente para cobrir a totalidade do stock da dívida com o FMI no final de 2004 que continua pendente de pagamento no momento em que o país membro se qualifica para esta modalidade de alívio da dívida.

Implementação do Alívio da Dívida após Catástrofes (PCDR): Não se aplica.

Avaliações das salvaguardas

O Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO) é o banco central comum aos países da União Económica e Monetária Oeste-Africana (UEMOA). A mais recente avaliação do BCEAO foi concluída em 13 de dezembro de 2013. A avaliação constatou que o banco continuou a ter um forte ambiente de controlo e que, com a implementação da Reforma Institucional da UEMOA de 2010, reforçou seu quadro de governação. Mais especificamente, foi criado um comité de auditoria para fiscalizar os processos de auditoria e reporte financeiro, aumentou-se a transparência com a publicação mais atempada das demonstrações financeiras auditadas e o BCEAO comprometeu-se com a implementação das normas internacionais de relato financeiro (IFRS) até ao final de 2014. A avaliação identificou também algumas limitações no processo de auditoria externa e recomendou que fossem tomadas medidas para assegurar a adequação do mecanismo por meio da seleção de uma segunda firma de auditoria experiente para realizar auditorias conjuntas. Todas as recomendações da avaliação foram aplicadas.

Regime e disposições cambiais

A Guiné-Bissau aceitou as obrigações das Secções 2, 3 e 4 do Artigo VIII, a partir de 1 de janeiro de 1997. O país aderiu à UEMOA em 1997, e não tem uma moeda de curso legal distinta. O regime cambial é isento de práticas de taxas de câmbio múltiplas e restrições cambiais sobre pagamentos e transferências relativas a transações internacionais correntes. Desde 1 de janeiro de 1999, o franco CFA está indexado ao euro a uma taxa fixa de € 1 = FCFA 655,957. Em [...] de junho] de 2018, a taxa do franco CFA em termos de DSE era de FCFA [1.009,95] = DSE 1. Em 1 de janeiro de 2007, o regime cambial dos países da UEMOA deixou de ser classificado como regime cambial sem outra moeda de curso legal e passou à categoria de regime de paridade fixa convencional. A nova classificação assenta no comportamento da moeda comum, ao passo que a anterior se baseava na ausência de outra moeda de curso legal. Dessa forma, a nova classificação reflete apenas uma mudança de definição e não se baseia numa opinião de que houve uma mudança assinalável no regime cambial ou noutras políticas da união monetária ou dos seus países membros.

Consulta ao abrigo do Artigo IV

A Guiné-Bissau segue o ciclo de consultas de 24 meses. As últimas discussões de consulta nos termos do Artigo IV com a Guiné Bissau foram realizadas em Bissau, no período de 10 de setembro a 3 de outubro de 2017. O relatório do corpo técnico foi discutido pelo Conselho de Administração e a consulta foi concluída em 11 de dezembro de 2017.

Assistência Técnica (2008–18)			
Departamento	Tipo de assistência	Data da prestação	Objeto
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo (CP)	Junho 2008	Administração aduaneira
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de CP	Junho 2008	Gestão da despesa pública
STA	Perito	Junho 2008	Estatísticas da balança de pagamentos
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de CP	Julho 2008	Estatísticas das finanças públicas
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de CP	Agosto 2008	Estatísticas multissetoriais
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de CP	Setembro 2008	Estatísticas do setor real
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de CP	Maio 2009	Contas nacionais
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de longo prazo (LP)	Junho 2009	Contas nacionais
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de CP	Junho 2009	Gestão da despesa pública
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de CP	Junho 2009	Gestão da dívida pública
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de CP	Junho 2009	Supervisão bancária
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de CP	Setembro 2009	Administração aduaneira
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de CP	Novembro 2009	Gestão da dívida pública
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de CP	Novembro 2009	Estatísticas do setor real
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de CP	Fevereiro 2010	Gestão da dívida pública
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de CP	Fevereiro 2010	Estatísticas das finanças públicas
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de CP	Maio 2010	Administração da receita
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de CP	Julho 2010	Contas nacionais
FAD	Corpo técnico	Setembro 2010	Receitas fiscais e administração aduaneira
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de CP	Setembro 2010	Gestão das despesas
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de CP	Setembro 2010	Contas nacionais
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de CP	Fevereiro 2011	Administração tributária
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de CP	Fevereiro 2011	Estatísticas das finanças públicas
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de CP	Março 2011	Estatísticas das finanças públicas
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de CP	Abril 2011	Gestão da dívida pública
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de CP	Abril 2011	Gestão financeira pública
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de CP	Abril 2011	Gestão financeira pública
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de CP	Abril 2011	Estatísticas do setor real
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de CP	Junho 2011	Estatísticas das finanças públicas
FAD	Corpo técnico	Setembro 2011	Estratégia de reforma tributária, modernização da DGCI e mobilização de receitas
FAD	Corpo técnico	Setembro 2011	Administração aduaneira
FAD	Perito em missão de CP	Outubro 2011	Administração tributária
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de CP	Outubro 2011	Modernização da DGCI
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de CP	Outubro 2011	Estatísticas do setor real, contas nacionais
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de CP	Janeiro 2012	Gestão financeira pública, contabilidade

Assistência Técnica (2008–18)			
Departamento	Tipo de assistência	Data da prestação	Objeto
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de CP	Janeiro 2012	Gestão financeira pública
FAD	Perito em missão de CP	Fevereiro 2012	Administração tributária
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de CP	Fevereiro 2012	Gestão financeira pública
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de CP	Fevereiro 2012	Estatísticas do setor real
FAD	Perito em missão de CP	Março 2012	Administração tributária
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de CP	Março 2012	Administração aduaneira
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de CP	Fevereiro 2013	Gestão financeira pública
FAD	Corpo técnico	Abril 2013	Administração da receita
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de CP	Abril 2013	Contas nacionais
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de CP	Abril 2013	Gestão financeira pública
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de CP	Setembro 2013	Administração aduaneira
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de CP	Setembro 2013	Estatísticas do setor real
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de CP	Outubro 2013	Estatísticas das finanças públicas
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de CP	Março 2014	Estatísticas do setor real
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de CP	Agosto 2014	Administração tributária
FAD	Corpo técnico	Setembro 2014	Gestão financeira pública
FAD	Corpo técnico	Setembro 2014	Administração tributária
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de CP	Setembro 2014	Modernização das alfândegas
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de CP	Setembro 2014	Estatísticas das finanças públicas
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de CP	Setembro 2014	Estatísticas do setor real
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de CP	Fevereiro 2015	Análise e previsão macroeconómica
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de CP	Fevereiro 2015	Administração tributária
MCM	Corpo técnico	Março 2015	Setor bancário: crédito malparado
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de CP	Março 2015	Gestão financeira pública
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de CP	Março 2015	Contas nacionais
FAD	Corpo técnico	Abril 2015	Administração da receita
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de CP	Abril 2015	Estatísticas do setor real
FAD	Perito em missão de CP	Junho 2015	Administração tributária
FAD	Perito em missão de CP	Julho 2015	Administração tributária
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de CP	Julho 2015	Contas nacionais
FAD	Perito em missão de CP	Setembro 2015	Administração da receita
FAD	Perito em missão de CP	Setembro 2015	Administração tributária
FAD	Perito em missão de CP	Outubro 2015	Administração tributária
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de CP	Outubro 2015	Estatísticas das finanças públicas
FAD	Corpo técnico	Dezembro 2015	Administração tributária
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de CP	Dezembro 2015	Contas nacionais
FAD	Perito em missão de CP	Janeiro 2016	Administração tributária
FAD	Perito em missão de CP	Março 2016	Administração tributária

Assistência Técnica (2008–18)			
Departamento	Tipo de assistência	Data da prestação	Objeto
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de CP	Março 2016	Administração aduaneira
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de CP	Março 2016	Contas nacionais
FAD	Perito em missão de CP	Abril 2016	Administração aduaneira
FAD	Perito em missão de CP	Abril 2016	Administração tributária
FAD	Perito em missão de CP	Junho 2016	Administração tributária
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de CP	Julho 2016	Administração tributária
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de CP	Julho 2016	Contas nacionais
FAD	Corpo técnico	Setembro 2016	Administração tributária
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de CP	Outubro 2016	Estatísticas das finanças públicas
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de CP	Novembro 2016	Contas nacionais
FAD	Perito em missão de CP	Dezembro 2016	Administração da receita
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de CP	Fevereiro 2017	Estatísticas das finanças públicas
FAD	Perito em missão de CP	Março 2017	Administração tributária
FAD	Corpo técnico	Março 2017	Administração tributária
FAD	Corpo técnico	Abril 2017	Administração tributária
FAD	Perito em missão de CP	Abril 2017	Administração da receita
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de CP	Maio 2017	Contas nacionais
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de CP	Setembro 2017	Contas nacionais
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de CP	Outubro 2017	Dívida pública
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de CP	Novembro 2017	Estatísticas das finanças públicas
FAD	Perito em missão de CP	Novembro 2017	Administração da receita
FAD	Corpo técnico	Novembro 2017	Gestão de riscos
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de CP	Dezembro 2017	Contas nacionais
FAD	Corpo técnico	Janeiro 2018	Gestão de riscos
FAD	Corpo técnico	Janeiro 2018	Administração da receita
FAD	Corpo técnico	Fevereiro 2018	Administração tributária
FAD	Corpo técnico	Fevereiro 2018	Política tributária
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de CP	Fevereiro 2018	Estatísticas das finanças públicas
LEG	Corpo técnico	Março 2018	Combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo
FAD	Corpo técnico	Março 2018	Regime fiscal
FAD	Corpo técnico	Março 2018	Elaboração, execução e controlo do orçamento
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de CP	Abril 2018	Estatísticas do setor externo
MCM	Corpo técnico	Abril 2018	Setor bancário
FAD	Perito em missão de CP	Abril 2018	Administração da receita

Representante residente

O Representante Residente do Senegal foi também responsável pela Guiné-Bissau entre setembro de 1997 e julho de 2007. O escritório do Representante Residente na Guiné-Bissau foi reaberto em junho de 2011 e o Sr. Alfredo Torrez ocupou o cargo até ao final de maio de 2015. O Sr. Oscar Melhado assumiu o posto de Representante Residente em agosto de 2015.

Quadro 1. Guiné-Bissau: Acordos com o FMI, 1984–2018

Acordo	Data de aprovação	Montante aprovado	Observações
Compra na primeira tranche de crédito	27 de agosto de 1984	DSE 1,875 milhões	
Programa de Financiamento para Ajustamento Estrutural	14 de outubro de 1987	DSE 5,25 milhões	O segundo acordo anual foi adiado; não houve terceiro acordo anual.
Programa Reforçado de Financiamento para Ajustamento Estrutural	18 de janeiro de 1995	DSE 10,5 milhões	No terceiro acordo anual, o montante do acordo foi acrescido em DSE 1,05 milhão (10% da quota).
Assistência emergencial pós-conflito	14 de setembro de 1999	DSE 2,13 milhões	
Assistência emergencial pós-conflito	7 de janeiro de 2000	DSE 1,42 milhões	
Programa de Financiamento para Redução da Pobreza e Crescimento	15 de dezembro de 2000	DSE 14,2 milhões	O PRGF expirou sem que fosse concluída uma avaliação.
Assistência emergencial pós-conflito	10 de janeiro de 2008	DSE 1,77 milhões	
Assistência emergencial pós-conflito	20 de maio de 2009	DSE 1,77 milhões	
Facilidade de Crédito Alargado	7 de maio de 2010	DSE 22,365 milhões	O acordo expirou em 6 de maio de 2013.
Linha de Crédito Rápido	3 de novembro de 2014	DSE 3,55 milhões	
Facilidade de Crédito Alargado	10 de julho de 2015	DSE 17,04 milhões	

RELAÇÕES COM O GRUPO BANCO MUNDIAL

1. A Guiné-Bissau foi admitida no Banco Mundial em 1977, três anos após a independência. A primeira operação foi aprovada em 1979 para um projeto de construção e reabilitação de estradas. Desde então, a Associação Internacional de Desenvolvimento (AID) aprovou 43 projetos para o país, no montante aproximado de USD 511 milhões. O envolvimento do Banco Mundial com a Guiné-Bissau nos exercícios de 2015–2016 teve como base uma Nota sobre o Envolvimento com o País (*Country Engagement Note* – CEN) aprovada em março de 2015.

2. O Quadro de Parceria com o País (*Country Partnership Framework* – CPF) do Grupo Banco Mundial para a Guiné-Bissau, cobrindo o período 2018–21, é a primeira estratégia abrangente para o país desde 1997. As áreas de foco do programa CPF serão o aumento do acesso a serviços básicos de qualidade, o alargamento das oportunidades económicas e o aumento da resiliência a choques. Espera-se que o foco seletivo do programa aumente as chances de apoiar mudanças transformacionais no país. As questões de género e de governação são transversais a todos os objetivos do programa. O CPF foi endossado pelo Conselho do GBM em 13 de junho de 2017 e comporta cinco objetivos (ver quadro).

<ul style="list-style-type: none"> Área de foco I: Aumento do acesso a serviços básicos de qualidade 	<ul style="list-style-type: none"> Área de foco II: Alargamento das oportunidades económicas e aumento da resiliência
<ol style="list-style-type: none"> Alargar o acesso a/melhorar a qualidade do ensino primário Alargar o acesso a/melhorar a qualidade dos serviços de saúde materna e infantil 	<ol style="list-style-type: none"> Melhorar a logística de acesso ao mercado Melhorar a gestão dos recursos naturais e do risco de calamidades Reforçar as redes de proteção social

3. Tendo em conta a fragilidade política e institucional do país, o GBM terá de resolver alguns desafios na implementação de forma inovadora e estratégica. Em primeiro lugar, concentrar-se-á no melhoramento de serviços e oportunidades económicas em áreas fora da capital (zonas rurais e cidades secundárias), consolidando, simultaneamente, os investimentos financiados pelo GBM na capital, Bissau. Em segundo lugar, superada a necessidade de apoio emergencial, o GBM procurará criar incentivos para mudanças, utilizando instrumentos com base em resultados para reforçar funções setoriais cruciais do Estado, nomeadamente políticas de recursos humanos, gestão financeira, regulamentação e garantia de qualidade. Em terceiro lugar, procurará também envolver e capacitar as comunidades e os cidadãos para participarem num reforço “ascendente” da procura e da criação de mecanismos responsáveis por melhores serviços. Por último, o GBM terá uma presença mais forte no país, que permitirá uma colaboração mais eficaz e melhor coordenação com os parceiros de desenvolvimento, incluindo as agências das Nações Unidas.

4. Estima-se que a dotação nacional para a Guiné Bissau ao abrigo da 18.^a reconstituição de recursos da Associação Internacional de Desenvolvimento (AID 18), que abrange o período 2018–21, será de USD 87,5 milhões, quase o dobro em comparação à AID 17. O programa CPF pretende também fazer uso seletivo das facilidades da AID 18, com ênfase na janela de integração

regional e, possivelmente, na janela para o setor privado, bem como ampliar os recursos através de parcerias e fundos fiduciários estratégicos.

Programa de empréstimos

5. A atual carteira ativa do Banco Mundial totaliza USD 234,61 milhões e inclui quatro operações nacionais da AID, com compromissos líquidos que ascendem a USD 90,61 milhões (dos quais USD 28,43 milhões ainda não foram desembolsados); quatro operações regionais da AID (USD 141 milhões) e uma operação de fundo fiduciário (USD 3,5 milhões). A carteira nacional da AID é relativamente antiga, com uma idade média de 4,8 anos por projeto, enquanto a carteira regional ainda é relativamente nova, com uma idade média de 1,6 anos. Em termos dos focos setoriais, a carteira abrange sobretudo projetos de Energia e Água (49%), Infraestrutura de Telecomunicações (17%), Proteção Social e Trabalho (15%), Comércio e Competitividade (12,5%) e Governança (7,62%). O Banco Mundial apoia também atividades não financeiras de assistência técnica na Guiné-Bissau, tais como as avaliações PER da despesa pública e PEMFAR de gestão da despesa pública e responsabilização financeira. Em 2016 o Banco publicou o primeiro relatório de *Diagnóstico Sistemático do País* referente à Guiné-Bissau.

6. As atividades da Sociedade Financeira Internacional (SFI) centram-se na prestação de serviços de aconselhamento para apoiar o acesso ao financiamento e melhorar o clima de investimento, atuando em conjunto com o Banco Mundial, sobretudo no que respeita às melhorias na cadeia de valor do caju. A SFI não tem atualmente projetos de investimento na Guiné-Bissau mas está a considerar um investimento no agronegócio, que seria a primeira operação de investimento no país desde 1997. A Agência Multilateral de Garantia dos Investimentos (MIGA) tem uma única exposição na forma da garantia ao setor de telecomunicações, no montante de USD 9,1 milhões.

RELAÇÕES COM O GRUPO DO BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO

1. Desde o primeiro projeto em favor do país em 1976, e até maio de 2015, o Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD) já aprovou 50 operações para a Guiné-Bissau, perfazendo um total de 237,6 milhões de unidades de conta (UC) em compromissos líquidos (cerca de FCFA 195,6 mil milhões). Destas operações, 33,3% se referem a infraestruturas, 26,4% ao setor social, 22,9% a setores múltiplos, 15,4% à agricultura e 2,0% às finanças. Até setembro de 2016, a carteira ativa inclui nove projetos nacionais em curso, perfazendo um total líquido de UC 40,37 milhões, com uma taxa de desembolsos de 23%.

Programa de empréstimos

2. Entre janeiro de 2008 e abril de 2014, o BAfD aprovou um alívio intercalar da dívida HIPC (USD 17,48 milhões), um donativo ao abrigo da facilidade para estados frágeis (UC 2 milhões), um donativo em apoio ao setor das pescas (UC 2 milhões), um donativo ao setor da saúde (UC 6 milhões), dois donativos de emergência para combate ao cólera (USD 500 mil e USD 999.750), um donativo de formação das capacidades da administração pública (UC 7,80 milhões), assistência técnica e um donativo de formação das capacidades da administração pública (UC 0,66 milhões) e um donativo de emergência em apoio a reformas orçamentais (UC 5,7 milhões).

3. Em maio de 2015, o BAfD aprovou uma nova operação de apoio ao orçamento no montante de UC 5 milhões (FCFA 4,1 mil milhões). O programa foi construído em torno de dois eixos: i) reforço da transparência, controlos internos e externos da execução orçamental e combate à corrupção e ii) reforço da gestão do orçamento. Tal apoio foi complementado por um projeto aprovado de apoio institucional de UC 5 milhões (FCFA 4,1 mil milhões) visando a capacitação no domínio da gestão financeira pública e o fortalecimento do setor da justiça.

4. No setor não governamental, foram também aprovados em 2015 um projeto de energia para a reabilitação da rede elétrica de Bissau, no montante de UC 13,3 milhões (FCFA 10,9 mil milhões) e um contributo para a linha de transmissão OMVG, de UC 4,5 milhões (FCFA 3,7 mil milhões). Em setembro de 2016, foi aprovada a assistência emergencial para apoiar os planos de preparação e resposta da Guiné-Bissau ao surto do vírus Zika, no montante de USD 1 milhão; está a ser elaborado um projeto de investimento no setor agrícola (cadeias de valor do arroz) no montante de UC 3,8 milhões (FCFA 3,2 mil milhões).

Programas não financeiros

5. Em janeiro de 2015, o BAfD aprovou a sua estratégia para o país para o período 2015–19 e a sua avaliação do desempenho da carteira do país. A estratégia aprovada assenta em dois pilares, a saber: i) reforço da governação e dos alicerces do Estado e ii) desenvolvimento das infraestruturas para promover o crescimento inclusivo. Em março de 2011 foi lançado um documento de estratégia de integração regional para a África Ocidental para o período 2011–15. Estudos económicos e setoriais recentes abrangem um exame do setor de transportes, outro do setor agrícola e um perfil do género no país, lançado em 2015, bem como a elaboração de documentos de política sobre parcerias público-privadas e sobre a gestão dos recursos naturais.

QUESTÕES ESTATÍSTICAS

I. Avaliação da adequação dos dados para fins de supervisão

Geral. Os dados contêm sérias deficiências que representam um entrave significativo à supervisão. As deficiências são mais graves no que respeita às contas nacionais e à balança de pagamentos.

Contas nacionais. As autoridades compilam e publicam séries anuais do PIB com referência a um ano base desatualizado (2005) e dados de base insuficientes. Os dados das contas nacionais não são atempados, uma vez que as últimas estimativas do PIB publicadas pelo Instituto Nacional de Estatística referem-se ao ano civil de 2015. Contudo, espera-se que os dados preliminares de 2016 e as estimativas para 2017 sejam publicados até ao final de 2018. Não são compiladas estimativas trimestrais do PIB. As autoridades esperam lançar uma série do PIB com um novo ano base em julho de 2018.

Estatísticas de preços. O Índice de Preços no Consumidor (IPC) harmonizado está a ser compilado desde julho de 2002, com base na mesma metodologia utilizada por outros países da União Económica e Monetária Oeste-Africana (UEMOA). O IPC foi atualizado em 2010 (novo ano base 2008, melhorias nas técnicas de compilação, cobertura alargada de produtos e aumento do número de pontos de venda). Os dados dos preços referem-se apenas à capital, Bissau. Estão em curso os trabalhos para atualizar o ano base para 2014 e para alargar a cobertura estatística a todo o país.

Estatísticas das finanças públicas. O programa de trabalho do AFRITAC Ocidental prevê uma missão anual de assistência técnica à Guiné-Bissau no domínio das estatísticas de finanças públicas (EFP). A missão mais recente, de fevereiro de 2017, realçou a necessidade de o Ministério da Economia e Finanças (MEF) continuar a implementar as recomendações das missões anteriores.

As estatísticas monetárias e financeiras (EMF) compiladas e disseminadas pelo Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO) são adequadas na generalidade. Em agosto de 2016, o BCEAO concluiu a migração das EMF da Guiné-Bissau para os formulários padrão de reporte (SRF) de dados do banco central e das outras sociedades de depósitos.

Supervisão do setor financeiro: O BCEAO ultimou recentemente os indicadores de solidez financeira das sociedades de depósitos, e espera-se que comece a transmitir regularmente dados ao STA a partir de dezembro de 2018.

Estatísticas do setor externo. A Guiné-Bissau passou a adotar a metodologia do manual *BPM6* para as estatísticas da balança de pagamentos e da posição de investimento internacional (PII) em setembro de 2013, tendo revisto as séries anteriores desde 2007. Os dados da balança de pagamento são fracos, o que se deve fundamentalmente aos dados não registados do comércio e às inconsistências entre as transações da conta financeira e os dados da PII. O grande número de pequenos operadores, um setor informal de grandes proporções e debilidades institucionais entravam a recolha de dados. Embora o MEF não publique dados sobre a dívida externa, os dados sobre os fluxos e stocks são produzidos e transmitidos regularmente ao BCEAO. A Guiné-Bissau participa também do Inquérito Coordenado de Investimento Direto (CDIS). Nos termos do projeto custeado pelo Japão e lançado recentemente em

17 países francófonos da África Ocidental e Central, a Guiné-Bissau receberá missões de assistência técnica para aperfeiçoar as suas estatísticas do setor externo.	
II. Normas e qualidade dos dados	
A Guiné-Bissau participa do Sistema Geral de Difusão de Dados reforçado (e-GDDS) desde novembro de 2001. O país precisa atualizar os metadados de todas as categorias de dados e os planos de melhorias.	Não há dados disponíveis do ROSC.
III. Prestação de Informação ao STA	
Presentemente, não são reportados dados mensais, trimestrais ou anuais sobre as finanças públicas para inclusão na publicação <i>International Financial Statistics (IFS)</i> e no anuário <i>Government Finance Statistics Yearbook</i> . Dados mensais sobre as estatísticas monetárias são divulgados regularmente para publicação em <i>IFS</i> , com algum atraso. A Guiné-Bissau reporta anualmente ao STA as estatísticas da balança de pagamentos e da PII, mas com atrasos. Foram reportados dados CDIS sobre a posição de investimento direto estrangeiro no país, relativos ao final de dezembro de 2011.	

**Pronunciamento do Sr. Daouda Sembene e do Sr. Romão Lopes Varela
sobre a Guiné-Bissau
1 de junho de 2018**

Gostaríamos de agradecer os debates programáticos construtivos mantidos com as autoridades guineenses no âmbito da 5.ª avaliação do acordo da Facilidade de Crédito Alargado (ECF). O recente consenso político alcançado entre os principais partidos políticos da Guiné-Bissau demonstra claramente uma forte vontade de ultrapassar a instabilidade política e institucional e lançar as bases da coesão social e do crescimento de longo prazo. O governo recém-nomeado valorizou muito a parceria da Guiné-Bissau com o FMI e considera o compromisso programático crucial para fortalecer a estabilidade macroeconómica no período que antecede as eleições.

DESENVOLVIMENTOS ECONÓMICOS RECENTES E DESEMPENHO DO PROGRAMA

A gestão de económica das autoridades ajudou a garantir um desempenho macroeconómico em 2017 no meio de tensões políticas. O crescimento do PIB real excedeu a projeção inicial do programa e ficou em cerca de 6% do PIB. O défice orçamental global foi reduzido significativamente de 4,2% em 2016 para 1,5% em 2017, denotando o apego das autoridades à consolidação e à disciplina orçamental. A inflação foi mantida bem abaixo do critério de convergência regional da UEMOA, de 3%. Não obstante o pequeno défice da conta corrente provocado pela forte atividade no setor da construção e as vendas reduzidas de licenças de pesca, o país sustentou uma posição de BdP positiva, contribuindo assim para o acúmulo de reservas na região da UEMOA.

Do lado da receita, isto foi possível, em parte, pelos contínuos esforços do governo para aumentar a mobilização de receitas, que levou a um aumento de 1,3 pontos percentuais no rácio impostos/PIB em 2017, bem acima da meta do programa. Ao mesmo tempo, os donativos excederam as expectativas, enquanto a receita não fiscal ficou dentro das projeções, ajudada pelo pagamento de dividendos do BCEAO. No lado da despesa, as despesas acima do esperado devem-se, em grande medida, ao aumento da procura por bens e serviços e projetos financiados por donativos nas áreas da energia, de estradas, da agricultura e social.

A aplicação do programa no âmbito do programa apoiado pela ECF para o final de 2017 foi satisfatório. No lado quantitativo, foram cumpridos todos os critérios de desempenho, em especial com as receitas fiscais a excederem a meta do programa em 17,3%, a não contração de nenhuma dívida não concessional ou externa de curto prazo, o não acúmulo de atrasados externos e a contenção do crédito interno líquido abaixo do teto previsto no programa. As metas indicativas tanto para o saldo primário interno como para a despesa social prioritária superaram amplamente as metas do programa, sem a ocorrência de acúmulo de atrasados ou de despesas não tituladas.

No lado estrutural, 7 dos 8 indicadores de referência foram implementados, apesar da instalação e a utilização do software de gestão da dívida atualizado ter sido concluída com

algum atraso. O objetivo principal foi fortalecer a mobilização de receita e a gestão das despesas e da dívida. Em relação ao último indicador de referência sobre a preparação dum projeto de lei para o regime de pequenos contribuintes, foi acordado, em consulta com os peritos de AT do FMI que uma estratégia de reforma fiscal mais abrangente seria mais adequada para alcançar o objetivo pretendido de melhoria da regularidade fiscal e da cobrança de impostos.

PERSPETIVAS E POLÍTICAS ECONÓMICAS

O PIB real deverá continuar a crescer a um ritmo forte, sustentado sobretudo pelo aumento do investimento público e privado, a forte produção agrícola e o aumento da atividade nos setores da construção e dos serviços. Embora se preveja um aumento da inflação com o aumento dos preços mundiais do petróleo, esta deverá ficar abaixo do critério de convergência de 3% da UEMOA. O défice da conta corrente deverá aumentar para 2% ou 3% do PIB no médio prazo, denotando termos de troca menos favoráveis e a elevação das importações devido ao aumento do investimento e da atividade económica. A previsão para o défice orçamental global é dum ligeiro aumento, mas deve ser mantido sob controlo, em linha com diretivas regionais.

Conscientes dos riscos para as perspetivas, as autoridades continuam empenhadas em utilizar políticas prudentes, de modo a manter a estabilidade macroeconómica e a sustentabilidade da dívida, inclusivamente com a melhoria da cobrança de impostos, a sustentação da disciplina orçamental e o desenvolvimento de capacidades de gestão da dívida.

Manter e políticas orçamentais prudentes e a sustentabilidade dívida

Para que o défice orçamental global fique dentro dos requisitos da UEMOA, as autoridades levarão adiante as reformas em curso destinadas a aumentar a margem orçamental, inclusivamente com medidas para melhorar a cobrança de receitas e conter a despesa. Conforme refletido no orçamento de 2018, as autoridades planeiam manter os seus esforços de melhoria da eficácia da administração fiscal e aduaneira, em especial exigindo o uso dos números identificação fiscal para o pagamento de impostos e criando grupos de trabalho especiais para a cobrança de impostos. Como observado anteriormente, está a ser desenvolvida uma estratégia de reforma fiscal abrangente, que será submetida ao Conselho de Ministros até julho de 2018, destinada sobretudo a racionalizar e a modernizar o sistema tributário e a expandir a cobrança de impostos. Também se está a progredir na ampliação da cobertura do sistema integrado de gestão fiscal, que ajudará a melhorar o registo de contribuintes e a regularidade fiscal.

No lado da despesa, os esforços de reforma das autoridades aproveitarão as recentes conquistas por elas alcançadas em termos de preparação de tabelas de projeção de fluxos de tesouraria mensais e relatórios de execução orçamental trimestrais. Serão tomadas medidas para se garantir que os serviços envolvidos, em especial o Comité de Tesouraria, continuará a ter um papel importante no reforço da gestão da despesa pública facilitando a regularização atempada das despesas, a eliminação de despesas extraorçamentais e o controlo da massa salarial.

Paralelamente, serão tomadas providências para melhorar processos de seleção e avaliação de projetos.

Preservar a sustentabilidade da dívida continua a ser uma prioridade-chave para as autoridades. Assim, as autoridades planeiam desenvolver uma Estratégia de Gestão da Dívida Pública nos próximos meses. Após uma bem-sucedida eliminação de antigos atrasados externos a alguns credores, as autoridades continuaram a realizar negociações num espírito de boa-fé com credores bilaterais também para saldarem o saldo de atrasados pendentes. A resolução dos atrasados a fornecedores internos necessitará duma auditoria dos créditos existentes. As autoridades esperam ser capazes de obter assistência externa para a realização desta auditoria assim que possível.

Salvaguardar a estabilidade financeira e promover outras reformas estruturais

Tanto as autoridades nacionais como as regionais dão grande importância à necessidade de salvaguardar a estabilidade financeira. A este respeito, estão determinadas a tomar as medidas necessárias, dentro dos limites das respetivas competências, para corrigir as vulnerabilidades do setor financeiro, incluindo os créditos malparados e a subcapitalização dos bancos. Como observou o corpo técnico, a Comissão Bancária regional fixou o final de junho como o prazo final para dois bancos cumprirem os requisitos mínimos de capital. Desde então, um dos bancos passou a cumprir os regulamentos e há esforços em curso para recapitalizar o outro. Após o fim desse prazo, a Comissão Bancária tomará as providências regulamentares consideradas necessárias em caso de irregularidade. Para cobrir os créditos malparados relacionados ao resgate anulado, os bancos aumentaram as provisões no início de 2017, em linha com as recomendações da Comissão Bancária.

As autoridades estão cientes da necessidade de aprofundar os mercados financeiros. Para tal, com a assistência técnica de parceiros de desenvolvimento, continuam a implementar iniciativas de ampliação do acesso a serviços financeiros, inclusivamente para as PME. Também estão a rever o seu plano nacional para promover a inclusão financeira.

Com base na auditoria de algumas empresas públicas, as autoridades tomaram medidas para a gestão destas empresas. Estas incluem a nomeação duma comissão de supervisão com a missão de aplicar as recomendações dos auditores, sobretudo as relacionadas a gestão financeira, controlos internos e conformidade com as atuais regras e regulamentos das EP. A comissão enviará relatórios mensais ao Primeiro-ministro e ao Ministro da Economia e Finanças.

CONCLUSÃO

As autoridades reafirmam o seu forte compromisso com o programa apoiado pela ECF. São da opinião que o empenho contínuo do FMI será crucial para cumprir os objetivos do programa, haja vista a atual grave conjuntura. À luz do acima referido, pedimos o apoio

dos Administradores à conclusão da quinta avaliação e a extensão por um ano do acordo de ECF.